

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

CIDADE E CAMPO NO BREJO PARAIBANO:
UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE LAGOA SECA

Maria do Socorro dos Santos

Campina Grande – PB

2.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

CIDADE E CAMPO NO BREJO PARAIBANO:
UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE LAGOA SECA

**Dissertação apresentada ao Programa do
Mestrado em Sociologia Rural da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção do
grau de mestre.**

**Orientadora: Prof. Dr.ª. Deolinda Maria de
Souza Ramalho**

CAMPINA GRANDE – PB.

2.000

MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS



S237c Santos, Maria do Socorro dos.
Cidade e campo no Brejo Paraibano : um olhar sociológico sobre Lagoa Seca / Maria do Socorro dos Santos. - Campina Grande, 2000.
200 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2000.
"Orientação : Profa. Dra. Deolinda Maria de Souza Ramalho".
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Lagoa Seca - Sociologia. 3. Cidade e Campo - Brejo Paraibano. 4. Dissertação - Sociologia Rural. I. Ramalho, Deolinda Maria de Souza. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55(813.3)(043)

**CIDADE E CAMPO NO BREJO PARAIBANO:
UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE LAGOA SECA**

Prof. Dr. Deolinda Maria de Souza Ramalho

Orientadora

Prof. Dr. Marilda Aparecida Menezes

Examinadora

Prof. Dr. Martha M. Falcão de Carvalho e Moraes Santana

Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB.

2.000

*“O olhar percorre as ruas como se fossem
páginas escritas: a cidade diz
tudo o que você deve pensar”...
(Calvino, 1990:18)*

AGRADECIMENTOS

Início esta seção lembrando primeiramente as pessoas que me incentivaram a acreditar em mim mesma e ingressar neste curso, os amigos e professores Fátima Marreiro e Waldomiro Cavalcanti. Mais do que a motivação, agradeço-lhes o empréstimo de livros, as horas de estudo conjunto, os bate-papos. Este desafio tornou claro para mim que o impossível mantém-se como tal até o momento em que ousamos enfrentá-lo.

Talvez esteja em minhas veias o encanto que recende da terra úmida, gerando em seu ventre a planta nutrida pela força enigmática da vida. Este sentimento tornou-se mais patente no contato mantido com os interlocutores que possibilitaram a pesquisa empírica, às quais reputo o termo deste trabalho: Afonso de Araújo, Arlindo Gonçalves de Carvalho - cujo nome de religioso é Irmão Damião Clemente, Frei Artur Beckers, Celestino P. da Silva, Daniel Jerônimo da Costa, Expedita da Costa Medeiros, Irmã Maria Catarina, João Jerônimo da Costa, José Cavalcante de Araújo, José Faustino da Silva, José Leal, Maria Mércia da Costa, Maria Aparecida dos Santos, Nelson Anacleto, Nelson de Araújo, Severino de Moura Maciel, Severino Francisco Anacleto, Zacarias Jerônimo da Costa.

À Maria das Dores, exemplo de bravura ao assumir a criação dos filhos e, apesar de não ter tido a oportunidade de freqüentar a escola, nunca descuidou de nossa educação. Ainda hoje deleito-me, como quando criança, ao ouvir as estórias de cordel por ela cantadas. Agradeço-lhe muitas informações-lembranças de sua infância, adolescência e dos primeiros anos de casada, quando ainda morava na zona rural. Aos irmãos Lúcia, Ordenira e Ed Carlos, o prazer de ter uma família. À Nícia e Jônathan que fazem a alegria da tia “coruja”.

Carinho, atenção, respeito e amor, sentimentos que com Jomar descobri serem recíprocos e partilhados constantemente.

Agradecemos a Pedro Jácome, presidente da Câmara Municipal de Lagoa Seca, que viabilizou pesquisarmos as atas daquela Casa e aos funcionários que a integram; aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Campina Grande – em especial a Dona Esmeralda; aos funcionários do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande: Ana, Márcia, Marieta, Risomar, Bartolomeu, Zefinha e Gilsete; aos funcionários do Museu Histórico de Campina Grande, principalmente Fátima e Dalva; aos funcionários da Biblioteca Municipal de Campina Grande; aos funcionários da Biblioteca Municipal de Lagoa Seca – especialmente a Seu Domingos e a sua esposa Dona Alice que nos cedeu as fotos antigas de Lagoa Seca; à secretária e funcionários da Secretaria de Educação e Desportos de Lagoa Seca; aos técnicos da EMATER - Lagoa Seca: Salete, Venâncio e Walter, pelos dados e informações cedidos.

Ao pessoal da Secretaria do Mestrado de Sociologia: Joãozinho, sempre atencioso e solícito, lembrando-nos datas e compromissos; Rinaldo que inúmeras vezes socorreu-nos nos momentos de sufoco com o ainda não domado “computador”; Verinha pelos bons momentos de descontração e bate-papo; Vera que, trabalhando no Centro de Humanidades, mantém a mesma simpatia.

À Deolinda que manteve conosco uma relação muito harmoniosa, tornando o processo de orientação momentos de crescimento intelectual, agradeço todas as sugestões e orientações sem as quais este trabalho não teria o perfil aqui esboçado.

À professora Martha Falcão que integrou a Banca de defesa do projeto, leu as primeiras versões deste trabalho e fez sugestões valiosas.

À professora Marilda Menezes, pelas sugestões apresentadas quando da defesa do projeto de pesquisa.

Ao professor Gervácio Aranha, por tecer considerações pertinentes ao projeto de pesquisa.

Aos coordenadores do Mestrado Edgar Malagodi e Deolinda Ramalho, pelos esforços envidados para a melhoria do curso.

A Rosicler, da Biblioteca de Pós-Graduação, sempre prestativa e delicada.

Às diretoras do Grupo Escolar Professora Luzia Dantas: Terezinha, Goretti e Rilda que possibilitaram minha ausência durante o período necessário para a execução deste trabalho.

A todos os que fazem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, pelas informações obtidas e contatos viabilizados.

A Maria do Carmo (Nininha), agradecemos as primeiras informações e a indicação de quem devíamos contatar.

A Genilson que facilitou as fotocópias do material das disciplinas. Sem esse apoio o início do curso teria sido muito mais difícil, pois ainda não éramos bolsista.

À CAPES por possibilitar nossa permanência no curso.

Aos colegas de turma: Teresa, Pereira, Emmanuel, Marden, Chico, Vanderlan, Kel, com quem aprendemos muito sobre convivência e todas as amizades feitas e reaproximadas neste ambiente: Kalina, Rilma, Jussara, Iolanda, Nerize, Célia, Rosário, Vandilo, Isabel, Assunção, Delane, Zélia e aos que estão mais distante: João, Olga, Clodoaldo.

RESUMO

Este trabalho trata da questão campo/cidade ou rural/urbano, enfocando Lagoa Seca, cidade do Brejo Paraibano, cuja base econômica repousa na produção agrícola, gerada por agricultores familiares. Trata-se de uma cidade de pequeno porte, com 23.000 habitantes, dos quais 15.475 estão na zona rural, correspondendo a 67,4% do total. São, em sua absoluta maioria, agricultores familiares que não sobrevivem exclusivamente da agricultura. Muitas pessoas, apesar de morarem na cidade, mantêm vínculos com o campo devido a necessidade de cultivar roçados para ajudar na manutenção da família. O oposto também se verifica: produtores rurais exercem atividades não relacionadas à vida rural. A população recorre constantemente a Campina Grande, no tangente não apenas ao comércio, mas à prestação de serviços: saúde, educação, cultura, lazer e etc. A relação da população rural com a cidade de Lagoa Seca e da população desta, como um todo, com Campina Grande nos levou a considerar a relação campo/cidade. O enfoque dispensado a essa questão é de um binômio não mais abordado de forma antagônica, mas complementar e de interação, onde a relação de “continuum” favorece a ambos.

ABSTRACT

This paper aims to analyse the relation between the countryside and town as well as the rural and urban areas situated in Lagoa Seca, a small town in the Brejo Paraibano whose economic support depends on the production developed by the families working in the farms. Out of 23,000, the current population of Lagoa Seca, 15,475 inhabitants live in the rural area accounting for 67,4% of its total population. Most of them are farm workers who don't depend exclusively upon agriculture as an economic support. Most people live in the urban area but are connected with the countryside for crops as another way to help in the family budget. On the other hand, the farming producers also do some jobs different from those they have in the country. They often go to Campina Grande to do business and other services concerning education, health care, arts, entertainment etc. The link of the rural population with Lagoa Seca and the one of its total population with Campina Grande has made us consider this relation between the country and town. The emphasis given to this matter is of a binomium not antagonistically but complementarily focused and of an interaction whose "continuum" relation benefits both of them.

SUMÁRIO

Resumo	
Abstract	
Introdução	01
Capítulo 1 - A Produção Social do Espaço: Do Campo à Cidade, da Cidade ao Campo	22
1.1 - Nosso Rincão: Um Pedacinho do Nordeste	22
1.2 - Articulação Campo/Cidade	33
Capítulo 2 - Lagoa Seca: Cidade Rural Desde as Origens	54
2.1 - Memória e resgate de uma história	55
2.1.1 - De "Tarimba" a "Lagoa Seca"	79
2.2 - Pequena Produção e Tropeiros Intensificando o Crescimento da "Tarimba"	88
2.3 - Franciscanos e Maristas: "E quando chegou esses padre aí, pra nós daqui dessa região, foi um céu na terra"	94
2.4 - Poder Local: Campina Grande em Lagoa Seca	102
Capítulo 3 - Jovem Independente: Lagoa Seca Após a Emancipação Política	109
3.1 - Itinerário de Distrito à Cidade "Dependente"	109
3.2 – Cidade: Visões de "Desenvolvimento"	113
3.2.1- Vínculos entre Lagoa Seca e Campina Grande: Empório Regional e Centro Aglutinador	120
3.3 - Entre o Estado e a Igreja: Nasce um Sindicato	128
3.4 – "Milagre" em Lagoa Seca: Instalação de Equipamentos Urbanos.	133
Capítulo 4 - Lado a Lado com as Dificuldades	137
4.1 - A Atual Face da Pequena Produção em Lagoa Seca	137

4.2 - Minifúndios e Absenteísmo: Problemas que assolam a região	163
4.2.1 - Repartição das Terras: Entrave à Subsistência	163
4.2.2 - Granjas Substituindo Lavouras: A Reconfiguração do Espaço	166
Considerações Finais	176
Referências Bibliográficas	183
Anexos	197

LISTA DE SIGLAS

AS-PTA-PB - Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa

CEASA - Central de Abastecimento da Paraíba

CELB - Companhia de Eletrificação da Borborema

CENTRAC - Centro de Ação Cultural

CEPAS - Centro Paroquial de Assistência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

EMEPA - Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária

EMPASA - Empresa Paraibana de Serviço e Abastecimento

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Crédito e Reforma Agrária

OFM - Ordem dos Frades Menores (Franciscanos)

OSF - Ordem de São Francisco

PJMPR - Pastoral de Jovens do Meio Rural

SEPLAM - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

STRLS - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca

TELPA - Telecomunicações da Paraíba

UDN - União Democrática Nacional

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Verso da poesia de Seu Zacarias, escrito em alto relevo no muro da Praça Severino Cabral, em Lagoa Seca.	55
Foto 2 – Rua José Jerônimo e a Praça Severino Cabral.	60
Foto 3 – Membros da Congregação Mariana.	64
Foto 4 – Devotas Filhas de Maria e coroinhas.	66
Foto 5 – Procissão com a imagem da Virgem Peregrina.	68
Foto 6 – Alunos do Grupo São José.	69
Foto 7 – Rua da Barragem.	75
Foto 8 – Rua José Jerônimo.	75
Foto 9 – Seu José Faustino.	87
Foto 10 – Seu José Cavalcante e Seu Zacarias.	87
Foto 11 – Vista parcial do Convento dos Franciscanos.	96
Foto 12 – Vista parcial do Convento dos Irmãos Marsitas.	99
Foto 13 – Vista parcial da feirinha de Lagoa Seca.	126
Foto 14 – Vendedora de legumes e temperos.	126
Foto 15 – Casal de agricultores relatando dificuldades na lida agrícola ocasionada pela estiagem.	143
Foto 16 – Seu Nelson, mostrando os efeitos da estiagem no bananal.	146
Foto 17 – Prensa manual de casa de farinha tradicional.	158
Foto 18 – Forno manual de casa de farinha tradicional.	158
Foto 19 – Descascadora de mandioca – Fábrica de farinha.	159
Foto 20 – Após descascada, a mandioca tem suas extremidades cortadas.	159
Foto 21 – A trituradora elétrica substitui a antiga peneira de tela ou a urupema.	160
Foto 22 – O forno elétrico dispensa o trabalho manual para a torragem da farinha.	160

QUADROS E ANEXOS

QUADROS

Quadro 1 - Condição do produtor rural de Lagoa Seca.....	139
Quadro 2 - Hortifrutigranjeiros do Município de Lagoa Seca.....	144
Quadro 3 - Dados pluviométricos do Município de Lagoa Seca.....	149

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de entrevistas.....	197
Anexo 2 - Versos de Seu Zacarias.....	198
Anexo 3 - Mapa da penetração do Nordeste.....	199
Anexo 4 - Mapa das regiões do Município de Lagoa Seca	200

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- ✓ **Afonso de Araújo** - agricultor, Sítio Amaragi – Lagoa Seca.
- ✓ **Artur Beckers** – Frade Franciscano, 83 anos, de origem alemã, reside no Convento de Ipuarana, em Lagoa Seca.
- ✓ **Celestino Pereira da Silva** - 66 anos, agricultor, Sítio Lagoa do Gravatá – Lagoa Seca.
- ✓ **Daniel Jerônimo da Costa** – conhecido como Paizinho Touro, 73 anos, ex-vereador da cidade de Lagoa Seca.
- ✓ **Expedita da Costa Medeiros**, 60 – artesã e vereadora em Lagoa Seca.
- ✓ **Irmão Damião Clemente** – cujo nome de batismo é Arlindo Gonçalves de Carvalho - Convento dos Irmãos Maristas, Lagoa Seca.
- ✓ **Irmã Maria Catarina** – 64, Ordem de São Francisco, trabalhou durante 22 anos no CEPAS (Centro Paroquial de Assistência Social), em Lagoa Seca. Atualmente reside em Campina Grande.
- ✓ **João Jerônimo da Costa** - 75 anos, ex-prefeito de Lagoa Seca, ex-prefeito e ex-vereador de Campina Grande. Mora em Cubati.
- ✓ **José Cavalcante de Araújo** - 75 anos, ex-vice prefeito de Lagoa Seca e ex-diretor do Mercado Central de Campina Grande, residente na cidade de Lagoa Seca.
- ✓ **José Faustino da Silva** – conhecido como Té Faustino, 76 anos, agricultor aposentado, filho de Cícero Faustino da Silva (fundador da cidade), reside na cidade de Lagoa Seca.
- ✓ **José Leal** – 64, agricultor no Sítio Floriano, membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca.

- ✓ **Maria Mércia da Costa** - esposa de Zacarias Jerônimo da Costa.
- ✓ **Maria Aparecida dos Santos** – Secretária de Educação, Cultura e Desportos do Município de Lagoa Seca.
- ✓ **Nelson Anacleto** – 38, agricultor e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca.
- ✓ **Nelson de Araújo** - 64 anos, agricultor, aposentado, Sítio Amaragi – Lagoa Seca.
- ✓ **Severino de Moura Maciel**, agricultor no Sítio Alvinho, membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca. Foi nosso guia nas visitas realizadas aos sítios.
- ✓ **Severino Francisco Anacleto** - 72 anos, agricultor, aposentado, Sítio Lagoa do Barro – Lagoa Seca.
- ✓ **Zacarias Jerônimo da Costa** - 88 anos, poeta popular de cordel, residente na cidade de Lagoa Seca.

**CIDADE E CAMPO NO BREJO PARAIBANO:
UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE LAGOA SECA**

INTRODUÇÃO

“Verifica-se a infiltração de traços da cultura camponesa que persistem no cotidiano urbano, interagindo numa lógica específica do pensar social. (...) Modernidade e tradição se entrelaçam, se sobrepõem, se complementam”
(Junghans Lanz, 1997:1)

Entendemos que uma produção intelectual, seja qual for o seu teor, tem sempre um componente espiritual, de fundo afetivo, que imprime vida às coisas que se faz nessa esfera da produção pessoal. Somos originária de Lagoa de Roça e sempre nutrimos pela Região do Brejo uma afeição própria de quem tem raízes fincadas na cultura e na história de uma região. Decorre daí, também, a dívida que se contrai, ao longo de uma vida, com o lugar e a gente que nos propiciou as condições de sermos ou não sermos alguém, de sermos quem somos. Tudo isso e mais a proximidade física do objeto a ser estudado favorece o esforço na construção do trabalho pretendido.

Há também um outro componente afetivo e apaixonante que estimula a curiosidade: é o “milagre” humano da coletivização. Aristóteles via a cidade como integrante da natureza e o homem, um animal político, destinado a viver em sociedade. Desta forma, a cidade é um desses fenômenos magníficos de ajuntamento permanente de seres humanos, capaz de traduzir a essência do homem aristotélico: “o homem é um animal político”.

A respeito da cidade, Sevcenko comenta:

“(...) a cidade é o mais ousado experimento social que já houve, ou que já existiu, ela é uma revolução sem projeto unívoco e em decurso

constante, que não se pode prever que conformações ou configurações vai tomar amanhã ou depois” (Sevcenko, 1991:20.)

Uma caminhada atenta pelo Anel do Brejo deixa-nos fixada uma série de imagens cativantes de uma paisagem humana cheia de traços vivamente rurais, marcada pelo ritmo lento e pela pachorra de sua gente. Como originaram-se essas aglomerações humanas? São realmente cidades, nos conformes da literatura urbana? De que vivem, como se reproduzem? Que perspectivas o devir apresentará à pequena produção dessa região, onde as diminutas parcelas de terra são reduzidas a cada geração, única herança deixada aos filhos no testamento escrito nos magros leirões feitos e refeitos a cada ano? São curiosidades humanas que nos seduzem ante essa conjuntura histórica pela qual a humanidade está navegando.

A questão essencial, no entanto, prende-se à natureza do fenômeno urbano da Região do Agreste. E é impossível voltarmos os olhos para o urbano sem nos determos também no rural. Há alguma relação que podemos reputar como geradora entre o campo e a cidade que surge? Que vínculos são mantidos com o campo após a cidade firmar seus alicerces? Salienta Singer (1972) que o critério para a análise campo e cidade, ao longo de um período histórico, não pode se prender a uma noção formal. Tal noção deve ser simultaneamente política e econômica, a partir de atividades e poderes entre campo e cidade.

Nossa pretensão é desenvolver um estudo evolutivo do Município de Lagoa Seca, tomando a pequena produção como um dos elementos geradores de seu processo de povoamento. Queremos detectar as circunstâncias que possibilitaram o surgimento de Lagoa Seca, no final da década de 1920. Perceber os aspectos que propiciaram sua evolução até

ascender à condição de cidade. Apreender as causas que levaram Lagoa Seca a mergulhar na situação em que está envolvida e as conseqüências acarretadas.

O Município de Lagoa Seca tem sua estrutura fundiária marcada, fundamentalmente, pela pequena produção. São 2.200 propriedades, das quais 2.047 variam de 0 a 10 hectares, correspondendo a 93% do total de estabelecimentos¹. Tomando como base esse dado e partindo da hipótese de que a pequena produção seja um elemento constante em todas as fases evolutivas do Município, inferimos que a pequena produção também tenha sido um dos marcos geradores de seu surgimento.

Durante a pesquisa de campo, descobrimos que Lagoa Seca também gerou seus próprios tropeiros². Até então, acreditávamos que a presença de tropeiros nessa região decorria apenas da proximidade com Campina Grande e por Lagoa Seca ser, necessariamente, local de passagem para quem fosse para o Brejo. Abandonamos, deste modo, a perspectiva inicial - apresentada em nosso projeto de pesquisa - de que a pequena produção seria o elemento desencadeador do processo de povoamento, sendo mais coerente considerar pequena produção e tropeiros de forma conjunta e paralela e não dissociada.

Devido ao Brejo ser uma região, por excelência, produtora de gêneros alimentícios, inferimos ser o excedente - gerado por essa produção e levado a determinados pontos de confluência geográfica para ser comercializado - o elemento que, proporcionando a relação de troca, funciona como agente aglutinador, para onde acorrem os moradores e pequenos produtores das circunvizinhanças.

¹ IBGE: Censo Agropecuário - PB - 1995-1996.

² Tropeiros ou almocreves: Pessoas que conduziam animais de carga, "ganhando um salário irrisório por cada dia de trabalho (...) dormindo ao relento, caminhando de sol a sol, dia após dia, transportando mercadorias de um lado para outro" (Aranha, 1991:239)

As informações escritas que obtivemos a respeito dos primórdios de Lagoa Seca, durante a elaboração do projeto de pesquisa, eram muito limitadas. Esta escassez de informações levou-nos a optar por entrevistar pessoas idosas que nasceram no município de Lagoa Seca, tendo, portanto, suas vidas como experiências que nos interessavam para fazer emergir relatos do período que, até então, parecia esquecido. Digo parecia porque não existe nada registrado oficialmente, como é tão comum quando queremos saber algo a respeito de alguma cidade, bastando consultar uma enciclopédia dos municípios, onde encontramos todo um histórico.

Acerca de Lagoa Seca, existe um sucinto texto elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, trazendo informações apenas a respeito da origem de seu nome. Fomos surpreendidas ao constatar que há uma “tradição” mantendo vivas informações transmitidas oralmente, não de pais para filhos -como durante séculos tantas histórias foram imortalizadas – mas de pessoas idosas/experientes, procuradas por alunos das escolas locais para a realização de pesquisas escolares.

Este trabalho traz seus capítulos permeados de falas de nossos interlocutores, agricultores, em sua quase totalidade, porque consideramos primordial deixar que eles falassem de suas vidas, de seu trabalho, de sua juventude, de sua cidade, de suas dificuldades. Talvez essa vazão concedida deixe no leitor a impressão de tratar-se, portanto, de um trabalho sobre História Oral ou memória, principalmente pelo fato de termos como interlocutores pessoas idosas. Trata-se, portanto, de um recurso metodológico, visando suprir a carência de informações a respeito de Lagoa Seca. Ouvimos e colhemos tantas informações relevantes que nos permitiram utilizar as falas dessas pessoas não somente para tratar das origens da cidade, mas na abordagem de momentos mais recentes, de modo que elas permeiam todos os capítulos.

Conhecemos Seu Zacarias – este é um outro aspecto prazeroso do trabalho do pesquisador - quando iniciamos nossa atividade de campo. Não se trata apenas de alguém que contou-nos sua história de vida. É alguém a quem aprendemos a respeitar e admirar e, sempre que possível, vamos até lá conversar com ele e com sua esposa³. Ele é uma dessas pessoas que contribuem para transmitir, aos mais jovens, informações registradas por sua vivência.

Os relatos de pessoas com vasta experiência de vida e que sempre viveram no município que propusemo-nos a trabalhar, são uma de nossas fontes de dados. Trata-se, portanto, de “vasculhar memórias” em busca de informações, obtidas através de histórias de vida e entrevistas, onde rememoram-se fatos ocorridos em períodos distantes do momento presente.

Como as fontes escritas, a documentação oral não pode ser vislumbrada como algo que simbolize um certificado da veracidade de um determinado fato ou fenômeno. Contemporaneamente, a História Oral tem sido utilizada principalmente para o estudo das classes desprivilegiadas, das minorias sociais e dos vencidos nos processos sociais, mas longe dos que dela fazem uso querer rotulá-la como expressão dos “acontecimentos reais” ou da “verdadeira história”. Utilizaremos, portanto, a História Oral como técnica para a captação de dados (Haguete, 1992:79).

O enfoque dispensado, neste trabalho, à história oral é de um recurso metodológico, como mencionamos, não sendo utilizada como um fim em si mesma. Nossa pretensão ao lidar com a fonte oral é trazer para o presente, resgatar através da memória, imagens que possamos apresentar como sendo “ilustrativas” de um período, de uma fase de uma dada realidade. No caso mais concreto, imagens que nos permitam resgatar um pouco da história de Lagoa Seca. Apoiada em Halbwachs, Ecléa Bosi (1994:55), afirma que:

³ Dona Maria Mércia veio a falecer em Outubro de 1999.

“Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor.”

É possível “resgatar” o passado? As “máquinas do tempo”, capazes de transportar pessoas, através tempo, para o passado ou futuro, fazendo-nos sonhar e despertando nossa imaginação, não passam de mera ficção científica! Entretanto, *“se o espaço e o tempo são a essência da memória, a idéia de tempo reversível se origina da experiência universal humana de trazer os tempos passados de volta”* (Bernardo, 1998:32), de certa forma, voltamos no tempo quando vasculhamos nossas lembranças.

Sempre que nos reportamos ao passado, o fazemos alicerçados no presente. As lembranças vêm envoltas em juízos, conceitos, valores, preconceitos do agora, fugindo, desta forma, ao que poderíamos considerar como a realidade objetiva da época que queremos enfocar:

“Esta outra forma de pensar e sentir, que se instaura no presente, tende a transformar, reinterpretando aquela outra vivenciada no passado, no momento dos acontecimentos” (Gallian, s/d).

Mantivemos diálogos com agricultores, aposentados, poeta popular, pessoas comuns que, ao contrário do que pensava-se décadas atrás, têm muito a contribuir, não com conhecimentos acadêmicos, pré-moldados e livrescos, mas oriundos de uma profunda experiência de vida, fincados na terra que os viu nascer, crescer, labutar de sol a sol, fiel a esse chão acima de tudo querido, apesar do constante sofrer cotidiano em busca da sobrevivência.

“As pessoas em geral acreditam que as únicas memórias dignas de serem lidas ou lembradas são aquelas em que há acontecimentos extraordinários ou notáveis... Portanto é, confesso, bastante arriscado para um indivíduo obscuro - e, mais grave ainda, um estranho - assim pedir a complacente atenção do público, principalmente quando reconheço que não apresento, aqui, a história de um santo, de um herói, nem de um tirano”... (Olaudah Equiano apud Portelli, 1997:15)

Abordar memórias é penetrar um território um tanto nebuloso, mas um tanto fantástico e permeado de imagens extraordinárias que levam o pesquisador e todos quantos tiverem acesso a essas “lembranças”, a enveredar no desconhecido ou no conhecido pouco conhecido do “mundo”, para nós descortinado pelos informantes.

Todos nós somos produtores de realidade, produtores da sociedade, produtores do cotidiano, porque é no cotidiano que a história é produzida, que a vida desdobra-se. E neste cotidiano verifica-se também a criação do espaço por *“pessoas comuns, caminhantes inumeráveis, heróis comuns”* (Certeau, 1994:57.) Espaço que passa a conter as marcas de seus criadores, porque estes confundem-se com sua obra. Criação espacial que, em sua dinamicidade, apresenta-nos seu(s) criador(es) anônimo(s) como integrante(s) de seu espaço, aparentando, aos que vêm de fora, uma visão nebulosa e desarticulada, por não estarmos envolvidos em sua dinâmica.

Pretendemos “penetrar” este espaço, espaço rural que é o da pequena produção - dos pequenos produtores de Lagoa Seca - e no espaço urbano criado como extensão do rural, onde não podemos dissociá-lo como algo extemporâneo e independente. Espaço urbano marcado com os traços característicos de seus criadores-construtores e que, talvez, por isso confunda-nos a ponto de não sabermos identificá-lo.

Viajar no tempo, ao deleite das narrativas dos depoentes é como resgatar do passado algo que tivesse ocorrido ontem, como que se com um estender as mãos pudéssemos tocá-lo, senti-lo, sabê-lo. Sensação esta porque a memória não tem um momento preciso, um tempo definido. A memória denota um saber sobre o qual somos incapazes de indicar o tempo exato em que ocorreu:

“Este saber se faz de muitos momentos e de muitas coisas heterogêneas. Não tem enunciado geral e abstrato, nem lugar próprio. É uma memória, cujos conhecimentos não se podem separar dos tempos de sua aquisição e vão desfiando as suas singularidades” (Certeau, 1994:158)

Queremos resgatar lembranças acerca da vida de um lugarejo que, mantidas em memórias, vieram à superfície. Recordações eivadas de crenças, ilusões, anseios, fantasias, fatos reelaborados que, vistos sob o prisma do hoje, são ressignificados forjando a "presentificação" do ontem.

Ao olhar que quer penetrar esse recinto, esse espaço parece desconexo. O que é Lagoa Seca? Uma cidade de pequeno porte, com 23.000 habitantes envoltos numa atmosfera rural, onde parte dessa população está direta ou indiretamente ligada a uma vivência não urbana. Muitas dessas pessoas, apesar de urbanas, mantêm vínculos com o campo devido a necessidade de cultivar roçados para ajudar na manutenção da família. O oposto também se verifica: produtores rurais exercem atividades não relacionadas à vida rural.

Isso, por si só, lhe inculcaria a preponderância do urbano sobre o rural? Ou não podemos caracterizá-la como urbana? Ou ainda, Lagoa Seca é um bairro de Campina Grande, como disseram alguns de seus moradores?

Essas inquietações impulsionaram-nos a ouvir moradores mais antigos, tanto na cidade como nos sítios, por terem maior vivência, conhecerem melhor a região onde nasceram

e moram e ter acesso às lembranças de suas experiências - informações indispensáveis - que ajudassem-nos a penetrar nesta "nebulosidade" e compreender a densa problemática.

No campo, trata-se de agricultores que sempre viveram na área rural, sobrevivendo do cultivo da terra. Na cidade, conversamos com ex-agricultores e pessoas que passaram a infância e a adolescência na zona rural e depois de adultos passaram a desempenhar outras atividades. As informações obtidas das conversas com os religiosos - franciscanos e maristas - também são de fundamental importância devido a sua presença desde a década de 40, e ao caráter religioso inculcado não só à cidade, mas à região como um todo.

Esta opção de conversar com pessoas do campo e da cidade justifica-se pelo fato de Lagoa Seca estar envolvida pelos ares rurais: em seus 133 km² existem 2.285 propriedades onde a produção de hortifrutigranjeiros, em períodos de inverno regular despontou como a maior do estado da Paraíba.

Como não tínhamos informação alguma sobre a cidade, apenas de que a primeira casa fora construída no ano de 1929, os relatos acerca dos primórdios do povoado impressionaram-nos de tal forma que, ao ouvi-los, imaginávamos o ambiente em que ocorria o fato, tentando vislumbrar detalhes, cores, objetos, sons que caracterizassem a situação.

Em nossa busca por dados sobre o Município de Lagoa Seca, realizamos 18 entrevistas, incluindo neste total moradores tanto da cidade quanto do campo. A delimitação desta quantidade de entrevista foi estabelecida de modo muito natural: quando consideramos ter informações suficientes para iniciar sua análise, fizemos uma tematização das entrevistas de modo a facilitar o acesso ao conteúdo por tópicos e partirmos para a redação. Acharmos por bem interromper as entrevistas, haja vista que "voltar a campo" é, e comprovou-se ser, uma conduta obrigatória, pois necessitamos consultar outras pessoas para esclarecer fatos e lograr novos dados.

Conseguimos obter alguns dados em atas da Câmara Municipal de Lagoa Seca e também no Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande. Interessá-los de modo especial localizar as atas do ano de 1964 por ser o período em que se dá a emancipação de Lagoa Seca, mas este livro de atas não foi localizado.

Muito interessante e satisfatória foi a pesquisa em jornais de época empreendida no Museu Histórico de Campina Grande. No Arquivo Público Municipal localizamos solicitações para construção e reformas de casas em Lagoa Seca, período em que estava vinculada a Campina Grande como distrito. No IBGE, agência de Campina Grande, obtivemos valiosos dados sobre a produção agrícola de Lagoa Seca e do estado da Paraíba.

A bibliografia a respeito de Lagoa Seca restringe-se, em sua maioria, a trabalhos acadêmicos de alunos do Mestrado em Sociologia Rural da UFPB, Campus II, produzidos nas duas últimas décadas: “E o Suor Que Perco Todo Dia Não Vale Nada”? (A comercialização da produção familiar em Lagoa Seca -PB), de Ângela M. Lopes Cavalcanti; “O Ser e o Ter: Camponeses, Práticas Tecnológicas e Políticas (um estudo em Lagoa Seca -PB)”, de Geovani Jacó de Freitas; “O Poder do Discurso: As Condições Sociais de Emergência do Agricultor Familiar como Sujeito Propositivo”, de Nerize Laurentino Ramos; “Rejeição do Setor de Olerícolas à Ação Modernizante do Município de Lagoa Seca.”, Mestrado de Economia Rural - UFPB – Campus II, de Louise de M. Martins do Nascimento; “A Reestruturação do Espaço em Lagoa Seca: O caso da Conceição (1970-1985)”, Monografia de Bacharelado em História – UFPB – Campus II, de Evanildo Barbosa Silva; “O Município de Lagoa Seca”, texto produzido pela Secretaria de Educação e Desporto de Lagoa Seca; e “Agricultura Familiar de Lagoa Seca: Conhecendo sua realidade”, cartilha elaborada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca e AS-PTA-PB.

Nesta empreitada, que é a tentativa de conseguir dados, ficamos chocadas ao saber que informações importantes - para nós que para produzirmos precisamos vasculhar arquivos, jornais e tantos outros documentos que muitos julgam sem utilidade e, portanto, sem valor algum – são preservadas por apenas cinco anos em nossa cidade. Foi o constatado ao procurarmos plantas de projetos de urbanização na Secretaria de Viação e Obras e na SEPLAM (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente), em Campina Grande.

Procuramos localizar pessoas idosas por considerarmos sua larga experiência de vida e terem mais informações (lembranças) da primeira infância do lugar. É, sem dúvida, uma forma de imprimir respeito a essas pessoas e ao saber que elas detêm, baseados no conhecimento legado pela experiência, hoje tão pouco valorado pelas gerações “informatizadas”. A técnica da história oral, diz Thompson (1992:44):

“Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. (...) Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos.”

Incontestavelmente, um dos melhores momentos desta fase de trabalho é a pesquisa empírica. Conversamos com 14 homens e apenas 4 mulheres. Não foi pretensão nossa determo-nos em colher informações quase que exclusivamente de homens. Tudo ocorreu de forma ocasional. Apesar de morarmos no município de Lagoa Seca há três anos, não conhecíamos muitas pessoas. Nosso pontapé inicial foi conversar com familiares que moram nesta cidade e através de Nininha, nossa prima, fomos procurar seu Zacarias por se tratar de uma pessoa bastante antiga na cidade.

Durante nossas conversas, Dona Maria Mércia, sua esposa estava sempre presente e participava espontaneamente. Seu Zacarias sugeriu que procurássemos Seu José Cavalcante

e este nos indicou seu José Faustino. Houve uma cadeia de indicações a orientar-nos porque não conhecíamos estas pessoas.

No restante das visitas levadas a cabo na cidade, éramos recebida pelas esposas, mas durante a entrevista ficávamos sós, e quando ocorria de elas permanecerem suas intervenções restringiam-se a lembrar alguma data ou o nome de alguém que o marido tinha esquecido ou no assentimento de algum fato. Houve ainda uma ocasião em que, devido a um desencontro com o entrevistado, a entrevista foi realizada na praça da cidade, onde o localizamos.

Na área rural, fomos ao encontro dos agricultores em pleno local de trabalho e de lá nos deslocávamos até a casa, onde conversávamos e, em geral, nem conhecíamos suas esposas. Entretanto, sei ter havido negligência de nossa parte por não solicitar a presença e participação das mulheres.

Algo que surpreendeu-nos bastante foi a naturalidade que os entrevistados mantiveram conosco ao longo das entrevistas. Raras vezes sentimo-nos uma “intrusa”, bisbilhotando, querendo saber de suas vidas, conhecer suas histórias. Nosso procedimento foi deixar que os entrevistados ficassem à vontade para dizer o que quisessem de suas vidas. Vimos, desta forma, a pertinência do conselho de Le Goff (1996:150-151), de que as entrevistas deveriam partir sempre da história de vida por “*possibilitar um extenso campo de estímulos involuntários e associações*”. Intervínhamos, quando necessário, para algum esclarecimento, para perguntar sobre sua infância e juventude; sobre as lembranças da Lagoa Seca de então, dos tropeiros, condições de vida, de comércio, de transporte, de lazer, etc.

Nem todos os interlocutores foram solicitados para que contassem-nos suas histórias de vida. Reservamos isso apenas aos mais idosos: Zacarias, José Cavalcante, José Faustino, Daniel Jerônimo e Frei Artur (com uma história que é coletiva, pois vinculada à vida do convento), na cidade; Celestino Silva, José Leal, Nelson Félix, Afonso de Araújo e Severino

Anacleto, no campo. As entrevistas com história de vida transcorriam, geralmente, de duas horas a duas horas e meia, às vezes extrapolava como ocorreu com Seu Zacarias, ultrapassando três horas. Houve também conversas em que o gravador não foi utilizado como testemunha e os relatos foram “segredados”.

Fomos até Cubati conversar com João Jerônimo da Costa, ex-prefeito de Lagoa Seca, ex-prefeito e ex-vereador em Campina Grande. Tratou-se de uma entrevista de cunho diverso dos demais, pois o que mais interessava-nos era o aspecto político de suas lembranças. Seu João possui uma memória fabulosa e relatou-nos com precisão ano, mês e dia de acontecimentos concernentes não só a fatos políticos de sua vida, mas à vida da cidade de Lagoa Seca. Pedimos a ele que expusesse suas experiências como prefeito de Lagoa Seca e intervimos com questões acerca de seu mandato e dúvidas advindas das entrevistas anteriormente realizadas onde foram abordados aspectos que ficaram pendentes.

Outras pessoas foram entrevistadas com base em questões semi-estruturadas, visando esclarecer pontos obscuros decorrentes de informações obtidas anteriormente: Damião Clemente (Irmão Marista), Expedita Medeiros (artesã), Irmã Maria Catarina (Ordem de São Francisco), Maria Mércia (esposa de Seu Zacarias), Maria Aparecida (Secretária de Educação do Município de Lagoa Seca), Nelson Anacleto (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca), Severino Maciel (agricultor e membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca).

Conversamos horas a fio com Seu Zacarias, e talvez o fato de ser poeta, tendo escrito muitas poesias de cordel⁴, tenha contribuído para proporcionar-nos tão aconchegante acolhida.

⁴ Conseguimos localizar com Seu Zacarias e no NELL (Núcleo de Estudos Lingüísticos e Literários) da UFPB – Campina Grande, cerca de 15 cordéis, mas não o que trata da história de Lagoa Seca que nos interessava. Transcrevemos no capítulo 2 alguns versos deste cordel que ele recitou em uma das entrevistas. Trazemos em anexo, a transcrição dos versos escritos na praça de Lagoa Seca.

Sendo possuidor de uma memória invejável nos seus 88 anos, Seu Zacarias tem ainda uma forma envolvente de relatar suas lembranças.

Sabemos que todas as falas citadas neste trabalho resultam de experiências vividas ou vivenciadas num passado, recente ou mais distante. Tempo que, em tantas ocasiões, gostaríamos de manipular, antecipando ou retardando e sobre o qual José Joffily (1979:68), indagando-se a respeito, conclui com muita propriedade:

“Basta uma pergunta para criar um impasse: o que é o tempo? A melhor resposta é inteiramente redundante: é a sucessão do antes e do depois.”

O passado também é um tempo não estanque por estar em constante interação com os acontecimentos presentes. Desta forma, o ontem ganha nova interpretação conforme a experiência de cada um. Voltamos a mencionar novamente este aspecto da memória por acharmos importante, para nós mesmos, não esquecermos que as palavras dos entrevistados estão permeadas de fantasias, de criatividade, de anseios próprios que caracterizam suas falas com a versão que lhes é peculiar. Isso os torna sujeitos de seus relatos, criadores, construtores e também intérpretes de sua história, da história de sua cidade, e de si próprios.

Transcrevemos um relato interessante de Seu Zacarias sobre a presença de Antônio Silvino, famoso cangaceiro que andava pela região. Ele, aqui, lembra-nos um contador de histórias:

“Meu pai era almocreve, matuto almocreve. Papai e o finado Zumba... Não tinha trem em Campina, as cargas pra vim pra Campina, pras casas de negócio eles iam buscar nas costas dos burros em Cabedelo. Vinha de navio e eles iam buscar em Cabedelo, porque não tinha trem. E numa certa ocasião, papai vinha mais finado Zumba, meu tio, e encontraram Antônio Silvino ali num lugar chamado Surrão, que fica

abaixo de Campina. E as cargas que eles traziam era para Alagoa de Roça, para Zé Cândido que, na época, era tenente. Zé Cândido, ele era tenente... aquilo era patente comprada e vogava!... Aí eles traziam molhado, fazendas, cargas de miudezas, e vinha ouro e tanta coisa, aí quando eles encontraram Antônio Silvino, lá no Surrão, os cangaceiros cercaram os matutos e disseram: “Matuto, essas carga pra onde vai?” Aí disseram: “Essas carga é de tenente Zé Cândido, de Alagoa de Roça.” Antônio Silvino tinha uma intriga muito ranzinza com Zé Cândido de Alagoa de Roça. Antônio Silvino queria ouvir falar no diabo, e não queria ouvir falar em Zé Cândido porque era do lado do governo e era tenente, e todo mundo sabe que o lado da oposição toda vida é de encrenca com o lado do governo, toda vida! Antônio Silvino sempre torcia mais pela oposição. Quem era do governo perseguia cangaceiro, aí ele não ficava do lado do governo. Aí Antônio Silvino gritou pros cabras: “Vamos queimar as cargas!” Aí começaram a estragar as cargas, rasgando as fazendas e chamando o povo pobre que tinha ao redor naquela região e dando... Ele media assim de braço, estendia os braços assim e media a fazenda de braço. Roupa Mescla, porque tinha uma roupa chamada Marca Galo, tinha uma chamada Princesa Isabel... A mescla, ele media aquelas roupas e dava aos homens, aos próprio matutos, eles davam. Calça e camisa, as mulheres que eles davam aquelas roupas, aqueles pacotes de roupa, elas faziam roupa para os filhos... e deu aos matutos e disse: “Vá e mostre a Zé Cândido, e diga que foi Antônio Silvino que deu! Agora, se ele quiser tomar uma roupa dessa que ele tome, que ele vai pagar caro! E diga a ele que tenha cuidado que qualquer minuto, quando ele nem esperar eu chego em Alagoa de Roça!” Isso Antônio Silvino. Aí os matutos disseram: “Capitão Antônio Silvino” - o matuto disse – “Capitão, essa carga de papel de embrulhar mercadoria, o senhor poupe essa carga de papel que eu quero levar para Zé Cândido.” Aí um cangaceiro disse: “Você é muito atrevido, tá pedindo que a gente poupe aqui! A gente vai poupar nada!” Aí Antônio Silvino repeliu o cangaceiro: “Cale-se, você

não está vendo os pobre dos matuto com medo, os matutos têm culpa de nada! Se você tivesse falado no começo, eu não tinha bulido com essas cargas! Leve os papéis, eu não vou bulir não. Leve para dar e mostre a Zé Cândido, e diga a Zé Cândido que quando ele nem esperar eu chego lá, fazer uma visitinha a ele!” Passou o tempo, aí liberou e os matutos vieram embora, se despediram e Antônio Silvino ficou pra lá. Chegaram em Alagoa de Roça, entregaram as cargas a Zé Cândido - cargas não, que eles não traziam cargas - os papéis, aí disse: “Antônio Silvino mandou-lhe um recado: que você fique esperando ele qualquer dia que ele chega por aqui.” Aí quando Zé Cândido recebeu esse recado, botou quatorze homens no rifle em casa, e ficou esperando Antônio Silvino. A cabo de uns dias, mais ou menos aproximado, uns trinta e poucos dias, Antônio Silvino chegou lá. Nisso, houve um tiroteio, houve um tiroteio muito grande, foi muita bala. Depois, o povo que estava com Zé Cândido ficou desarmado e procuraram uma trilha por trás de casa e fugiram, e Zé Cândido ficou só com a mulher. Antônio Silvino quebrou as portas, e quando entrou pra matar Zé Cândido, a mulher se ajoelhou nos pés de Antônio Silvino com o crucifixo na mão, a imagem do Senhor e disse: “Capitão”- isso ela chorando demais – “Capitão, em nome de Jesus Cristo, em nome dessa imagem, poupe a vida de meu marido!” Antônio Silvino era um cangaceiro, mas ele gostava muito de obedecer mulher e a imagem do Senhor. Ele não era homem depravado de chegar numa casa e bulir com as mulheres, com as moças, não! Se ele tivesse no meio do bando, a mulher que tivesse, ou a moça que tivesse era honrada! Ele não bulia com mulher! Antônio Silvino era um cangaceiro de respeito! Aí um cabra quis soltar uma pilhéria, aí Antônio Silvino deu-lhe um grito: “Se você soltar uma pilhéria eu meto-lhe uma bala no pé do ouvido!” Com o cabra. Eu sei que ele deu uma pisa em Zé Cândido desgraçada, pra não perder o trabalho, mas não matou. Quando saiu, ia passando pelo cemitério, Antônio Silvino disse: “Olha cabrueira, aqui é a cidade dos valentões.” Aí um cangaceiro disse: “É coronel, Alagoa de Roça é assim?” Antônio Silvino disse: “Alagoa de

Roça o quê, seu besta, olha aí o cemitério; eu estou falando é do cemitério, porque a cidade de valentão é cemitério.” Aí eles foram embora, foram embora e a história de Zé Cândido e Antônio Silvino que eu sei contar é essa.”

Este relato deixa patente a constante presença dos tropeiros na região e a constatação de que, neste momento de nossa história, em nossa região, quase todo pequeno produtor era quem transportava seus produtos para os locais de venda. Seu Zacarias mescla sua narrativa com considerações suas, emitindo seu parecer sobre a oposição ao governo e quanto ao caráter de Antônio Silvino. No entanto, não sabemos e tampouco podemos localizar que trechos de suas memórias estão respaldadas no que “realmente” ocorreu ou quais aspectos de sua fala estão envoltos em fantasia... Talvez Certeau (1994:189), tenha vagado por estas esferas da memória ao dizer que:

(...) “a memória é o antimuseu; ela não é localizável... Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde dormitam revoluções antigas. A lembrança é somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras.”

Aporte que podemos tratar quase que de forma complementar à História Oral é a fotografia. Em seus quase dois séculos de existência a fotografia tornou-se, diz Luiz Flávio de C. Costa (1998:209), “uma nova forma de registro, acessível, barato e extraordinariamente análogo à realidade, vale dizer, uma expressão da verdade.” Pretendemos utilizá-la neste trabalho para revelar um pouco da antiga e atual arquitetura da cidade, lances do cotidiano de uma pequena cidade e do campo; enfim, perceber vestígios registrados, através da imagem, de instantes da vida desta população.

Acreditamos no poder meio mágico da fotografia, ao tornar possível, a quem não viveu ou presenciou determinados fatos e momentos, dar asas à imaginação e proporcionar aos sujeitos “retidos” na imagem, ou a quem apenas viveu na mesma época, oportunidades de reviver e repensar situações e contextos ali “presentificados”. É o que menciona Silva (1999:328), autora de “Errantes do fim do século”, ao citar um comentário de Miriam Moreira Leite sobre a fotografia:

“a fotografia fixa, embora muda, admite uma volta infinita ao ponto de observação, uma contemplação detida, longa e repetida.”...

Refletindo sobre a utilização da fotografia nas ciências humanas, Leite (1988:84) nos alerta que, o fato de a fotografia ser uma imagem fixa, num mundo em constante mudança, contribui para diminuir o caráter de reprodução mecânica de um fato já decorrido.

A fotografia também é um tipo de memória e ainda um instrumento que pode ser utilizado para incentivar/despertar a memória. Atualmente, o uso da fotografia tanto na Sociologia quanto na História, tem aumentado o interesse em empregá-la não apenas como forma de apresentar resultados, mas como método de coletar dados (Leite, 1988:87.)

Edgar de Decca (1991:7) é enfático ao dizer: “*Você só pode conhecer do passado aquilo que o passado deixou.*” E não há como negar que a fotografia é um desses vestígios outorgado pela humanidade a si própria.

Fotógrafo e estudioso da história da fotografia popular no Nordeste brasileiro, Solon Ribeiro (1997:25), nos diz que:

“Foi através da ferrotipia⁵ que os indivíduos pertencentes às camadas inferiores da sociedade tiveram a oportunidade de ter seu duplo.”

No século XIX, a fotografia deixa de ser instrumento privilegiado de uma classe social, tornando-se acessível ao proletariado graças aos fotógrafos populares que, ao invés de esperarem os clientes em seus ateliês, deslocavam-se até eles. Esta iniciativa dos fotógrafos lambe-lambe fez com que a fotografia se popularizasse, tornando-se não só um instrumento técnico de reprodução, mas um meio que possibilita também, a partir da imagem, pensar a sociedade (Ribeiro, 1997:30):

“Talvez se possa afirmar que desde os primeiros anos de sua invenção a fotografia fora destinada a não ser somente um instrumento técnico de reprodução, mas também a de refletir a imagem da sociedade.”

Hoje, é impossível negar a facilidade com que temos acesso à fotografia. Entretanto, tivemos enormes dificuldades para conseguir fotos antigas e o leitor perceberá ao longo desta leitura, serem poucas. Isto deixa patente que, apesar do esforço dos fotógrafos populares, nem todas as pessoas das classes populares tinham acesso à fotografia, principalmente os pequenos produtores⁶.

O autor-fotógrafo ainda nos remete ao caráter itinerante desses profissionais que, atingindo as classes mais modestas, outorgou à fotografia o status de comunicação de massa (Ribeiro, 1997:81).

⁵ Trata-se do popular lambe-lambe. Segundo Ribeiro (1997:81-82), a origem da expressão é controversa: na época em que os fotógrafos usavam placas de vidro para emulsão, a cada dois clientes as placas deviam ser lavadas com água antes de reutilizá-las; entretanto, devido a urgência requerida, era mais prático dar uma lambida nas placas. Ou, sempre apressados, os fotógrafos mantinham alguns retratos entre os lábios enquanto recortavam um outro. Ou ainda, não dispondo de produto químico para dar brilho à fotografia, a saliva era um substituto eficaz.

⁶Nossos interlocutores são ou foram pequenos produtores, por isso essa ênfase. As fotografias mais recentes, tanto do campo como da cidade foram tiradas concomitantemente à realização das entrevistas.

O antropólogo Malinowski foi um dos primeiros pesquisadores a introduzir o uso da fotografia em trabalhos científicos⁷ de forma a não tratá-la como mero apêndice ou anexo do estudo em questão. A observação é feita por Etienne Samain (1995:309-310), ressaltando que Malinowski percebia que *“a fotografia oferece algo que pode ser visto, observado, tocado pelo olho.”* Ela tem o poder de fazer-nos ver e conhecer. Ensina e explica algo acerca do que é testemunha. As legendas também receberam especial atenção por parte de Malinowski, insistindo para que o leitor se detivesse nos detalhes. Para tanto, usava muito as expressões: *“note bem, observe bem, dê melhor atenção”* a este detalhe ou a esta postura, etc.

Um aspecto interessante do trabalho de Malinowski é que as fotografias não são instrumentos utilizados como ilustração de algo escrito. Ao contrário, são fontes norteadoras do que escreverá. As fotografias:

“Não são os álibis forjados em vista do texto que pretende escrever. Nas suas obras, as fotografias funcionam, ao contrário, como se fossem “pontos de partida”, desencadeadoras, molas capazes de inspirar o texto que, com elas Malinowski pretende elaborar”(Samain, 1995:319).

Ao refletir o uso da fotografia nas ciências sociais, Sylvain Maresca (1995:336), traz uma citação de Leonard M. Henry acerca do risco de a foto tornar-se também uma sutil forma de exploração tal como a observação participante e a pesquisa através de questionários. Entretanto, qualifica a utilização da fotografia como *“humanização da sociologia”*.

⁷ Em 1914, Malinowski deixou Londres e rumou para ilhas da Nova Guiné, onde durante 4 anos conviveu com os nativos e fotografou os vários aspectos de suas vidas (Samain, 1995).

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: DO CAMPO À CIDADE, DA CIDADE AO CAMPO

1.1- Nosso Rincão: Um Pedacinho do Nordeste

O Nordeste Brasileiro é o pano de fundo do tema aqui enfocado. Trata-se de uma região originada no contexto da formação do Brasil Colonial, desempenhando um papel fundamental no processo de constituição do Estado Nacional. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, relata Santana (1990:24) que o Brasil integrou-se ao sistema mercantilista, mantendo-se subordinado a uma economia de mercado, ditada pelo Estado nacional absolutista português.

No quadro da divisão internacional do trabalho, enquanto economia complementar, o Brasil restringia-se à produção de gêneros tropicais de grande demanda na Europa e, em contrapartida, era mercado consumidor de manufaturados:

(...) “a organização do espaço nordestino teve sua origem no século XVI, quando o Brasil, na condição de colônia, teve a sua inserção na divisão internacional do trabalho, determinada pela expansão do capital comercial” (...) (Santana, 1990:24).

Nessa perspectiva, o Nordeste é uma região que surge como resultado

do processo de divisão nacional do trabalho⁸, sedimentando-se como espaço organizado e integrado ao todo nacional na condição de fornecedor de força de trabalho e de matéria-prima demandadas pela Região Sudeste, onde a dinâmica da industrialização a faz centro de gravidade do processo de desenvolvimento do todo nacional, a partir da segunda metade do século XIX.

O Nordeste, em que pese ter assumido um conceito homogêneo de região a partir de algumas características singulares tais como seca, flagelo e emigração, é uma região muito complexa do ponto de vista de sua tessitura econômica, social, cultural e, acima de tudo, pela sua estrutura fisiográfica que condicionou a sua formação histórica.

Gilberto Freyre (1989), em seu livro clássico “O Nordeste”, dá ênfase ao estudo do Litoral e da Zona da Mata, onde a cana de açúcar e a escravidão reinaram soberanas. A monocultura da cana de açúcar, o latifúndio e a escravidão negra imprimiram marcas indeléveis ao perfil da região nesta sub-área geográfica, onde a vegetação de mata e o solo de massapê foram condições favoráveis para o soerguimento de uma estrutura econômico-social duradoura.

“O Outro Nordeste”, de Djacir Menezes (1970), reflete uma problemática regional distinta, onde impera o semi-árido com solo e clima portadores de condições propícias às secas periódicas e aos flagelos sociais. A fazenda de tipo agropecuária sedimentou laços

⁸ “A região ... é produto e suporte do modo de produção capitalista. Ela se constitui como resultado natural, a certo nível, do processo de produção de mercadorias. Como processo de produção de mercadorias avança com a divisão social do trabalho, ela passa necessariamente pelo crivo de sua determinação ... Na formação de uma região como o Nordeste, que emergiu de um estatuto colonial, verifica-se um dupla determinação. Em primeiro lugar, a divisão internacional do trabalho especifica as mercadorias a serem produzidas. Em segundo lugar, a divisão regional do trabalho determina o lugar e a forma onde e como as mercadorias devem ser produzidas” (Silva, 1981: 70).

sócio-econômicos constituídos pelo fazendeiro e pelo morador de condição⁹, onde a pecuária funcionou como setor mercantil e a agricultura de subsistência como produção familiar.

Manuel Correia de Andrade (1973), avança no estudo da região Nordeste dividindo-a em Litoral, Zona da Mata, Agreste e Sertão, onde procura singularizar cada uma delas pela sua estrutura econômica, sua estrutura social e pelo quadro de sua geografia física.

No que diz respeito à Região do Agreste, o autor a situa entre a Zona da Mata e o Sertão, classificando-a como uma sub-região geográfica onde a pequena produção tem um peso significativo, funcionando como uma zona responsável pela produção de alimentos e fornecimento de mão de obra para a zona canavieira e, por extensão, para o Sudeste do Brasil, quando o país consolida a formação de seu perfil de Estado Nacional.

Portanto, o Agreste é uma região que abrange um espaço intermediário entre o Litoral-Mata e o Sertão. Trata-se, fisiograficamente, de uma região que se enquadra no tipo semi-árido, onde o clima é seco, o solo é raso e silicoso e a cobertura vegetal é predominantemente xerófila.

A ocupação dessa região resultou, em primeiro lugar, da doação de sesmarias a um tipo de colono que não dispunha do prestígio senhorial e riqueza mobiliária como os que instalaram-se no Litoral-Mata e montaram engenhos. Não podendo comprar escravos de origem africana, esse tipo de proprietário recorreu ao morador de condição como forma alternativa, aparecendo daí diferentes formas de trabalho como a terça, a quarta, a quinta e a meação.

⁹ Trata-se do trabalhador que mora na propriedade sob condição. Segundo Andrade (1973:145), esse morador recebe um sítio de aproximadamente um hectare, e uma choupana para viver. Cultiva produtos de subsistência e, às vezes para ter acesso à casa de farinha paga uma cota a “conga” (uma em cada dez cuias de farinha cabe ao proprietário). A “sujeição” ainda está na obrigação de trabalhar para o proprietário 2 ou 3 dias na semana, na estação chuvosa e de 5 a 6 dias durante a safra.

Tanto o índio “destribalizado” como o colono “proletarizado”, remanescente da zona rural do norte de Portugal, povoaram essa região na qualidade de mão de obra não assalariada. Dessa forma, a Região do Agreste diferencia-se da Litoral-Mata pela sua estrutura econômico-social.

A ocupação da Região Nordeste obedeceu a duas modalidades: uma teve como núcleo de partida Olinda-Recife, que espraiou-se pela Mata Atlântica e litoral norte e Mata Atlântica e litoral sul e a outra nucleada por Salvador que adentrou pelo Rio São Francisco, penetrando pelos vales dos rios da região, formando fazendas agropecuárias (Veja mapa em anexo). O veículo dessa penetração e, também, o núcleo que forjou as fazendas foram os currais que se subdividiam, com base no direito de primogenitura. Dessa forma, as fazendas iam se multiplicando até tornarem-se as células econômicas e do poder social que engendrou a ordem política local (Andrade, 1975.)

A penetração colonial para o interior do Brasil teve nos rios os seus caminhos naturais. No caso do Nordeste, o Sertão e o Agreste foram ocupados através do Rio São Francisco e, na seqüência, outros rios que cortam a região. Essa dinâmica foi distinta da que presidiu a ocupação do Litoral e da Zona da Mata. Essas duas vias de ocupação territorial fizeram com que essas duas regiões se mantivessem sem um relacionamento econômico significativo ao longo de dois séculos (Id. Ibid.)

Na Zona Litoral-Mata instalou-se uma economia mercantil agroindustrial, voltada para a exportação. No Agreste-Sertão, medrou uma economia agropastoril, de cunho mercantil, orientada para os mercados das áreas produtoras de açúcar e da mineração.

Enquanto a economia açucareira teve de recorrer ao trabalho escravo, proveniente da África, a economia do semi-árido, especificamente a do Agreste, usou a força de trabalho do índio e do colono “proletarizado” de forma semi-servil, isto é, como morador de condição.

Até o final do século XVII, a área correspondente entre o Litoral e o Sertão paraibanos eram despovoados ou pouco povoados (Sá, 1980:17). Já na segunda metade do século XVIII, as vilas estão surgindo, no Agreste, fruto do processo de expansão da produção mercantil simples¹⁰. Esses pequenos mercados dão origem a uma significativa indústria artesanal (couro, madeira, tecido, osso, alimentos, bebidas alcoólicas).

O Brejo Paraibano recebeu, neste período, muitos habitantes que migravam da caatinga, fugindo das secas periódicas. A agricultura de subsistência e o cultivo da cana-de-açúcar eram responsáveis pela sobrevivência desta população que utilizava engenhocas para transformar a cana-de-açúcar em rapadura, açúcar e aguardente. Desta forma, a ocupação deste espaço resultou na criação de pequenos sítios e vilas (Santana, 1990:55)

Na condição de zona geográfica intermediária entre o Litoral e o Sertão, essa região comporta-se como uma espécie de ponto de interseção para onde confluem mercadorias provenientes do Sertão, a fim de serem comercializadas, e centro de distribuição para o Sertão de produtos procedentes de outras regiões, razão pela qual vão surgir verdadeiros pólos de desenvolvimento¹¹ regional como Feira de Santana, Palmeira dos Índios, Caruaru, Campina Grande, Mossoró, Floriano e Juazeiro. Referindo-se a Campina Grande, diz Melo (1994:94-95):

“A ligação da zona brejeira com o sertão da Paraíba processou-se através de Campina Grande, vocacionada, desde as origens, para a condição de empório, como animado centro de trocas”. (Grifos nossos)

¹⁰ 10 Constitui-se do excedente agrícola do pequeno produtor, destinado à comercialização e em cuja produção não está presente o trabalho assalariado.

¹¹ O pólo é o centro econômico de uma região, de um país ou de um continente, e o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca de forma que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região (Andrade, 1973:55.)

Darcy Ribeiro alude aos pequenos aglomerados surgidos em áreas produtivas, à medida que a população concentra-se e aumenta numericamente, servindo de pouso nas longas viagens empreendidas entre os núcleos do interior. Cita Campina Grande ao referir-se às feiras de gado de cidades do interior do país que alçam grande expressão (Ribeiro, 1995:196-197).

Em seu conjunto, essa região apresenta um ritmo de progresso que a torna mais dinâmica do que as regiões do Litoral-Mata e do Sertão. A saga do camponês de Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto (1996:45), mostra como a morte está presente, para o retirante, tanto na Zona da Mata quanto nos lugares por onde ele passou:

(...)“o que apenas busquei/ foi defender minha vida.../ Mas não senti diferença/ entre o Agreste a Caatinga/ e entre a Caatinga e aqui a Mata.”(...)

O Brejo Paraibano caracteriza-se por “*um brejo de altitude de encostas voltadas para a ação dos ventos*” (Moreira e Targino, 1997:85.) A posição geográfica e o relevo da região proporcionam o clima úmido, solos férteis, rios perenes e fontes, viabilizando a agricultura.

Por serem, até hoje, áreas de forte densidade demográfica, apesar da redução ocorrida, os brejos apresentam “*número muito grande de pequenas cidades, vilas e povoados, separados por distâncias reduzidas*” (Grabois, 1999:99).

A caracterização fisiográfica do Brejo reside no fato de ser uma região de altitude onde os ventos alísios que sopram no sentido leste-oeste se entranham com sua massa atmosférica e condensam-se, formando gotículas que precipitam-se no seu solo, umedecendo-

o. A vegetação espessa que constitui a sua cobertura vegetal imprime uma condição específica a seu solo, tornando-o fértil e favorável à agricultura de subsistência.

Essa perspectiva do conceito de Brejo permite-nos destacar o fato de que essa sub-região do Agreste singularizou-se, historicamente, por ter sido, nos seus primórdios, um espaço no qual alojou-se o colono pobre, constituindo o morador de condição do sesmeiro ou grande proprietário (Andrade, 1975).

A região do Brejo da Paraíba situa-se como a mais representativa manifestação desse fenômeno na região Nordeste. Essa região está constituída por uma malha de 9 municípios: São Sebastião de Lagoa de Roça, Areia, Alagoa Nova, Alagoa Grande, Bananeiras, Pilões, Serraria, Borborema e Pirpirituba. Todos esses municípios estão inseridos numa situação fisiográfica homogênea, onde a propriedade familiar ocupa um espaço significativo. Razão pela qual essa região do Brejo Paraibano constitui o celeiro da pequena produção do Estado da Paraíba.

Nessa perspectiva, o conceito de microrregião homogênea adotado pelo IBGE assume, aqui, relevância na caracterização de Lagoa Seca. A microrregião de Campina Grande, constituída por Campina Grande, Lagoa Seca e outros municípios¹², reveste-se de importância justamente porque, sendo um pólo de desenvolvimento regional, torna-se um centro de atração em torno do qual gravitam os seus satélites, cujo estudo depende de seu entendimento no seu conjunto.

A microrregião de Campina Grande apresenta um particular interesse porque Lagoa Seca faz parte de seu conjunto. Campina Grande é o centro de gravidade dessa microrregião homogênea e desempenha o papel de pólo de suas conexões e de sua interação, reunindo em um todo os municípios de Puxinanã, Massaranduba, Serra Redonda, Queimadas e Fagundes.

¹² Os demais municípios são: Massaranduba, Puxinanã, Fagundes, Queimadas e Serra Redonda.

Quando os primeiros colonos chegaram na região da Borborema, no século XVII, encontraram o índio - já afeito à agricultura de subsistência, forçado por longos anos de fuga com o colono a seu encalço - que foi submetido a formas de servidão para o trato dos rebanhos e para o empreendimento dessa mesma agricultura de subsistência.

Em abril de 1790, Campina Grande é elevada à condição de vila pelo seu destaque como espaço organizado em função da produção de alimentos e da pecuária como atividade econômica mercantil. Diz Epaminondas Câmara (1947:2), registrando o ano de 1697:

“Aldeamento dos índios ariús no sítio da Campina Grande, pelo capitão mór dos sertões, Teodósio de Oliveira Ledo, que os trouxe de Piranhas”.

E acrescenta:

“Anos antes, em 1670, já se tinha notícia da fazenda Boqueirão, à margem do rio Paraíba, por um tio de Teodósio, o capitão Antônio de Oliveira Ledo” (Id. Ibid.)

Portanto, quando Campina Grande é erigida à categoria de cidade, em 11 de outubro de 1864, a Mesorregião do Agreste já existia como uma realidade econômica, onde o mercado desenvolvia-se gravitando em torno da pecuária, como economia de porte mercantil. Também, um crescente complexo de atividades econômicas de subsistência como o milho, o feijão, a batata, a farinha de mandioca já estava sedimentado. A convergência dos excedentes dessa pequena produção, em determinados espaços, dava origem a pequenos povoados que nutriam a economia mercantil¹³ em expansão.

¹³ Sistema econômico voltado para a produção de mercadorias, ou seja, bens destinados às trocas.

No período de transição entre os séculos XVIII e XIX, o Nordeste já apresentava a consolidação das microrregiões, em virtude da lavoura de subsistência, da cotonicultura e da pecuária. O acentuado aumento demográfico, aliado às condições já mencionadas, impulsionou as relações de comércio entre Agreste, Litoral e Sertão (Santana, 1990:168).

Reportando-se às Microrregiões do Agreste e do Sertão que, subordinadas ao capital comercial, propiciaram a formação de núcleos urbanos, diz a autora que:

(...)“a partir do século XIX, a região Nordeste já dispunha de condições concretas para a reprodução do capital, principalmente o Agreste, que já em meados do século XVIII, isto é, anterior à sua estruturação em “região” algodoeira, possuía uma população de 14.086 habitantes que, distribuídos em seis freguesias, constituíam importantes núcleos de beneficiamento, circulação e distribuição de mercadorias, possuindo uma complexa e diversificada divisão social do trabalho” (Santana, 1990:67)

A propriedade de tipo sesmarial e o direito de primogenitura já eram letra morta, a partir da segunda metade do século XVIII, mas suas seqüelas continuaram imprimindo os traços essenciais das relações de propriedade e de produção. A fazenda já havia se consolidado como unidade de produção, tendo o gado bovino como atividade econômica nodal de sua base mercantil (Andrade,1973).

No entanto, era o morador de condição que garantia a formação da riqueza social¹⁴. A agricultura de subsistência - que no início servia, apenas, para a auto-reprodução familiar agora já produzia um excedente que era levado para a troca – onde surgiram as feiras, dando origem a povoados e formando uma rede urbana que evolui para a constituição de uma malha urbana regionalizada.

¹⁴ Entendemos a riqueza social como o conjunto da produção social.

Em 1846, Areia tornou-se cidade; Sousa, em 1854; Mamanguape, em 1855; Pombal, em 1862. Bananeiras tornou-se cidade em 1879. Tudo revela o vigor progressivo dessa economia mercantil que repousa na pecuária e nutre-se da produção mercantil simples, formando um sistema econômico regionalizado.

A ocupação do Agreste só foi iniciada no século XVII, depois de ter sido feita a conquista do Sertão. O relevo acidentado da Borborema, segundo Sá (1980:17), foi a razão deste retardamento. Outro empecilho eram os habitantes nativos da região, os índios, que foram expulsos ou dominados. Vencidos os obstáculos, as terras mais úmidas, propícias às culturas de subsistência, logo começaram a produzir milho, feijão e mandioca.

Como lembra Irineo Joffily (1977:14), provavelmente, os agregados dos fazendeiros sertanejos tenham sido os primeiros a habitar os brejos, sendo responsáveis pelo cultivo de lavouras de subsistência para a manutenção das pessoas da fazenda e dos *"aventureiros que os acompanhavam como soldados"* Isso justificaria a solicitação de sesmarias no Sertão, para a criação de gado; e no Brejo, para o plantio de lavouras que supririam de alimentos as fazendas sertanejas, ou ainda para:

"obter mantimentos para a guerra do gentio brabo... Quando os indígenas ficaram todos reduzidos ou aldeados, e a população aumentando, foi pouco a pouco perdendo os hábitos de vida aventureira, os sítios dos brejos foram adquirindo importância. Iniciou-se o cultivo de cana (...) foram construídas toscas máquinas de madeira para extrair-lhe o suco, 'torcedor', na linguagem popular, e a rapadura (...) tornou-se um dos principais produtos dos brejos, além da farinha de mandioca, milho, feijão, favas, fumo, algodão e café" (Joffily, 1977:14-15).

Apoiando-nos, novamente, no trabalho de Sá (1980:19), é possível deduzir que as terras utilizadas pelos pequenos produtores do Agreste e do Brejo começam a ter essa função e a característica de pequenos lotes, com a posse ilegal da terra e/ou através da sucessão hereditária, principalmente no Brejo, contrastando com as grandes superfícies destinadas à criação de gado e ao cultivo canavieiro :

"Como a lavoura canvieira, a pecuária apoiou-se na grande propriedade. Surgia na hinterlândia o latifúndio em função da pecuária, ficando a pequena produção agrícola baseada na posse ilegal da terra, e/ou surgiria posteriormente, com a sucessão hereditária, sobretudo na área agrícola do Brejo Paraibano" (Id. Ibid.)

A pequena produção brejeira inicia-se, portanto, de forma "marginal", como um complemento a garantir a existência da atividade pecuária. Torna-se responsável pelo abastecimento do sertão com os produtos de primeira necessidade como milho, feijão e farinha e com a rapadura, após as instalações de engenhos na região, no século XIX. O próprio povoamento da região e o crescimento da população também requeriam o aumento dessa produção:

"Processava-se a expansão da lavoura, tomando o lugar das matas a fim de atender a população que crescia. Torna-se o Brejo o principal centro abastecedor de milho, fava, farinha-de-mandioca e a rapadura para todo o Sertão, sobretudo. (...) Posteriormente, com a introdução da cana-de-açúcar, instalaram-se os engenhos, que segundo Horácio de Almeida, datam dos meados do século XIX. Multiplicam-se os engenhos, a população crescia e a região ia sendo ocupada" (Sá, 1980:20)

1.2 – A articulação Campo-Cidade

“o urbano também mudou de figura e as diferenças atuais entre cidade e campo são diversas das que reconhecíamos há alguns poucos decênios” (Milton Santos, 1996:106)

Os espaços urbanos surgem como manchas dentro dos espaços agrícolas (Serra,1987:7). Essas manchas ampliam-se e, quando possível, permanecem cingidas pelos tons verdes das culturas agrícolas que as originaram.

Estudos realizados por Wanderley (1997:94), confirmam que a dimensão populacional continua sendo o critério mais utilizado para demarcar o espaço rural do espaço urbano. Ela ainda nos alerta para o fato de que, do ponto de vista sociológico, não podemos descartar duas características no meio rural: a relação dos habitantes do campo com a natureza, sendo este espaço onde *“resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc”*.; e também as relações sociais de interconhecimento resultantes da vivência das coletividades rurais (1997:96).

Para Juarez R. Brandão Lopes, estudioso do desenvolvimento urbano brasileiro, as aglomerações, para serem urbanas, precisam contar com pelo menos cinco mil habitantes, possibilitando *“demarcar a área onde mais intensamente se faz sentir a influência de valores, padrões e formas de organização urbanos”* (Lopes, 1978:67)

O Censo Demográfico elaborado pelo IBGE, distingue os domicílios em função da situação rural ou urbana.¹⁵ De acordo com a legislação brasileira, quem habita nas sedes urbanas dos municípios é urbano, independentemente das profissões desempenhadas (Idem. p. 97-98.) Desta forma, o agricultor que labuta diariamente em seu roçado, mas mora na cidade, é um urbano.

O IBGE, aponta como urbanos “todos os cidadãos que residem nos distritos-sedes dos municípios ou nas sedes dos demais distritos, independentemente do porte da cidade” (Caiado, 1995).

Speridião Faissol, pesquisador do IBGE, refere-se às pequenas cidades, às vezes muito pequenas até mesmo em termos de um conceito de cidade, que existem em virtude de uma “definição legal de cidade-sede de município” (Faissol apud Wanderley, 1998:30).

Para Faria (1984:124), “as pequenas cidades, com até 20.000 habitantes não integram propriamente a rede urbana, são consideradas como ‘não-urbanas’”.

Para José de Souza Martins, o primordial do rural é a ocupação de sua população: os indivíduos ocupam-se na atividade agrícola, cultivando plantas e lidando com animais (Martins, 1981:26).

Anos a fio, discutiu-se a questão campo/cidade como sendo controversa e não compatível entre si por mostrar-se contrastante. Felizmente, este debate já é fato superado e atualmente os autores abordam o assunto de modo a não mais antagonizar esse binômio, mas tratam-no de forma articulada.

¹⁵Na situação urbana estão as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Na situação rural estão a população e os domicílios recenseados em todas as áreas situadas fora desses limites, incluindo os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Estas situações são definidas, em cada caso, por lei municipal (Wanderley, 1997:97).

Esse corte rural/urbano, segundo José Graziano (1997:121), é uma variável utilizada para tratar as diferenças apenas quantitativas no tangente aos níveis de renda, acesso a bens e serviços, não explicitando as diferenças qualitativas entre ambos. Desta forma “ *‘a idéia de dois mundos que se opõem’ vai cedendo lugar à idéia de um “continuum” espacial, seja do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social.*”

A partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, da introdução das indústrias no interior e da modernização das sociedades urbana e rural, a teoria da urbanização é formulada com ênfase na integração destes dois espaços, através das trocas crescentes entre ambos. A visão dualista que opunha o rural ao urbano como realidades distintas e de negação uma a outra, associando o “rural” ao agrícola e ao atrasado e o “urbano” ao industrial e ao moderno foi superada, enfatiza Maria José Carneiro (1997:154-155), onde “*A dicotomia entre rural e o urbano seria diluída em um continuum.*”

A autora (1997:182), ainda ressalta que a ruralidade não pode mais ser definida pautada na oposição à urbanidade. Rural e urbano corresponderiam, então, a representações sociais sujeitas a reelaborações de acordo com o universo simbólico em que estão inseridas.

O crescente aumento dos meios de transporte e a multiplicação de estradas, ligando o campo às cidades, contribuiu definitivamente para pôr fim ao isolamento que, durante décadas, manteve a população rural alijada dos benefícios que os urbanos gozavam.

Em “O lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno”¹⁶, Wanderley (1998:6) menciona a “teoria do continuum rural-urbano”, nas relações campo-cidade. Essa teoria apresenta-se em duas vertentes. A primeira, relaciona o continuum entre o meio rural e o meio urbano

¹⁶ Painel: “Os Processos de Desenvolvimento Rural: Agricultura, Ruralidade, Integração Campo-Cidade”, apresentado por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, no 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, de 4-8/08/1997, Natal.

incidindo sobre a nitidez de cada um desses espaços e cujo avanço do domínio do urbano tende a eliminar o conceito de “rural”. Este é um processo de dominação, cujo polo urbano serve de parâmetro para a uniformização da sociedade. A segunda, considera o continuum rural-urbano como uma relação integradora dos dois polos - enfoque que utilizaremos em nosso trabalho.

A compreensão de Milton Santos acerca das pequenas cidades é apresentada pela autora (1998:32). Estas deixam de ser as “cidades dos notáveis”, dos coronéis, convertendo-se em “cidades econômicas”, onde o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, dentre outros elementos imprescindíveis no primeiro modelo, são substituídos pelo médico¹⁷, pelo agrônomo, pelo veterinário, pelo bancário e pelos comércios especializados das cidades econômicas.

Devido à profundidade das transformações sofridas pela sociedade, diz Milton Santos (1996), não se trata mais de distinguir espaços rurais e urbanos, e tampouco pequenas e grandes cidades. O campo comanda a vida econômica e social do sistema urbano, nas regiões agrícolas. Nas regiões urbanas, essa função é desempenhada pelas atividades secundárias e terciárias (Santos, 1996:68).

O espaço total brasileiro, diz o autor, está preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas:

***“Simplesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e “cidades”.
Hoje as regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades, as regiões
urbanas contém atividades rurais” (Milton Santos 1996:65).***

¹⁷ Na Paraíba, mais de 35% dos prefeitos são médicos ou exercem alguma função relacionada à área de saúde. São eleitos principalmente em cidade interioranas, onde a assistência é mais precária e o prefeito assume também a função de médico: Picuí, Barra de Santana, Ingá, Fagundes, Serra Redonda, Massaranduba, Alagoa Grande, Alagoa Nova e Lagoa Seca, dentre outras (Jornal da Paraíba, 26/12/1999 - p.2)

Discordando da idéia de continuum, apesar de referendar a não descontinuidade campo-cidade, Helza Junghans Lanz comenta a respeito de traços culturais camponeses que permanecem incrustados no cotidiano urbano, estando entrelaçadas modernidade e tradição de modo a se complementarem:

“Ao contrário das formulações dicotomizadas, não vislumbramos uma descontinuidade entre o campo e a cidade, como também não concordamos com a idéia de continuidade. A nosso ver, há um entrelaçamento de traços, posturas, cosmovisões e modelos simbólicos onde tradição e modernidade se encontram, se sobrepõem, se alternam, se complexificam” (Junghans Lanz,1997:24).

Desde a antigüidade, com Platão (Serra,1987:7), vislumbra-se a articulação do urbano com a divisão do trabalho e os excedentes agrícolas e ainda percebia-se a cidade como portadora da função de mercado. Vejamos o que alguns teóricos pensam a respeito do urbano:

O caráter econômico da cidade é percebido por Weber (1979:69), onde a população recorre ao mercado, encontrando os produtos de que necessita. Parte desses produtos tem origem na própria localidade e a outra parte vem de populações vizinhas. Em essência *“toda cidade é um local de mercado.”* O tamanho por si só não é um elemento definidor do que seja cidade. Um fator a ser considerado é a vinculação da maioria dos habitantes em atividades industriais e comerciais, estando afastados da produção agrícola.

Castells, em comentário acerca de Raymond Ledrut, menciona a sua análise da cidade enquanto *“um sistema de trocas entre diferentes setores que ocupam um lugar e preenchem uma função determinada”*, onde cada setor contribui para o funcionamento interno da cidade (Castells,1983:138).

Para Reissman, as cidades são um conjunto *"complexo de interações entre as pessoas, o espaço e as instituições sociais"* (Serra,1987:10).

A cidade para Park é um corpo de costumes, sentimentos e atitudes transmitidos através da tradição.

Simmel caracteriza a metrópole como multiplicação da quantidade de atitudes a que as pessoas estão sujeitas. A característica fundamental da metrópole é sua extensão funcional para além de suas fronteiras físicas, de seus limites imediatos. Nesse espaço, o homem teve a possibilidade de desfazer-se de amarras que tolhiam sua liberdade no tangente aos relacionamentos intelectuais e sociais. A independência individual e a própria elaboração da individualidade nutriram-se das condições proporcionadas pela vida metropolitana (Simmel, 1979:21,24).

Numa abordagem sociológica, Louis Wirth concebe a cidade como *"um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos."* Atentando para os aspectos de tamanho, localização, idade e função, o autor considera possível classificar comunidades urbanas que variam de pequenas cidades, lutando para manter-se, até prósperas metrópoles mundiais (Wirth,1973:94-96).

Castells questiona a existência de uma cultura urbana não podendo ser apresentada como conceito nem como teoria. *"Ela é, propriamente dito, um mito, já que, o narra, ideologicamente, a história da espécie humana."* Destarte, as temáticas desenvolvidas acerca da 'sociedade urbana' funcionam como palavras-chave, encerrando o significado de uma ideologia da modernidade fundidas às formas sociais do capitalismo liberal (Castells, 1983:110).

Ao abordar a cidade, Castells percebe o homem enquanto pertencente a uma determinada classe social que, lutando por sua sobrevivência transforma a natureza e é por ela transformada, não sendo um ser inerte, letárgico, neste processo dialético:

“A cidade é a projeção da sociedade no espaço. Há um “processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes), “o homem”, transforma-se e transforma seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho” (Castells, 1993:146).

O "espaço agrícola" - a extensão de terra utilizada para a exploração agrícola - é uma das formas de o homem executar sua ação sobre o espaço e, segundo Serra, uma das formas mais amenas.

Ambos os espaços são produzidos pela ação humana, e o que os distingue é a "natureza e a aglomeração das adaptações". O espaço urbano é modificado, em geral, com a construção de abrigos para servirem a inúmeras funções. As modificações executadas no espaço natural estão relacionadas à flora, onde a vegetação natural é substituída por plantações (Serra, 1987:34.)

Desta forma, temos, de modo simplificado, mas abrangente, campo/cidade ou urbano/rural como adaptações do espaço que o homem modifica de forma a suprir suas necessidades básicas. Estando estes espaços convergindo para uma mesma finalidade de caráter essencial para a sobrevivência humana, por que discutir a preponderância de um setor sobre o outro?

Serra (1987:77), aponta o extraordinário aumento da produtividade ocorrido ao longo do século XX como propulsor da urbanização generalizada, promovendo o cruzamento dos interesses industriais e agrícolas. As classes dominantes, com o capital financeiro, foram

niveladas ficando no mesmo patamar, industriais e agricultores como devedores do sistema financeiro. Tais mudanças acrescidas do desenvolvimento verificado nos sistemas de transportes e de comunicações, deslocam para segundo plano a contradição campo/cidade.

Historicamente, Singer (1968), enfatiza que o caráter desse antagonismo é bem menos decisivo do que as contradições de classes. Devido a amplidão da transformação ocorrida na divisão do trabalho campo/cidade, atualmente está em questão a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade.

Temos, na realidade, uma imbricação forjada por esta divisão do trabalho, onde o campo inicia o processo de transformação da natureza e a cidade o completa (Rolnik,1988:27). Desta forma, o camponês também consome produtos urbanos e percebemos não haver uma divisão estanque, mas complementar, pelo menos em termos de comércio/consumo.

Segundo Marx (1994:202), é através dos instrumentos que o homem age sobre o objeto de trabalho, transforma a natureza imprimindo-lhe uma forma útil à vida humana. O homem trabalha/transforma o espaço natural - espaço onde o homem ainda não exerceu nenhuma ação adaptadora - tornando-o espaço urbano ou espaço rural.

A ação do homem na natureza tem como característica o teor acumulativo do modo pelo qual ele supre as necessidades cotidianas de sua vida. Essa cultura também pode ser descrita como "*a parte do ambiente feita pelo homem*", incluindo-se aí conhecimento, crença, moral, arte, costume, lei e sociedade (Serra, 1987:55.) É através dessa cultura, de caráter cumulativo, que o homem constrói o espaço humano.

Ao longo do que expusemos, através do pensamento de todos estes teóricos, podemos apontar que o fundamental a nortear suas idéias é o fato de que o homem é o agente das transformações realizadas na natureza. Transformações que estão diretamente

relacionadas a sua sobrevivência, quer tratando-se da produção de gêneros alimentícios ou da produção de abrigos para fins de moradia, entre outras necessidades - interferindo nos espaços natural e urbano. Portanto, todo espaço humano ou “produção social de formas espaciais” resulta de uma construção executada pela ação, cujo agente é o homem.

Certeau (1994), aborda o espaço como algo dinâmico, constituído por pessoas comuns no seu cotidiano. Sendo o homem um ser extremamente dinâmico e ativo, o espaço também é atingido por esse aspecto humano. O espaço está sempre sendo transformado, sendo humanizado em decorrência dessa transformação ocorrer através do homem e para satisfazer suas aspirações.

Para Park (1979:26), mais do que uma construção material artificial, a cidade “*é um estado de espírito*”, onde costumes e sentimentos estão organizados pela tradição. A cidade insere-se no âmago das pessoas que a formam, sendo um “*produto da natureza humana*”, extrapolando a mera construção física.

“A verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam” (Park,1979:29)

Numa acepção mais poética, Ítalo Calvino envolve a cidade em relações permeadas pelo tempo e pelo espaço. A cidade é portadora de seu passado, de sua história, onde os ângulos das ruas, as grades das janelas, os corrimãos das escadas, os entalhes e os mastros das bandeiras podem ser lidos como se lê as linhas da palma de uma mão (Calvino, 1990:14-15).

“A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado” (Calvino, 1990:14).

Lagoa Seca teve início com moradores da própria região. E isso talvez seja uma premissa que tenha incutido na cidade a “identidade” própria de uma cidade interiorana, onde a proximidade com um grande centro, como Campina Grande, não extraiu de seu cerne essa marca. Sentimo-nos respaldada por Wanderley (1998:37), ao levantar a hipótese de que a população rural ao transferir-se para a sede municipal não tenha necessariamente de deslocar-se de “lugar”, ou seja, essas pessoas podem continuar restritas às mesmas relações de interconhecimento que mantinham anteriormente. A autora afirma que:

(...)“mesmo quando o bairro rural não é mais o espaço dos mínimos sociais, não consegue, por sua própria definição, absorver o conjunto das atividades essenciais no homem rural. Isto explica por que a sociedade rural não se esgota no pequeno espaço propriamente rural, mas se espalha pelas pequenas cidades que não só lhe servem de apoio político-institucional, como também, constituem um quadro complementar de vida.”

Analisando as relações campo/cidade, Wanderley (1998:38), enfatiza os vínculos efetivos entre o meio rural e a cidade mais próxima e elabora uma tipologia, referindo-se a um “processo de ruralização das pequenas cidades”, ao considerar casos em que o município, dada sua reduzida dimensão, não abriga todos os bens e serviços que a população requer.

Vimos que essa área do Brejo Paraibano é habitada por pequenos produtores que adquiriram suas parcelas de terra de modo ilegal ou através de herança, tornando-se área própria para a pequena produção, produção de subsistência.

No contexto ora abordado, são essas pessoas tradicionalmente vinculadas à terra, à natureza, detentoras e transmissoras da sabedoria popular e, acima de tudo, humildes que lançam o fundamento para o surgimento da cidade.

Contrariamente ao saber compartimentado de hoje, o saber-se agricultor continua sendo um saber integral. O agricultor domina conhecimentos acerca do tempo, do espaço, sabendo o momento propício de plantar, de limpar o roçado, de colher, de armazenamento do produto – na maioria das vezes em casa e, não raramente, sem dispor de silos – tendo de controlar também o tempo de duração do armazenamento sem que a semente se deteriore.

“Os ciclos profanos da vida rural, a época de trabalhar a terra, semear, colher por exemplo acham-se aí espalhados e sua rotina de vida é permeada pelas festas e rituais religiosos, permanecendo, porém, o elemento anti-histórico da espera. O tempo perguntou ao tempo/quanto tempo tem o tempo e o tempo/respondeu ao tempo que tudo com/ tempo tem tempo. (sabedoria popular)” (Junghans Lanz, 1997:20)

O campo, onde estão sua casa, seu roçado, os animais, as árvores por ele plantadas, é seu espaço. Preservado ao longo de anos, com dificuldades que apenas ele e os que compartilham o mesmo amor e apego ao chão sabem traduzir em palavras. Espaço onde o céu resguarda uma lua mais cheia do que na cidade, onde as estrelas luzem com maior esplendor do que na cidade porque ele, literalmente, domina este espaço. Ali, não sente-se preso, é o espaço de sua liberdade porque é nele, e através dele, que retira sua subsistência.

A cidade é identificada por alguns agricultores como sinônimo de barulho, de intranquilidade para viver e para dormir, de falta de espaço, de prisão.

“Sei não! Às vezes, eu estou na cidade e fico imaginando... Meu Deus, o povo na cidade é preso! O povo está cumprindo uma sentença de um crime que ele não fez! O povo vive naquela casinha, naquele quintalzinho daquele tamainho e tudo mais” (Celestino P. da Silva)

A recusa em ir morar na cidade é comum mesmo para quem já possui uma casinha na cidade:

“Pra você vê, eu tenho uma casa na rua, mas não vou morar lá não. Lá eu não durmo direito, além de ser perto da CEASA, aquilo é aquela barulheira de caminhão, de caixa, de tudo a noite toda” (Afonso Félix)

Mesmo uma cidade pequena, interiorana, não está imune aos problemas sociais próprios dos grandes centros metropolitanos. O consumo de drogas entre os jovens também foi mencionado. As mudanças estão patentes até nas categorias utilizadas para nomear os transgressores da ordem estabelecida. O fato de as drogas já estarem sendo usadas por seus jovens, na cidade que nosso interlocutor viu nascer, é a prova cabal de que “o mundo” está mudado e pra “pior.”

“Hoje em dia está diferente. Sabe, ninguém sabia dessa tal de maconha naquele tempo... Ninguém sabia disso, não! Nesse tempo, o povo chama marginal; naquele tempo, se chamava ladrão. O povo que roubava chamava-se ladrão. Não tinha esse negócio de droga, ninguém sabia o que era isso não. Hoje o mundo está aí, tudo quanto é ruim tem. Ainda nessa semana falou aí que o menino do colégio foi pegado emacanhado no colégio aí” (José Faustino)

A determinação de Seu Dino em não ir para a cidade é percebida ao ser interpelado por seu filho ao tentar convencê-lo a comprar uma casa na cidade, agora que está aposentado. A resposta é enérgica: se ganhasse a rua toda (onde mora o filho), venderia as casas e voltaria para o sítio e enfatiza a importância que o roçado continua tendo em sua vida:

“Me dê essa rua aqui todinha, na obrigação de eu vim morar aqui... só se me derem para eu vender e voltar pra lá, mas na obrigação de morar aqui eu não quero não. Pode me dar que eu não quero porque, pra mim, hoje ainda, é um investimento o roçado” (Severino Francisco Anacleto)

Cícero Faustino (o fundador de Lagoa Seca) era agricultor e marchante. Muitas pessoas optam por transferir-se para esse espaço que, aos poucos, modifica-se ganhando "ares urbanos". Pessoas já "urbanizadas", vindas de Campina Grande também buscam esse espaço ainda indefinido, meio rural meio urbano, para refazer e/ou iniciar suas vidas. A proximidade com Campina Grande e a quantidade de casas comerciais instaladas, a realização aos sábados e domingos de pastoris, jogos de argolinha, cavalo marinho, bailes e mamulengos, os "repentes" com os cantadores de viola, motivam essas pessoas a apostarem no êxito que esperavam alcançar ao buscar novas oportunidades numa neopovoação:

"E foi se aglomerando e o povo construindo casa" (Zacarias Jerônimo)

Muitos dos tropeiros que dirigiam-se a Campina Grande ou vindos de lá, rumavam para o Sertão, pernoitavam em Lagoa Seca¹⁸ e isto provavelmente contribuiu para aumentar o número de seus habitantes:

"A gente chama matutos, tropeiros. Eles vinham de Alagoa Nova, dormia aqui, no sábado de madrugada botava carregado e ia pra Campina" (José Cavalcante)

"Se você visse a fila na estrada de Alagoa Nova, Esperança, daquele meio de mundo pra Campina, era a coisa mais linda do mundo! Traziam e botavam abaixo aqui, e aqui se arranchavam e daqui iam pro sertão" (Zacarias Jerônimo)

À medida que o lugar vai definindo-se - através dessa simbiose promovida por seus moradores oriundos dos sítios, mas que não deixam a atividade agrícola, e dos moradores

¹⁸ Estes aspectos serão abordados com mais detalhes no segundo capítulo.

portadores de experiência em centro urbano - sua população também vai forjando sua própria identidade.

O Brejo Paraibano - no qual estamos incluindo o Município de Lagoa Seca¹⁹, tem sua história pautada na pequena produção. E é isto que, a nosso ver, concebe-lhe um caráter todo particular, impregnado na "forma de ser" da cidade. A este respeito, refere-se Halbwachs (1990:159): "*os grupos imprimem sua marca sobre o solo.*" Trata-se desta forma, de uma relação de reciprocidade entre espaço e sujeitos, onde o espaço – Lagoa Seca – interage com os agentes que lhe incutiram a marca de cidade rural.

Não é qualquer lugar que se marca, mas aquele que foi eleito como o espaço para viver, morar, trabalhar, criar e educar os filhos, manter laços de vizinhança, compadrio, etc.

"Há uma relação de troca de significados entre os indivíduos e os locais. Os espaços marcaram os indivíduos; os indivíduos marcaram os espaços" (Bernardo, p.165)

O espaço que é a cidade foi concebido por pequenos produtores, é habitado por essas pessoas e/ou por pessoas que já foram agricultores e por seus descendentes.

Como pensar o urbano? Como conceituá-lo para voltarmos à questão abordada no início deste trabalho: como localizar Lagoa Seca no contexto urbano? Trata-se de uma cidade? Quais as características que a identificam como tal? Por estar, indissolivelmente, imbricada a Campina Grande, no tangente a oferta de serviços essenciais a seu funcionamento, devemos/podemos subtrair-lhe a denominação de cidade?

¹⁹ Esta inclusão é esclarecida no item "Memória e resgate de uma história", no segundo capítulo, quando abordamos a Mesorregião do Agreste e as Microrregiões de Campina Grande e do Brejo Paraibano.

Sabemos que um aspecto, em geral, atribuído e exigido da cidade é a de um complexo demográfico composto, social e economicamente, por uma concentração populacional não agrícola - dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural.

Temos em Lagoa Seca, uma população não-rural dedicada ao comércio, educação, religião, artesanato, dentre outros. A quantidade de pessoas envolvidas nestas atividades não supera a rural. Este aspecto pode ser considerado decisivo para questionarmos a condição de cidade de Lagoa Seca?

Vimos acima que, para Max Weber (1979:69), toda cidade desempenha a função de mercado. Este é um aspecto que não podemos deixar passar despercebido, pois apesar de a população de Lagoa Seca recorrer a Campina Grande para fazer compras, é grande o número de estabelecimentos comerciais nesta pequena cidade. Ademais, é exercendo esta função de mercado que Lagoa Seca surge, quando da construção da tarimba para a venda de carne.

Salientamos que nem todos os moradores da cidade nem de seu entorno deslocam-se regularmente a Campina Grande, consideram mais cômodo e econômico realizar pequenas compras em Lagoa Seca. Existem também as pessoas que não podendo comprar à vista, dependem do aval e confiança do dono da mercearia para comprar na caderneta e pagar no mês subsequente às compras. Relação impraticável destes consumidores num centro comercial como Campina Grande.

Sob essa ótica, Lagoa Seca pode ser considerada um centro urbano, sem a necessidade de questionarmos a extensão do vínculo mantido com um grande centro urbano

e sem desconsiderar que a maioria de sua população vive no campo, sendo a base econômica do município eminentemente agrícola. Lagoa Seca não torna-se menos cidade pelo fato de, como tantas outras cidades de seu porte ou maiores, estar ligada a Campina Grande no que tange às prestações de serviços à sua população. Entretanto, para manter latente essa característica eminentemente rural que porta, podemos considerá-la uma “cidade-rural”.

Se fôssemos pôr em questão os títulos das cidades impossibilitadas (por várias razões, e não é objetivo nosso discorrer sobre elas) de executar todas as funções cabíveis a um centro urbano no que concerne à saúde, educação, lazer, esportes, oferta de emprego, etc. quantas estariam aptas a garantir o seu título?

Não é o grau de dependência ou de independência que outorga a denominação de cidade ou institui a qualidade ou potência de uma cidade. Percebemos o que a princípio nos referimos como dependência, ser uma interação que favorece ambas as partes.

“O espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano (...) O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades” (Wanderley, 1999:5)²⁰

A população de Lagoa Seca recorre a Campina Grande para suprir necessidades para as quais a cidade não dispõe de recursos ou para buscar serviços que ela fornece de modo

²⁰ Retirado de sua comunicação: “Territorialidade e Ruralidade no Nordeste: Por um Pacto Social pelo Desenvolvimento Rural”, no Seminário Internacional: “Planejamento e Desenvolvimento Territorial”- UFPB-CIRAD – Campina Grande, Setembro de 1999.

incipiente e precário. Campina Grande, da mesma forma, beneficia-se com os produtos agrícolas in natura, como no caso das frutas, verduras e legumes, e os manufaturados, como a farinha de mandioca, produzidos em Lagoa Seca por seus agricultores, como também com o artesanato, confeccionado em estopa, tecido, palha de banana e de coco, bucha e madeira e ainda realiza trabalhos em tricô, crochê, bordados e tapeçaria. Ocorre, desta forma, a interação entre urbano/urbano, articulação entre a cidade pequena e a grande cidade.

Castells, em comentário acerca de Raymond Ledrut, diz que a cidade é por ele analisada como um sistema de trocas entre diferentes setores que ocupam um lugar e preenchem uma determinada função que, segundo Ledrut:

(...) “é o papel que desempenha o setor no funcionamento interno da cidade” (1983:138).

Apesar de ser uma cidade interiorana resguardando ainda a essência do dia-a-dia transcorrido calmamente - o que muitos poderiam denominar de indolência - Lagoa Seca não desperta em muitos agricultores o mínimo estímulo para morar em seu seio. Conversamos com agricultores, cuja face traz a expressão de quem tem a experiência de muitos anos vividos na rotina do despertar quando o galo anuncia que o sol já está por despontar e ir rumo ao roçado, retornando quando a escassa luz do dia já não permite mais vislumbrar o solo que ainda aguarda seus cuidados. Não obstante, esses trabalhadores rurais não demonstram o desejo de morar na cidade, mesmo que as possibilidades para tal façam-se presentes, e enumeram as vantagens do campo:

“É mais sadio, mas não é tanto por sossego, por que eu acho aqui um ar mais livre, uma coisa melhor, uma liberdade melhor, um canto mais livre...” (Celestino P. da Silva)

Na Europa do século XV, a cidade era cantada e decantada como o espaço onde se respirava o ar mais puro ("o ar da cidade liberta"), cheio de inovações que deslumbravam a todos, a exemplo do que ocorria em Nápoles, Florença e Veneza. Esse período é marcado pela entrada em cena da economia mercantil, grande sedutora a atrair populações para as cidades, pois até então a economia tinha como pilar a produção de subsistência (Rolnik, 1988:30.)

“Já no final da idade média, o ar da cidade cheirava a liberdade. O homem urbano de então, vai se tornar o portador primário da concepção de racionalidade, modificando sua relação consigo, com os outros e com o mundo: profissionalmente vai se especializar, dividir seus papéis entre a casa e o trabalho, modificar e formalizar suas práticas de socialização, ampliar as relações de mercado e adquirir uma mobilização política de maior peso. (...) mais do que uma concentração, um aglomerado de indivíduos, a cidade representa um processo de conscientização, de ampliação dos horizontes, locus da inovação e pluralismo” (Junghans Lanz, 1997:11).

Temos no final do século XX odes ao campo. Nos países desenvolvidos, o rural é revisitado como um espaço portador, por excelência, de novas perspectivas de superação dos obstáculos à vida social, do “renascimento do rural” (Wanderley,1998:3-4.) Este renascimento traz em seu bojo o que a autora denomina como “*identidade que se pretende rural*”, dada a grande incidência de grupos e movimentos a reivindicarem o acesso à terra na atualidade, a exemplo do Movimento dos Sem-Terra - MST.

O campo representa não somente as agruras da lida, as dificuldades que açambarcam os frutos não colhidos da safra, mas dá ao agricultor a certeza de que o espaço onde mora, trabalha, cria seus filhos, recebe os amigos para uma tarde de jogo de cartas, tomar um gole

de cachaça ou simplesmente para “prosear” - esse espaço modificado segundo suas necessidades e possibilidades - é espaço que ele domina e garante a sua liberdade.

A relação que seu Celestino mantém com a cidade restringe-se ao comércio para vender seus produtos agrícolas, comprar o que necessita, compromissos de teor religioso, visitar parentes ou amigos e quando necessita de assistência médica.

A percepção que o agricultor tem do meio rural difere da de muitos citadinos e vice-versa. Falamos, desta forma, de espaços físicos distintos e de modos de vida e de relações com o campo e com a cidade também diferenciados. Para alguns de nossos interlocutores citadinos, mas de origem rural, a cidade oferece uma vida mais cômoda pelo fato de estarem com a idade avançada, mas não deixariam a cidade para ir morar no campo.

Esse “renascimento do rural” ou volta ao campo, mencionado acima quando citamos Wanderley, decorre dos inchamentos das cidades, das superpopulações nos grandes centros do país, onde as cidades crescem de forma desordenada. Paralelamente a esse crescimento, há inúmeras mazelas como desemprego, miséria, violência, prostituição de crianças e adolescentes (pois já não choca mais referir-se à prostituição de adultos), falta de moradias, aumento do número de favelas, etc.

Talvez cheguemos a um ponto-limite, a partir do qual a migração passe a ser percebida, pelas populações migrantes, como inviável. Por enquanto, a marca das últimas décadas tem sido a interiorização do crescimento e a formação de novas aglomerações urbanas.

Em 1940, as cidades abrigavam 46% da população brasileira; em 1991, esse percentual elevou-se para 75%²¹. Em termos mundiais, a migração do campo para as cidades representa

²¹ Revolução Urbana Derrubas as Fronteiras- Folha de São Paulo- 1999 - Especial –Ano 2000- Cidades- p.4.

40% do crescimento urbano. Entre 1960-1980, no Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas saíram de áreas rurais para áreas urbanas. Na década de 1980, tínhamos 70 milhões de pessoas habitando na zona urbana (Taschner,1992:78).

Um outro aspecto a ser considerado é o crescimento das ocupações não-agrícolas no campo, em decorrência de muitas pessoas continuarem morando no meio rural, mas trabalharem nas cidades. O contrário também se confirma: pessoas que moram nas cidades e trabalham nas áreas rurais. Desta forma, os conceitos fechados (tradicionais) para explicar população urbana e rural mostram-se insuficientes para abordar as novas relações apresentadas entre campo e cidade.²²

Atualmente, 80% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. Segundo informações de Toledo²³, a previsão é de que em 2006, o número de pessoas morando nas cidades supere a população rural do planeta. Trata-se de um aumento estupendo, pois 200 anos atrás tínhamos 98% da população mundial morando no campo. No Brasil, os índices para o ano 2000 apontam uma população urbana de 136 milhões de pessoas contra 34 milhões na zona rural (Taschner,1992:83).

Em 1991, segundo o IBGE, o Brasil contava com 35.834.485 habitantes no meio rural. Estes números representam uma proporção minoritária e em declínio do total da população, apenas (32,2%). Entretanto, salienta Wanderley (1997:101), *“a população rural não pode ser considerada inexistente ou desprezível.”*

Caso a previsão de Wanderley esteja correta, o retorno ao campo emerge como a única saída viável para se evitar um colapso urbano de maior vulto do que o que ora presenciamos. Oxalá tenhamos no próximo século a volta às nossas origens rurais, onde o

²² Id. Ibid.

²³ José Roberto Toledo em artigo intitulado “Urbanização cria uma Hong Kong por mês”, publicado na Folha de São Paulo em 02/05/1999.

solo rural receba dos órgãos governamentais mais atenção, viabilizando a ascensão tão merecida e esperada pelos pequenos produtores e proporcione oportunidade e condições adequadas àqueles que almejam um “pedacinho de terra” para plantar e colher o seu pão, de forma digna.

CAPÍTULO II

LAGOA SECA: CIDADE RURAL DESDE AS ORIGENS

*“Lagoa Seca
que não tinha uma cacimba
teve o nome de Tarimba
como sou conhecedor.*

*Cícero Faustino
feliz na Tarimba foi
cortando carne de boi
por Tarimba ela ficou.*

*Em 29,
o senhor José Caetano
Eu me lembro sem engano
Fez a segunda morada.*

*Depois os Borges
chegaram aqui na ribeira
e criaram a primeira feira
que foi muito freqüentada.*

*Começou a construção
construir o progresso dela
e todo povo
amava de coração.
E na primeira missão
construíram uma capela.*

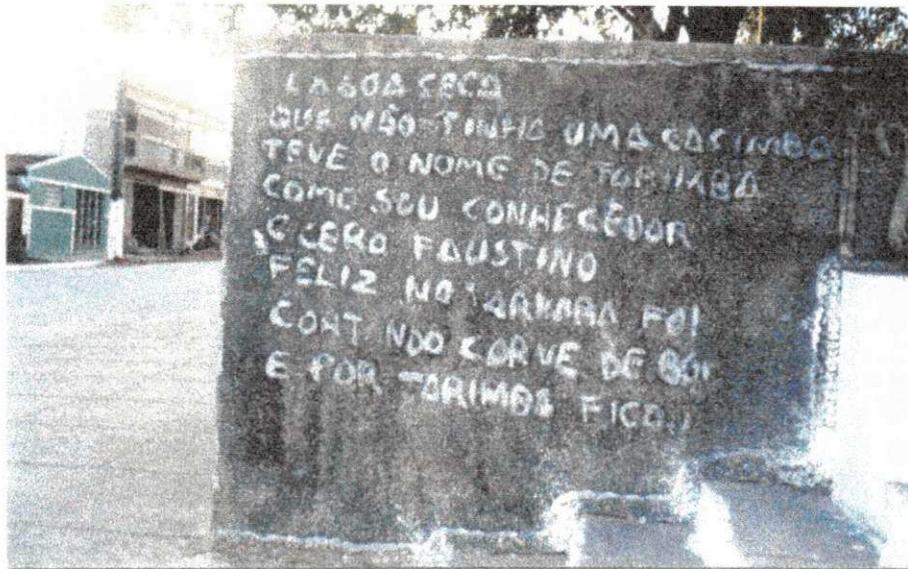
*Manoel Barbosa
com seu amor predileto
lançou o melhor projeto
para a emancipação*

*E o mesmo
quando chegou na Assembléia
acharam boa a idéia
e deram logo aprovação.”**

*Estes versos (para nós recitados) são do cordel que Seu Zacarias Jerônimo da Costa escreveu sobre Lagoa Seca. Procuramos o cordel com o autor, na Biblioteca Pública de Lagoa Seca e no Núcleo de Estudos Lingüísticos e Literários (NELL) do Campus II - UFPB, onde localizamos vários cordéis, mas não o que trata de Lagoa Seca.

FOTO 01 – Verso da poesia de Seu Zacarias, escrito em alto relevo no muro da Praça

Severino Cabral, em Lagoa Seca.



2.1 – Memória e Resgate de Uma História¹

*“Somente palavras que andam, passando de boca em boca, lendas e cantos no âmbito de um país, mantêm vivo o povo”
(Grundtvig apud Certeau, 1994:221)*

Geograficamente o IBGE situa Lagoa Seca na Mesorregião do Agreste, mais especificamente na Microrregião de Campina Grande. Segundo a classificação adotada pelo IBGE, a Paraíba está dividida em 4 mesorregiões e 23 microrregiões homogêneas.²

Em todas essas microrregiões a pequena produção revela-se como o traço estrutural de seu

¹ A história de Lagoa Seca que escrevemos aqui foi resgatada através das lembranças de moradores antigos. Trata-se, portanto, de um trabalho pautado na memória dessas pessoas onde muitos fatos são corroborados com fontes documentais.

² As Mesorregiões são: da Mata, do Agreste, da Borborema e do Sertão. A Mesorregião do Agreste é composta pelas Microrregiões: do Brejo Paraibano, de Esperança, do Curimataú Oriental, do Curimataú Ocidental, de Itabaiana, de Campina Grande, de Umbuzeiro e de Guarabira.

espaço rural. Lagoa Seca está inserida na Microrregião de Campina Grande. No entanto, não podemos fazer a abordagem a que nos propomos sem considerá-la como integrante da Microrregião do Brejo Paraibano³.

Vislumbramos a pequena produção como um agente impulsionador da dinâmica genitora de Lagoa Seca. A princípio, pretendíamos nos contrapor à proposição de Melo (1994:95), de que a presença dos tropeiros teria sido o elemento deflagrador do surgimento de arraiais, vilas e cidades no Agreste, Cariri e Sertão, quando diz:

“Esses produtos eram transportados por tangerinos ou comboeiros cujas tropas de burro passaram a cortar o território paraibano. Como não raro acampavam à sombra das árvores, várias dessas originaram arraiais, vilas e cidades (...) no agreste (...) no cariri (...) no sertão”.

Percebemos no primeiro contato com nossos interlocutores que a presença dos tropeiros com suas tropas de burro, como menciona Melo, foi um aspecto contundente para o que chamamos de surgimento de Lagoa Seca.

Cícero Faustino era pequeno agricultor e marchante no Sítio Mineiro, Município de Lagoa Seca - neste período pertencia a Campina Grande - onde matava animais (bois, carneiros, porcos, etc.) e vendia a carne, em casa, desde os idos de 1912:

Campina Grande, a cidade mais próxima, começava a despontar como centro comercial a aglutinar a produção agrícola da região. Antes de Campina Grande destacar-se como centro comercial, esta função era desempenhada por Areia - cidade do Brejo Paraibano. Areia foi elevada à categoria de cidade em 1846, sendo a primeira, depois da capital a conquistar tal título (Sá, 1980:22):

³ Entendemos essa integração, primeiro porque a Microrregião do Brejo Paraibano faz parte da Mesorregião do Agreste. Segundo, pelo fato de o Município de Lagoa Seca integrar o conjunto da produção agrícola dessa região, destacando-se como o maior produtor de hortifrutigranjeiros do estado da Paraíba.

“O algodão, já em 1817, constituía a principal riqueza da região (...) destacando o município de Areia como o mais forte fornecedor. (...) deve-se à cultura do algodão o desenvolvimento de vários municípios, inclusive a elevação à categoria de cidade da vila de Areia”.

Areia perdeu sua hegemonia econômica para Campina Grande que passa a concentrar toda a produção agrícola da região:

“Perdia, assim, Areia para Campina Grande, a posição de centro polarizador da região. Tomava a liderança, a cidade de Campina Grande, sobretudo a partir de 1907, que no dizer de Horácio de Almeida (...) ‘passou então a fechar as portas do Sertão ao Brejo e à capital, como antes Areia fizera’” (Sá, 1980:39).

O marco inicial para a organização do espaço que futuramente será Lagoa Seca ocorre em 1928. Neste ano, Cícero Faustino comprou um terreno medindo 4 hectares e meio por 2 contos e 500 réis a João Florentino da Costa, à beira da estrada (atual Br 104). No ano seguinte, construiu uma casa e dois galpões: um foi utilizado como rancho para alojar tropeiros e o outro para a venda de carne. Além dos moradores que haviam na vizinhança, o fato de o local ser passagem de tropeiros que iam para Campina Grande foi crucial para a escolha deste espaço:

“Cícero Faustino, ele trabalhava num Sítio Mineiro que fica encostado ao Sítio Amaragi, aí ele transitando por aqui, porque ele era marchante, matava em casa e cortava lá mesmo no sítio. Aí ele viu, achava que dava melhor pra ele que tinha o pessoal daqui, tinha os matutos que passavam aí.” (José Cavalcante)

Os depoimentos de outros moradores antigos também corroboram a afirmação acima citada:

“Entrava um movimento muito grande de matuto que vinha de Guarabira, de Brejo de Areia, de Alagoa Grande, um movimento de burro, era demais aqui. E por causa desse movimento de tropeiros foi que Cícero Faustino inventou de botar a Tarimba e fazer aquele movimento, que aqui foi sempre um lugar muito movimentado”
(Zacarias Jerônimo)

A venda de carne, neste novo local, atraiu a atenção dos passantes, dos moradores de toda circunvizinhança porque só em cidades próximas o produto era encontrado. Desta forma, passaram a comprar carne na "Tarimba" de Cícero Faustino, a única da região:

“Vinha gente do Riachão, do Mineiro, do Cumbe, do Tabuleiro, do Alvinho, do Genipapo, do Covão, dessa redondeza toda fazia feira de carne aí em Cícero Faustino” (Zacarias Jerônimo)

O povoado que surgia atraiu outros comerciantes que talvez tenham vislumbrado a possibilidade de crescimento do lugar, haja vista que outras pessoas também estavam mudando-se para lá. A proximidade a um grande centro comercial como Campina Grande foi um dos fatores que contribuiu para o crescimento do povoado.

Os novos comerciantes não eram apenas moradores da região, mas pessoas de Campina Grande também transferiram-se para o povoado que surgia. Temos como exemplo os irmãos Borges: Antônio Borges instalou uma loja de tecidos, uma padaria e construiu cerca de 5 casas, criou uma escola estadual e um cartório; Rogaciano Borges colocou um bilhar e uma farmácia:

“Aí foi indo, foi evoluindo, evoluindo aí Antônio Borges era político aí ficou ajeitando por aqui as casas, criou uma escola do Estado, um cartório, aí ficou o distrito, o distrito de Lagoa Seca. Aí quando foi em 1930... aí ficou evoluindo, o pessoal do sítio construindo” (José Cavalcante)

O resultado satisfatório de um investimento inicial, como o rancho para os matutos/tropeiros, estimulou empreendedores a investir mais, construindo outros estabelecimentos comerciais e a mudar-se para lá:

“O rapaz que cedeu o terreno (trata-se do que vendeu o terreno para Cícero Faustino construir a Tarimba), que morava numa casa ali afastada, aí vendo o movimento fez outro galpãozinho e botou um café. Aí começou, outro rapaz que morava ali, Antônio Arruda, foi um que fez outra casa ali e botou um cafezinho... ele veio construiu essas casas, outras de outro lado e no meio fez um rancho pra matuto. Aí ele ficou animado e botou uma mercearia e veio morar aqui e ficou e construiu mais umas 3 casas pra lá” (José Cavalcante)

Não coube apenas a homens a iniciativa de contribuir para o crescimento de Lagoa Seca. Mulheres obstinadas, responsáveis pela manutenção da família, como Chica Basílio e Rosinha Monteiro, buscaram uma atividade que lhes garantissem o pão:

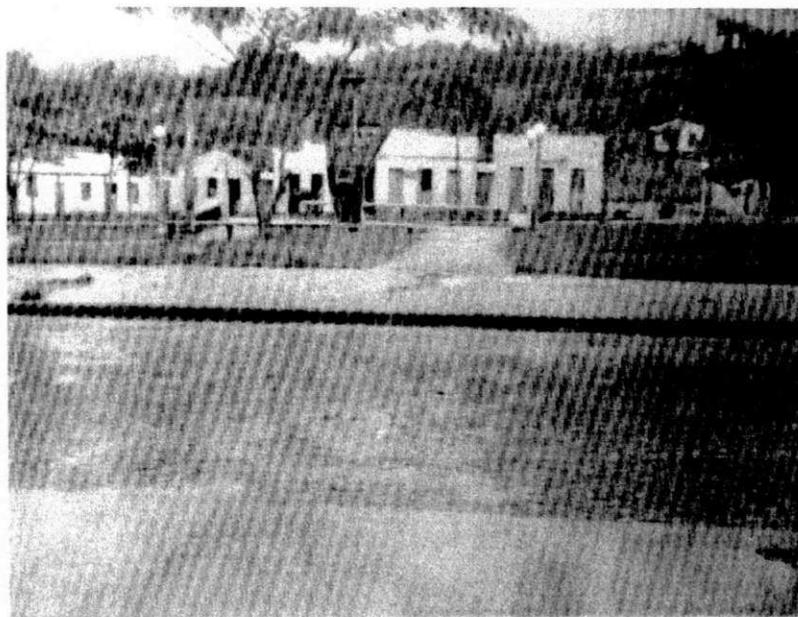
(...)“tinha uma mulher chamada Chica Basílio, com duas filhas ... menina meio avoada, vendia uns negócio, era um movimento danado, os matuto gostava de vim. E você sabe, matuto onde tem moça, eles gosta” (Zacarias Jerônimo)

“D. Rosinha Monteiro, (...) que era filha do finado Joca Marques (...) e o marido dela, João Monteiro, que morava ali embaixo. Ali ele botou ela pra vender um cafezinho aos matutos” (José Faustino)

Aos poucos, o lugarejo foi adquirindo mais e mais casas de comércio. Surgiam bodegas, artesãos que consertavam e confeccionam calçados, casas de jogos, farmácia, loja de tecidos, cartório e, depois, com a ajuda dos irmãos Borges – radicados em Lagoa Seca, mas oriundos de Campina Grande – foi criada a feira, em 1935:

***“Zé Caetano, veio lá do Oiti, botou uma casa de jogo e também botou uma bodega, o finado Zumba, João Borges e Rogaciano Borges botaram uma farmácia, uma loja de pano, de fazendas, e os Borges tiveram muita influência na criação da feira de Lagoa Seca”
(Zacarias Jerônimo)***

FOTO 02 – Rua José Jerônimo e a Praça Severino Cabral



Neste período, o povoado já havia se tornado uma vila. *“Em 1933, Lagoa Seca já era uma vila importante”*⁴. Entretanto, não dispomos de dados que respaldem esta afirmativa. Segundo Epaminondas Câmara (1947:166), em 1934, Lagoa Seca torna-se Distrito de Paz:

“O decreto estadual nº 551, criou o distrito de paz de Lagôa Sêca. (...) Lagôa Sêca (de Campina) e Mãe d'Agua (de Teixeira) em 1934;”(...)

⁴ Extraído do texto elaborado pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Lagoa Seca/1997

E apenas em 1938 Lagoa Seca ascende à vila, por força do decreto- lei federal nº

311:

“Destá maneira, as povoações do município, já distritos de paz (Pocinhos, Puxinanã, Lagôa Sêca, Massaranduba, Galante, Fagundes, Queimadas e Conceição), foram (ex-vi) elevadas à categoria de VILAS” (Câmara, 1947:180)

Esta rápida ascensão ratifica o fato de Lagoa Seca, desde cedo, ser fonte promissora de renda para Campina Grande que até 1964 consta como Distrito de Campina Grande. Chamou-nos a atenção o fato de, nos jornais de época consultados, Lagoa Seca ser mencionada constantemente como *“aquele promissor distrito”*. Os adjetivos utilizados em menção à vila têm sempre o mesmo teor *“próspera povoação”, “risonho distrito”, “próspero distrito”, “delicioso jardim de nossos brejos”* (Voz da Borborema, 1937-1938-1954).

A primeira feira teve início por volta de 1935, na rua principal⁵ e tinha de tudo o que a população carecia. Tudo o que as demais feiras de outras cidades ofereciam, encontrava-se nela:

“Aqui tinha todo troço que tinha pra vender numa feira: feijão, farinha ... arroz, carne... panela de barro... rede de dormir... queijo, rapadura ... tecido”... (Zacarias Jerônimo)

O êxito verificado na feira, que mal começara, despertou nos dirigentes de Campina Grande o interesse na cobrança de impostos. Os feirantes, ainda mal estabelecidos, indignados com esta determinação, passaram a vender seus produtos em Campina Grande,

⁵ Atual Rua Cícero Faustino, onde ainda é realizada semanalmente uma feirinha, com oferta de frutas, verduras e legumes. Algumas barracas expõem seus produtos a semana toda. Existem boxes com oferta permanente de carnes, localizados de ambos os lados da rua principal e que não integram, propriamente, a feirinha.

onde também pagavam impostos, porém havendo maior número de consumidores, logicamente, aumentavam as chances de vender mais:

“Agora quem acabou com a feira foi uma simples besteira porque a feira estava indo pra frente, muito boa. Mas, você sabe, o povo quando abusa uma coisa, quando fica com raiva de alguma coisa, pode ser uma asneira, eles ficam opinioso. Zé Marques era o cobrador da feira de Campina Grande e botou um imposto aqui, antes do tempo. Ele tinha que ter dado ao menos 6 meses sem cobrar imposto, pelo mínimo. Quando houve aqui 3 feiras, ele foi cobrar imposto, aí o povo, com raiva, não vieram mais, no lugar de vim pr’aqui ia pra Campina” (Daniel Jerônimo)

O breve espaço de tempo decorrido entre a construção da primeira casa (a Tarimba, em 1929) e a instalação da feira (1935), nos leva a crer que Lagoa Seca, ainda em sua infância, já despertava a atenção de sua vizinha, a cidade de Campina Grande. A pequena Lagoa Seca – ainda não era assim denominada, pois por muito tempo foi identificada como Tarimba – antes de estar estruturada começava a contribuir com impostos e isto insuflou raiva e indignação nos feirantes. Houve, nesse mesmo período, outras tentativas para implantar e manter a feira, mas todas fracassaram:

“Era uma boa feira, mas durou pouco tempo. Cidade muito perto de Campina Grande, aí foi indo... acabou-se a feira, e de lá pra cá foi tentando várias vezes, sempre começa bem, bem, quando dá fé! Cai... Muito perto de Campina Grande” (Daniel Jerônimo)

Mesmo havendo a feira em Lagoa Seca, parte da população preferia fazer suas compras em Campina Grande, dada a ampla variedade de produtos. Com o fim desta feira local, a população volta à antiga prática de procurar na cidade grande os produtos para sua manutenção.

Lagoa Seca foi palco, no ano de 1937, da Festa do Agricultor, evento promovido pelos organizadores da Campanha da Caridade, com o objetivo de angariar fundos para manter as obras caritativas do Asylo de Mendicidade “Deus e Caridade”, de Campina Grande, dirigido pelas irmãs vicentinas. A população de Lagoa Seca tomava parte no evento:

“Continuando no abnegado mister de adquirir obulos e meios financeiros para a prosequção das obras do Asylo de Mendicidade, a “Commissão Central da Campanha da Caridade” irá amanhã ao próspero distrito de Lagôa Sêca receber a valiosa ajuda daquelle povo bom e generoso” (Voz da Borborema, 28 de Agosto/1937)

Constavam da programação a celebração da missa pelo Cônego José Delgado, de Campina Grande, almoço oferecido aos integrantes das comissões local e central organizadoras do evento e aos jornalistas e ainda uma parte recreativa. Entre os doze integrantes da comissão estavam Antônio Borges, José Jerônimo da Costa (tio de um dos nossos entrevistados) e Cícero Faustino.

Um dos momentos culminantes da Festa do Agricultor foi a doação de produtos agrícolas. Os agricultores participavam com entusiasmo, sentindo-se valorizados. Milho, feijão, fava, macaxeira, batata doce, batatinha, inhame, produtos de suas lavouras, eram não apenas comercializados em Campina Grande, mas doados para a manutenção de uma casa de caridade.

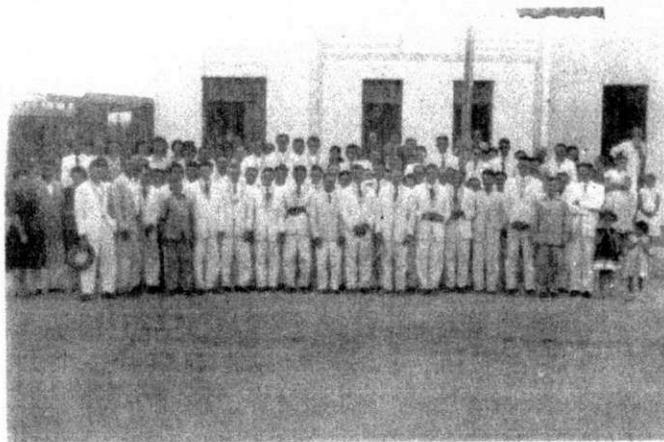
Lagoa Seca, como os demais povoados e cidades da região, recebeu a visita de missionários. As missões eram uma prática comum entre os religiosos missionários que, desta forma, contribuíam para arraigar a fé nos crentes. Em ocasiões como essas, era grande o número de pessoas, principalmente do campo, que não perdiam a oportunidade

de batizar os filhos, ainda pagãos, e muitos amancebados recebiam, através do missionário, o sacramento do matrimônio. Trata-se de um ensejo realizado na cidade, fortemente marcado pela presença da população rural.

Era um evento especial, onde o sentimento piedoso dos fiéis somava-se ao fato destes sacramentos serem ministrados gratuitamente. No ano de 1937, Frei Damião, conhecido pelos devotos católicos de todo o Nordeste, pregou missões na vila:

“Iniciaram-se desde hontem, as missões naquella próspera povoação, promovidas pelo virtuoso Frei Damião. Grande numero de fieis tem affluído aquella localidade, que tão dignamente tem acolhido esse abnegado apostolador da palavra do Divino Mestre na terra” (Voz da Borborema, 8 de Setembro/1937).

FOTO 03 – Membros da Congregação Mariana que, certamente, deviam participar deste tipo de evento.



Alguns de nossos entrevistados referem-se a esses períodos, "tempos de antigamente", como sendo difíceis para o agricultor no sentido de comercializar o seu

excedente. Havendo inverno, com chuvas regulares, quem plantasse, colhia. A fartura era comum a todos, tornando-se difícil encontrar compradores para tantos produtos: a oferta superava a demanda:

“Naqueles tempos da minha infância, as passagens da agricultura era mais difícil do que hoje aqui e mais problemático, porque tudo se plantava e tudo se tinha com fartura, não tinha comércio, não tinha a quem se vender... o nosso plantio aqui era maniva, como se diz, a mandioca. Então nós fazia 40 cuias e dava 280 quilos de farinha por vez. Nós só vendia 120, 140 e o resto sobrava. E se não tivesse aquele freguês diretamente pra levar pra comprar, pra levar aquela mercadoria pra vender barato mesmo ... e se não tivesse a quem vender, então levava e despejava naqueles canais velhos. Agora, isso era batata inglesa, eram vários tipos de fruta, era tudo, não tinha venda como hoje, não. ... Então era um tempo de fartura, mas o dinheiro que era bom, a gente não via, porque a gente não vive só de comer. A gente precisa comprar uma roupa, tinha que comprar outras coisas” (Celestino P. da Silva)

As roupas e os calçados não destoavam da simplicidade constatada na alimentação. Usava-se uma roupa não apenas até ficar velha, puída e desbotada, mas até não suportar mais remendos e não saber-se mais qual era o retalho original, “o primeiro pano”.

Na “cidade rural”, o urbano não está associado ao processo de industrialização. Os costumes rurais artesanais incluíam a confecção de peças do próprio vestuário. Ante a premente necessidade de vestuário e a escassez de recursos para adquiri-lo, as mulheres costuravam, munidas apenas de agulha, linha e tesoura, roupas para toda a família. As pessoas detentoras de mãos mais habilidosas, pegavam um pedaço de couro e confeccionavam seus próprios calçados:

“Apenas se pegava um pedaço de couro, aqueles mais inteligentes, e faziam até gato por lebre! Fazia uma alpercata barrada assim (apontando para seus pés)... Não era da mesma fabricação desta, mas era de couro, entendeu... E com esse ia pra feira, ia pra todo canto. Um calçado melhor não existia. Uma roupinha melhor não existia, tinha que ser a mescla. Nesse tempo era a mescla. Uma roupa dura, mas forte mesmo. (...) servia pro trabalho, servia pra tudo” (Celestino P. da Silva)

FOTO 04 – Devotas Filhas de Maria. Percebemos, através das vestes, a distinção de classes sociais. Chama-nos a atenção o contraste da simplicidade das vestes da maioria das devotas em relação às três jovens, no centro, cujos figurinos destoam das demais tanto nos modelos quanto na qualidade dos tecidos. À esquerda, temos alguns coroinhas (1955).



Havia apenas uma loja de tecidos, e nela os fregueses encontravam uma grande variedade de mercadorias: miudezas, aviamentos para costura e até vestidos de noiva. Todas as pessoas eram conhecidas e isso concorria para dar à cidade um ar de tranqüilidade.

“Tinha uma única loja, que era a loja das noivas, de tecidos e miudezas, era uma única loja que tinha aqui, mas vinha gente de toda a região comprar aqui.” (Expedita Medeiros)

Quando eram realizadas festas, as pessoas colocavam barracas para vender comidas e bebidas. Havia toda uma preparação do local, sendo necessário limpar o terreno para a instalação das barracas e das máquinas de iluminação. Como o povoado não era ainda beneficiado com a energia elétrica, a criatividade aliada à sabedoria populares improvisavam uma eletrificação à base de carboreto:

“Nesse tempo tinha umas máquinas, carboreto, ali botava num depósito. Nesse depósito aqui, botava cheio de água, pegava o carboreto trancado ali, um negócio assim, que nem assim era solda elétrica e trancava ali dentro e ficava chim...chim... Ele limpava o cantão e acendia a máquina de carboreto, outra lá (indicando o local) e outra lá, aí fazia a noite de festa”... (José Faustino)

As festas religiosas e as procissões eram realizadas anualmente e esperadas com muita ansiedade por toda população, especialmente pelos mais jovens que as percebiam mais como um momento de diversão, encontro e paqueras do que por seu teor religioso. O mês de maio, as festas de São Sebastião e da padroeira - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, eventos onde a quermesse e o pastoril eram indispensáveis.

“O mês de maio era uma coisa bonita, tinha mês de maio e tinha as festas de São Sebastião, da padroeira... As festas eram muito boa e hoje em dia não tem festa boa como tinha nesse tempo” (José Faustino)

FOTO 05 – Aspecto da vida religiosa da população: Procissão com a imagem da Virgem Peregrina, vinda de Portugal (Segunda metade da década de 1950).



Na análise de Matos (1982), a cidade faz uso de desfiles, procissões, bailes e quermesses enquanto ritos e signos periódicos de pertencimento ao grupo, tornando a cidade um espaço coletivo, constituindo a diversidade de uma comunidade.

Cícero Faustino construiu cerca de 10 casas e queria que o povoado crescesse. Para tanto, vendia terrenos e a quem não podia pagar de imediato ele oferecia para que o comprador pagasse depois:

***“Meu comprade, eu tenho um chão aí que eu vendo fiado a você...
Porque ele queria que a cidade crescesse” (José Faustino)***

Construção fundamental em todo povoado, em abril de 1938, Lagoa Seca teve inaugurada a sua primeira capela, bem modesta, onde o Cônego José Delgado, de Campina Grande, dava assistência celebrando missas, realizando batizados, casamentos e primeira comunhão:

***“Entre as 7 capelas que se acham religiosamente articuladas á
paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande,***

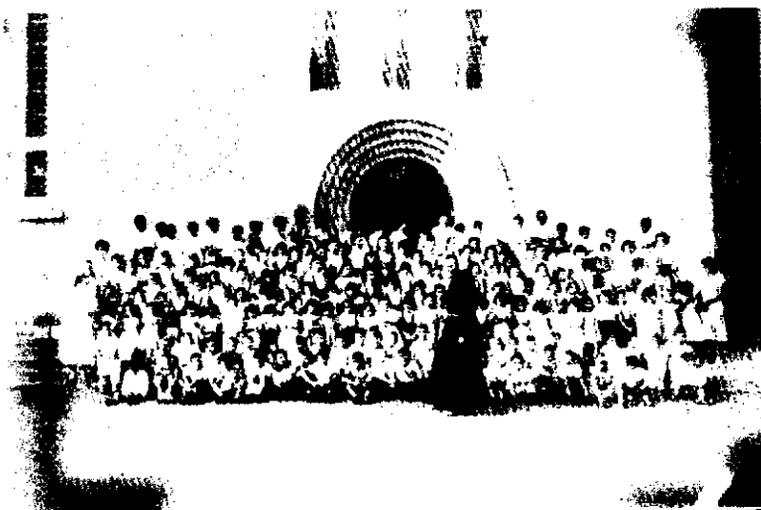
destaca-se a do florescente povoado, agora erigido em vila, de Lagoa Sêca” (Voz da Borborema, 22 de Outubro/1938)

Periodicamente, Lagoa Seca recebia a Visita Paroquial do Cônego José Delgado que aproveitava o ensejo para realizar, na capela local, a primeira comunhão de centenas de homens, mulheres e crianças. No ano de 1938, a visita culminou com a festa dos pobres, onde a população colaborou com a doação de víveres para os “azilados vicentinos (...) abrigados no Azilo Dispensario São Vicente de Paulo” (Voz da Borborema, 22 de Outubro de 1938), de Campina Grande:

“Por uma relação que nos foi mostrada, foi a seguinte a coleta feita entre a população religiosa de Lagoa Sêca: 100 cuias de farinha; 8 cargas de inhames e batatas; 5 sacos de milho; 1 dito de feijão; 2 galinhas; 2 grajaus de bananas e 1 atado de canas” (Idem Ibidem).

O ano de 1951 é marcado com a criação da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tendo o franciscano Frei Constantino Luers, como primeiro vigário. Três anos mais tarde, era inaugurada a Igreja Matriz.

FOTO 6 – Alunos do Grupo São José, em frente à Igreja Matriz (Década de 1960)



Uma vez mais nos utilizamos de Câmara (1947:183), para respaldar nossa afirmativa de que Lagoa Seca, em suas primeiras décadas de existência, teve um crescimento rápido. No ano de 1940, o governo federal realizou um recenseamento geral no país, ao fim do qual os dados sobre Lagoa Seca, na época denominada como Ipuarana, apontam uma população de 480 pessoas e 172 casas. Se formos pensar esses dados com base na idéia que temos hoje de cidade, certamente reputamos como insignificantes esses números.

No entanto, quando lembramos que, nessas primeiras décadas do século XX, a vida fora das capitais e, principalmente no Nordeste, era eminentemente rural, podemos considerar de grande vulto, em 11 anos de existência, Lagoa Seca contar com 480 habitantes e 172 casas, salientando que estes números referem-se apenas ao perímetro urbano. O decreto- lei nº 311 de 02 de março de 1938, instituído por Bento Figueiredo, prefeito de Campina Grande, estabelece a delimitação da zona urbana de Lagoa Seca:

“Art. 9 - A Zona Urbana do Distrito de Lagôa Sêca terá a seguinte delimitação: partindo do ponto do início da rua principal, segue por uma linha perpendicular, com 150 metros de comprimento, e daí por uma linha imaginária que envolva a outra rua e volte ao ponto de partida, na rua principal” (Voz da Borborema, 25 de Junho de 1938)

O lúdico foi um fator que também contribuiu para implementar o crescimento da vila. As pessoas vinham nos finais de semana para os entretenimentos, gostavam e terminavam optando pelo povoado como espaço onde fincar suas raízes:

“Aí aqui tinha o pastoril e era uma festa danada de pastoril. Uma moça bonita cantando em riba de um tabuado, ali. Aí começou... era pastoril quase todo sábado, cavalo marinho.. Quando não era cavalo marinho tinha argolinha nos domingo. E aqui nunca mais faltou

brincadeira de toda espécie. E foi se aglomerando e o povo construindo casa...”(Zacarias Jerônimo)

Os finais de semana eram animados com jogos e brincadeiras populares. O pastoril era realizado por pessoas vindas de Pernambuco. Havia ainda argolinha, cavalo marinho, mamulengo, baile. Tempo que deixou recordações saudosas da diversão que podia-se desfrutar. Passear, brincar sem medo de violência ou desordem de qualquer tipo:

“O começo de Lagoa Seca era mais alegre, mais animado mil vezes mais do que hoje!... Era! A gente só ouvia gente dizer em todo canto: “Amanhã tu vai pra argolinha, em Lagoa Seca?”/ “Vou!”/ “Tu vai hoje pro pastoril?”/ “Vou!”/ “Tu vai hoje pro baile?”/ “Vou!” (...) A conversa era essa, aqui não faltava brincadeira!” (Zacarias Jerônimo)

As noites de natal mereciam especial atenção por parte de Cícero Faustino. Além de organizar todo o lado festivo do ensejo, encarregava-se ainda da segurança, indo a Campina Grande buscar os soldados que permaneciam na vila enquanto durassem os festejos natalinos:

“Então, na véspera de natal, pai ia em Campina, falava com o delegado. Aí o delegado mandava 10 soldados pra cá” (José Faustino)

A festa animada, com as guloseimas nas barraquinhas, com parque de diversões e as brincadeiras nos carrosséis – impulsionados manualmente – as barracas com seus jogos de azar, transcorria com tranquilidade, apesar dos que bebiam em demasia e na manhã seguinte estavam aos montes, dormindo pelo chão. O episódio chamava a atenção do cabo que auxiliava na segurança:

“No outro dia amanhecia um mói de bebo, um em cima dos outros. Eu ainda me lembro, pequeno, que o cabo Marinheiro dizia assim: Tá vendo, seu Faustino, que coisa bonita... essa ruma de bêbado aí. Isso é que é lugar... Não houve um trocamento de palavra esta noite aqui”
(José Faustino)

Passados esses períodos festivos, a vila voltava a sua rotina. Rotina que movimentava o cotidiano, com a freqüente passagem de tropeiros pela estrada. A estrada conectava a vila com as demais cidades do Brejo, do Sertão e com Campina Grande e era palco de uma festa mais constante. Na realidade, as tropas de burros carregados de mercadorias, com os hábeis tangerinos a conduzi-las, proporcionavam uma festa distinta das demais aos moradores dos lugares por onde passavam.

“Tanto era festa do povo em burro, pra Campina, oxên. Quando era duas horas da madrugada, pegava a passar burro pra rua, pra Campina. Era festa nessas estrada...” (Nelson de Araújo)

O cemitério de Lagoa Seca, construído na gestão de Sabiniano Maia, foi inaugurado em 1947. Trata-se de importante aquisição para a população que precisava deslocar-se até Genipapo ou São José da Mata para enterrar seus mortos ou, quando este percurso não podia ser feito, realizavam o sepultamento de forma clandestina:

“Foi inaugurado, domingo 21 de setembro de 1947, o cemitério de Alagoa Sêca, velha aspiração dos habitantes do mais jovem dos distritos do município de Campina Grande. (...) Não se compreendia que uma localidade promissora à semelhança de Ipauarana não dispuzesse de um local destinado ao repouso dos seus mortos, tendo de percorrer uma longada de caminho para enterrar um de seus habitantes, no pequeno cemitério de Genipapo ou no de São José da

Mata” (De “A Imprensa”, de João Pessoa - Pb., de 1º de outubro de 1947 apud Maia, 1979:99)

“Com uma população de cerca de 15.000 habitantes (...) havia a necessidade de um Cemitério Público, uma vez que a inexistência de uma necrópole levava os habitantes de Ipauarana a sepultar clandestinamente os seus mortos, ou conduzi-los para a cidade, cobrindo com sacrifício a distância de 9 quilômetros” (Do “Diário de Pernambuco”, do Recife, de 5 de outubro de 1947 apud Maia, 1979:100)

Em consultas realizadas no Arquivo Municipal de Campina Grande, localizamos documentos antigos de solicitação para construção e reforma de casas, no distrito de Lagoa Seca. Desta forma, foi possível conhecer os primeiros nomes de algumas de suas ruas e perceber o ritmo de seu crescimento urbano. É interessante que as denominações estão relacionadas a alguma característica da rua: do comércio, larga, nova, principal, da palha (o que nos leva a supor que as casas eram construídas de taipa e cobertas com palha de coqueiro), rua da matriz, rua da capela e não a nome de pessoas, como prevalece atualmente. Para ilustrar, citamos o nome de alguns requerentes e seus respectivos pedidos:

- Tomaz Ferreira de Lima, solicita licença para construir casa em alvenaria na Rua Larga na Vila de Lagôa Sêca - 04/02/1937;
- Cícero Faustino da Silva, solicita licença para construção de casa em alvenaria na Rua do Comércio na Vila de Lagôa Sêca - 13/02/1937;
- Severino Lopes, solicita licença para construir casa em alvenaria na Rua Lagôa Sêca na Vila de Lagôa Sêca- 13//03/1937;

- João Luiz, solicita licença para construir casa de taipa na Rua Nova na Vila de Lagôa Sêca - 20/03/1937;
- Manuel Nau, solicita licença para construir casa em alvenaria na Rua da Palha na Vila de Lagôa Sêca - 03/04/1937;
- Sebastião Justino Ferreira, solicita licença para construir casa de alvenaria na Rua Nordeste da Vila de Ipuarana - 22/01/1952;
- João Inocêncio, solicita licença para construir casa de alvenaria na Travessa do Grupo Escolar São José, na Vila de Ipuarana - 22/01/1952;
- Irmão Paulo G. Oddes, representante da União Norte Brasileira de Educação e Cultura, que construir prédio para Noviciado para Irmãos Maristas - 29/02/1952;
- Severino Patrício, sita a Rua da Capela da Vila de Ipuarana - 15/02/1952;
- José Cavalcanti de Araújo, solicita licença para construir casa de alvenaria na Rua da Matriz, na Vila de Lagôa Sêca, deste Município - 16/04/1952;
- José Tomé de Souza, Rua Nordeste da vila de Lagôa Sêca (antigamente Ipuarana), construiu casa comercial em alvenaria e não tendo requerido licença de construção, solicita legalização da mesma e dispensa da multa - 24/03/1952.

FOTO 07 – Rua da Barragem, as casas são de taipa, construídas com madeira e barro.



Não há precisão de data, mas é provável que antes de 1955 ou talvez nesta data exatamente, Lagoa Seca tenha recebido o serviço de calçamento de suas ruas. O calçamento foi realizado e depois cobrou-se dos moradores uma taxa pela execução deste benefício. A recusa em efetivar o pagamento culminou com uma ação de execução de causa, movida pelo Poder Público, onde os devedores estavam sujeitos a perder seus imóveis, caso não quitassem o débito.

FOTO 08 – Rua José Jerônimo, beneficiada com o calçamento. As casas já são construídas em alvenaria.



Essa situação levou o vereador João Jerônimo da Costa a requerer, na Câmara Municipal de Campina Grande, um pedido de perdão da dívida. Vários são os argumentos utilizados para que a taxa não fosse paga:

(...)“o calçamento atingiu trechos onde estão situados humildes casebres, ou modestas casas de taipa e telha que não valem sequer o que se pretende cobrar pelo calçamento. Em outros pontos atingiu faixas de terreno absolutamente não construídas, e até plantadas com roças, o que vale dizer que o seu valor de nenhum modo se aproxima do total cobrado pelo calçamento. Vem a propósito lembrar que esses pequenos proprietários, de casas e terrenos desvalorizados, NÃO PEDIRAM QUE CALÇASSEM A RUA ONDE ESTÃO SITUADOS SEUS IMÓVEIS (grifo do autor). E, agora, por força de um serviço que não pediram, se vêem na iminência de perderem esses bens, através de execuções movidas pelo Poder Público.”

A resposta assertiva veio através do Projeto de Lei nº 806/55:

“Art. 1º - fica o senhor Prefeito Municipal autorizado a perdoar as dívidas referentes á taxa de calçamento aos proprietários da vila de Lagoa Seca, deste Município que tiveram suas casas atingidas pelo referido serviço” (Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, em 16 de Dezembro de 1955 - Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande)

Até 1958, quando a energia gerada pela hidrelétrica de Paulo Afonso chega a Lagoa Seca, a iluminação era produzida por um motor. A cidade ficava iluminada um período bem restrito da noite, das 18:00 às 22:00 horas:

“Aqui começou tinha um motor. Quem dava energia era um motor, acendia um luzeiro. Acendia... 6 horas da noite e apagava de 10

horas da noite. Não podia passar disso. Isso foi até o ano de 58. Quando foi em 1958 Elpídio de Almeida botou a luz de Paulo Afonso aqui” (Daniel Jerônimo)

Em 1960, através do Projeto de Lei nº 36, Lagoa Seca é beneficiada com o asfaltamento da Br 104 que corta a cidade:

“Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial de Cr\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), com vigência no quadriênio 1960/1963, com a finalidade de asfaltar a estrada que liga esta cidade a vila de Lagoa Seca” Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, Casa de Félix Araújo, em 28 de Janeiro de 1960. (Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande)

Em fins da década de 1960, o distrito de Lagoa Seca fica mais próximo do restante do país e de si mesmo com a chegada do telefone:

“Eu não digo corretamente, mais ou menos, só posso dizer corretamente quando tem certeza, mas mais ou menos no ano de 68. Era um telefone daqueles que mói assim, não sabe... Lembro. Mais ou menos, também não vou dar a data exata, correta não, mas a Telpa foi mais ou menos em 1972” (Daniel Jerônimo)

O sistema de saneamento de água foi instalado em 1970, na gestão do prefeito João Jerônimo da Costa⁶. A água vinha da barragem de Vaca Brava, em Areia. Atualmente, a população vive momentos muito difíceis, devido a barragem de Vaca Brava ter secado, em decorrência da falta de chuvas na região.

⁶ Neste período, Lagoa Seca já é uma cidade independente, não sendo mais distrito do Município de Campina Grande. Abordaremos a respeito de sua emancipação no próximo capítulo.

“Nós somos muito ruim de água aqui, e continua ruim ainda. Ai João Jerônimo que foi prefeito de 1968 a 1972 e conseguiu com o governador João Agripino, dessa época, puxar essa água de Vaca Brava pra cá. Essa água que a gente tem aqui é toda de Vaca Brava! Agora não está dando para a cidade, agora assim, água muito boa. A crise d'água está muito grande!”(Daniel Jerônimo)

O homem urbano é um ser desprovido de memória social, diz De Decca, e, por isso, apto a viver nas cidades:

“A memória social sobrevive hoje em condições precaríssimas. O ser urbano contemporâneo não é um homem memória, é um homem sensorial, é um homem prótese, pronto para viver na cidade” (De Decca,1991:10.)

O cidadão é um homem sensível, sem memória, sem história coletiva isolado em seu vai-e-vem cotidiano, não percebendo seus semelhantes e, quiçá a si próprio. O ritmo da modernidade não lhe possibilita o encontro, a partilha, a vivência para além do que exige a mera formalidade? A memória social é privilégio vivenciado apenas pelos homens das pequenas cidades?

“A história socialmente construída, vista como processo, incorpora elementos das mais variadas fontes e responde ativamente às demandas colocadas pela própria sociedade. Ela não é apenas pretérita ou memória residual do que restou da história, mas história-memória presentemente trabalhada, sentida, por vezes deformada, re-inventada, re-interpretada” (Junghans Lanz, 1997:14).

Tratando-se do caso por nós conhecido, de uma pequena cidade rural, seus habitantes ainda são portadores de memória coletiva. As narrações de fatos acontecidos há

70 ou 50 anos, são tão contemporâneos dos narradores que parecem acontecimentos de ontem:

“Olha, tinha um homem, ainda lembro hoje, mas não sei que ano foi, eu era um guri... e veio com 25 burros de Catolé do Rocha, no alto Sertão, buscar farinha, eu me lembro como hoje, ali na casa de Josué. O velho tinha um cercadozinho. Aí eles falaram pra botar os burros e ajuntar as farinhas que compravam ali. Aí completaram as caixas... Aí aquele saco de farinha vinha num outro saco de couro. Aí eles colocaram aquele saco de farinha dentro daquele saco de couro, costuraram a boca. Eu me lembro como hoje, era um homem bem baixinho, eu disse: “Seu Jorge, pra que isso”? Ele disse: “Se chover não molha a farinha, porque se eu levar essa farinha assim sem esse saco, se chover eu perco essa farinha todinha até chegar em Catolé do Rocha”... (Severino F. Anacleto)

“Eu me lembro como hoje”, é uma expressão, em geral empregada para designar certo saudosismo de um tempo ou um episódio do qual não se quer esquecer e/ou também para demonstrar o quanto a memória é “precisa”. Percebemos ambos os aspectos em nossos interlocutores: uma memória perspicaz que nos possibilitou penetrar na Lagoa Seca de décadas atrás e perceber marcas deixadas pelo passado, em cada história relatada, através da riqueza de detalhes, dos termos empregados com tanta simplicidade e precisão.

2.1.1 – De “Tarimba” a “Lagoa Seca”

*“A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez; outra é a que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente”...
(Calvino, 1990:115)*

Lagoa Seca, como vimos, nasceu com o nome de Tarimba, batismo realizado pela própria população, em alusão ao galpão onde Cícero Faustino vendia carne. Mas por que depois recebeu o nome de Lagoa Seca? Ao longo da pesquisa de campo ouvimos várias versões. Muitos relatos incidem quanto ao nome de “Lama da Gata”, em decorrência da lama existente numa lagoa.:

“Uma lagoa que tinha ali quando ela secava, aí o povo dizia: Ô lagoa seca! Ô lagoa seca, né! Quando chovia, os animais para passar ficava 3 pessoas! Ficava um puxando assim os animais e um segurando, encostado num lado e outro. A lama dava na barriga do cavalo. Aí nesse instante, aí acharam uma gata atolada dentro da lama. Quando eles acharam a gata atolada ali chamaram Lama da Gata” (José Faustino)

Seu José Faustino foi o único a nos relatar a respeito da denominação de “Floresta dos Leões”:

“Depois já foi crescendo, aí botaram o nome de Floresta dos Leões, aí deixaram a Tarimba dos Faustino” (José Faustino)

A denominação de Lagoa Seca, ainda segundo nossos entrevistados, refere-se à mesma lagoa acima mencionada:

“Os matutos daquele tempo que fazia almocreve passavam e nunca viram água nessa lagoa. A lagoa era seca mesmo! Chovia, a água passava e ia embora! Aí eles chamava a Lagoa Seca. Eu vou esperar você em Lagoa Seca, e assim ficou o nome de Lagoa Seca” (Daniel Jerônimo)

“Era uma lagoa, é verdade, ainda tem essa danada da lagoa e nunca encheu. Por muito que chovesse, eu nunca vi aquela lagoa cheia não!” (Celestino P. da Silva)

No ano de 1938, acatando a sugestão do Conselho Nacional de Geografia, cidades e vilas homônimas, no estado, tiveram os nomes alterados. O decreto-lei federal nº311 de 02/03/1938 oficializou a mudança (Câmara, 1997).

No mesmo ano, o decreto-lei estadual nº 1.164, em obediência ao decreto-lei federal acima mencionado, alterou o nome de cidades homônimas, incluindo, dentre estas, o distrito de Lagoa Seca que passou a denominar-se Ipuarana ou Ipauarana. Esta mudança, segundo Epaminondas Câmara, foi realizada de forma arbitrária, uma vez que no estado não havia outra cidade denominada Lagoa Seca:

“Sempre discordamos da mudança do nome de Lagôa Sêca. Não havendo no Estado outra localidade com êste nome, era muito natural que êle continuasse pelo menos até 1943” (Câmara, 1947:181)

A mudança de Lagoa Seca para Ipuarana não foi respaldada pela população e, localmente, isso é atribuído como justificativa para a restauração ao antigo nome:

“A 15 de novembro desse mesmo ano (1938), o referido interventor (Argemiro de Figueiredo) em um dos seus atos mudou o nome de Lagoa Seca, para IPUARANA, nome que não encontrou ressonância popular, pelo que, anos depois o Interventor do Estado, Dr. Rui Carneiro restaurou a antiga denominação de Lagoa Seca, oriunda do cognome do seu primeiro proprietário Coronel José Alves, digo, Coronel José Antônio Alves Pequeno ‘Vila Seca’” (Texto elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura de Lagoa Seca, s/d)

Na realidade, ao contrário da justificava da população lagoa sequense, o decreto-lei estadual de 31 de dezembro de 1943, em cumprimento às novas instruções federais, autorizou mudanças nos nomes das localidades que coincidiam com outras tanto a nível estadual quanto nacional, e:

(...)“chegou mesmo a restaurar nomes antigos que desnecessariamente tinham sido sacrificados em 1938” (Câmara, 1997:109).

Foram contempladas, com este decreto, tendo seus nomes restaurados, as vilas de *“Caturité, Fagundes, Galante, Ipuarana, Jófili, Massaranduba, Puxinanã, Tataguassú,”* (Câmara, 1997:106), todas vinculadas a Campina Grande.

Para Seu Zacarias, a mudança do nome de Tarimba para Ipuarana, ocorreu durante a II Grande Guerra. Ele analisa de forma muito pessoal esse fato, associando a mudança do nome da cidade como forma de proteger os frades franciscanos, na época já radicados na cidade, procedentes da Alemanha.

“A nossa Lagoa Seca tinha o nome de Tarimba por muito tempo. Depois dessa história de Tarimba foi quando veio a guerra e mudaram o nome de Tarimba para Ipuarana. Esse negócio era por causa da guerra, que botaram esse nome de Ipuarana” (Zacarias Jerônimo)

Entendemos essa interpretação como uma forma de demonstrar a relevância da presença dos Franciscanos para a população de Lagoa Seca. Esse olhar cristaliza todo o carinho e a gratidão de uma gente humilde para com esses religiosos.

“Alemanha brigava, na época, com os Estado Unidos. O Brasil aderiu a favor dos Estados Unidos contra a Alemanha. Os padre foram muito perseguido. Os padres não fazia parte da guerra, de coisa nenhuma.

Os padre só pregava o amor, a fé, o amor de Deus e a caridade; só se preocupava com a religião... E os padres foram preso, os alemão, na mesma casa que construía. Preso lá dentro de casa, não tinha o direito de sair fora. Se eles celebrava, era lá no interior. Só quem celebrava fora era os padre brasileiro. Eles eram muito bacana!... Sofreram tanta humilhação no tempo da guerra...” (Zacarias Jerônimo)

Ipuarana é uma palavra de origem indígena, onde IPU significa lagoa e ARANA, ruim, seca, sendo traduzido literalmente por LAGOA SECA. O decreto-lei federal ao autorizar a mudança de nomes indicava algumas instruções a serem observadas para as devidas alterações:

(...)“havendo substituição, fossem preferidos nomes que estivessem ligados à história ou à tradição locais, aos usos indígenas ou a circunstâncias geográficas” (Câmara, 1997:103)

Tendo sido a região habitada pelos índios bultrins, é mais provável que Ipuarana seja uma homenagem a seus habitantes primeiros:

“Ele havia nascido em Pocinhos, distrito de Campina Grande, junto da aldeia cariri dos Bultrins, situada perto de São Sebastião de Lagoa de Roça” (...) (Borges, s/d, apud Melo e Rodrigues)

“O nome era Ipuarana, era por causa dessa descendência de índio” (Celestino P. da Silva)

“A gente quando trabalhava na roça, aqui, acolá a gente arrancava coisas dos índios” (Zacarias Jerônimo)

⁷ Achamos conveniente esta citação para demonstrar que o Brejo Paraibano foi habitado pelos Bultrins. São Sebastião de Lagoa de Roça é cidade vizinha a Lagoa Seca. A citação faz alusão a Irineo Joffily, nascido em Pocinhos ao mencionar, com orgulho, sua descendência indígena.

Em 1818, parte das terras que ora integra o Município de Lagoa Seca pertencia ao Coronel José Antônio Alves Pequeno, conhecido como Coronel "Vila Seca". Outra parte das terras estava sob o domínio dos índios bultrins, nativos da região.

Existiu na Vila de Campina Grande, segundo Câmara (1947:41), na primeira metade do século XIX, o coronel José Antônio Vila-Sêca. Provavelmente, ele tenha sido o primeiro comandante da Guarda Nacional⁸ nesta vila. Ademais, Campina Grande, até 1863, possuía vastas terras férteis onde localizavam-se vários engenhos, dentre os quais o engenho Lagoa Seca. Grande extensão dessas terras passa a pertencer a Alagoa Nova, quando de sua emancipação. Com esta perda, Campina Grande que possuía vários engenhos, fica com apenas 6:

(...)“Floriano, Conceição, Araticum, do major João Tavares de Mélo Cavalcanti; Lagôa Sêca, do capitão Antônio Gonçalves de Oliveira; Amaragi, do tenente-coronel José André Pereira de Albuquerque e Cumbe, o mais importante de todos, do corenel Augustinho Lourenço Porto” (Câmara,1947:45).

Não sabemos até que período existiu o engenho Lagoa Seca. É interessante que Araticum, Amaragi e Cumbe são, atualmente, comunidades rurais/sítios integrantes do município de Lagoa Seca. Floriano é um povoado que também pertence a Lagoa Seca. Conceição eram 239,2 hectares de terra pertencentes a Lagoa Seca, dos quais 186,3

⁸ Em 1931, uma lei geral criou a Guarda Nacional para auxiliar o exército, extinguindo, desta forma, os corpos de milícias, as guardas municipais e as ordenanças. A Guarda Nacional era formada por legiões, batalhões ou corpos e companhias, comandadas por coronéis, tenentes-coronéis e capitães, respectivamente (Câmara, 1997.)

hectares foram transformados em loteamento para a construção de um conjunto habitacional.⁹

Quando iniciamos este trabalho, acreditávamos não pecar muito ao ventilar a possibilidade, acima mencionada, de o engenho Lagoa Seca ter recebido o nome do coronel Vila Seca ou de algum membro de sua família. Entretanto, a especulação tornou-se certa: o coronel José Antônio Alves Pequeno, cognominado Coronel Vila Seca emprestou seu nome para a cidade de Lagoa Seca.

O único entrevistado a mencionar a respeito do Coronel Vila Seca foi Seu João Jerônimo da Costa, o segundo prefeito eleito de Lagoa Seca. Ele mencionou um trabalho publicado pelo IBGE que atribui o nome da cidade em homenagem ao coronel Vila Seca e, discordando desta versão, ressaltou:

“Meu pai é de 1874. Nunca fez nenhuma referência ao Vila Seca. Lagoa Seca é por causa da lagoa de Antônio Monteiro que sempre está seca. A lagoa tem, na direção norte, uma fenda na pedra, uma pedra subterrânea que a gente vê a água sair lá embaixo; e ela sempre seca. Os mais antigos, contam as pessoas, sempre fizeram referência ao nome de Lagoa Seca por causa da lagoa. Nunca ouvi de ninguém essa referência ao coronel Vila Seca e não sei onde o IBGE foi encontrar essa informação” (João Jerônimo da Costa,)

Os demais interlocutores não teceram nenhum comentário a esse respeito e quando interrogados acerca da existência do Coronel Vila Seca e/ou do engenho Vila Seca sempre ouvimos frases eivadas de espanto ou um contundente não.

⁹ Esta questão foi objeto de estudo da monografia de Evanildo Barbosa da Silva (1990), abordando o período 1970-1985, quando Campina Grande transforma parte do espaço rural de Lagoa Seca em espaço especulativo para a construção de um conjunto habitacional. Voltaremos a abordar este assunto quando tratarmos do absenteísmo no município de Lagoa Seca.

Procuramos entender isto a partir do imaginário criado nessas pessoas. A lagoa que, segundo ouvimos, deu origem ao nome da cidade ainda existe e nunca conseguiu manter armazenada a água recebida das chuvas. Os moradores mais antigos chegaram a ver o trânsito dos tropeiros que paravam na lagoa ou combinavam de se encontrar com outros companheiros na referida lagoa. A lagoa é, portanto, familiar e está ali presente no cotidiano dessas pessoas, como prova cabal da história por tantos repetida. O Coronel Vila-Seca, ao contrário, é um ser desconhecido, que ninguém confirmou ter existido e tampouco lembra-se ou ouviu falar.

Sabemos que a memória é seletiva, preservando o que reputa como importante (Montenegro, 1994:24). No entanto, a partir do que mencionamos acima indagamos: a memória elege fatos ou aspectos mais próximos de si?

É possível que “um foco de memória” seja incorporado à história quando participamos de acontecimentos públicos. E por conseguinte, quando um fato dessa natureza é registrado em nossas lembranças, especialmente nas dos velhos, ocorre:

(...)“uma associação entre o acontecimento ou fato histórico narrado e suas vidas. É sempre ou quase sempre em decorrência dessa interferência que as marcas da memória se constituem” (Montenegro, 1994:74)

Desta forma, não podemos contestar a tradição existente em torno da origem do nome da cidade porque, de certo modo, está sagrada na memória de nossos interlocutores e de inúmeras outras pessoas que prezam por resguardar a história dos antigos e, através dela será conservada por muitas gerações.

(...)“é a iniciativa que a vida atual do sujeito toma que desencadeia o curso da memória. Se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar” (Bosi apud Bernardo 1998:83).

Portanto, “É a memória coletiva que está em jogo, envolta no espaço da ocorrência do evento (Bernardo, 1998:85.) Este talvez seja o segredo transmitido aos alunos que procuram constantemente Seu Zacarias, Seu José Cavalcante e Seu José Faustino. O fato de mencionar a lagoa, o local onde fora construída a primeira casa e os interlocutores saberem onde tudo está localizado, quem mora próximo, etc, confere veracidade ao relato e a quem está relatando os fatos. A esse respeito, Halbwachs afirma que cada aspecto, cada detalhe de um dado espaço tem, em si mesmo, um sentido compreensível apenas aos membros do grupo (Halbwachs,1990).

FOTOS 09 e 10 – Seu José Faustino, Seu Té, como é conhecido (filho do fundador de Lagoa Seca); Seu José Cavalcante, ex-vice-prefeito da cidade e Seu Zacarias, o poeta. São os “guardiões” da memória local.



Os lugares de forte significado coletivo, afirma Rossana Honorato (1999:57), podem servir como elementos universais na reflexão da cidade, na procura sentimental da conservação da memória. A lagoa demonstra ter um forte significado coletivo para as pessoas de Lagoa Seca, constituindo-se num elemento que concorre para a conservação da memória coletiva de sua população.

2.2 – Pequena Produção e Tropeiros em Lagoa Seca

“Vinha desse mundo de Esperança, tropeiros com 25 burros, às vezes com mais. E não era um só não, era cheia a estrada com cargas de algodão. As estradas eram estreitinhas, assim!... Era! Quando passava naqueles galhos do mato ficava as lâ. Minha mãe dizia: “Vai pegar ali uma lâ para fazer pavo”... Nesse tempo era luz de gás... E a gente levava a lâ pra ela. No domingo era parado, mas quando começava a segunda-feira aí começava. Eles iam pra Campina” (Severino Anacleto)

O tráfego de tropeiros ao longo da estrada central (atual Br 104) e pelas estradas vicinais era intenso, pelo fato de transitarem almocreves também dos arredores da vila. Em determinados dias da semana era tão vasto o movimento nas estradas, chegando a dificultar a passagem dos transeuntes:

“Papai carregava pro sertão. Finado Zumba, aqui tinha Zé Francisco, Inácio Grande, muitos matutos aqui carregavam... Era bonito! Se você visse a fila na estrada de Alagoa Nova, de Esperança, daquele meio de mundo pra Campina, era a coisa mais linda do

“mundo! Na beira da estrada que ia assim pra Alagoa Nova, era tanto matuto que não acabava mais. Dava trabalho da pessoa andar de tanto matuto com animal carregando carga de toda qualidade pra feira de Campina” (Zacarias Jerônimo)

Como a região é grande produtora de gêneros agrícolas, inclusive de farinha de mandioca, negociantes de Campina Grande deslocavam-se até Lagoa Seca para efetuar compras:

“Naquele tempo, vinha muita gente de Campina e comprava cargas aqui pra levar pro comércio de Campina” (Zacarias Jerônimo)

Os agricultores de Lagoa Seca tiveram, ao longo do século XX, culturas diversificadas. Obviamente não podemos reputar tal diversificação a todos os produtores. O fumo exigia grande quantidade de trabalhadores, sendo produzido para o consumo da própria família, pois era comum fumar cachimbo ou cigarro – pé-de-burro – o excedente era comercializado. Havia produtores e atravessadores que compravam o excedente produzido por esses pequenos produtores e comercializavam em Campina Grande e João Pessoa. Nas décadas de 1930-40, a região produziu abacaxi e sisal. Constituindo-se este último uma cultura que, em períodos de seca, amenizava as agruras do agricultor. Até início dos anos 1990, a mandioca era cultivada por praticamente todos os agricultores. As batatas de tipo doce e inglesa, o milho, o feijão e as frutas eram culturas básicas, indispensáveis à manutenção da família.

Percebemos uma interessante interação entre a atividade agrícola e os tropeiros, haja vista que pequenos produtores da região também almocrevavam suas próprias mercadorias ou os produtos de outrem. Na realidade, esta interação parece ser, neste período, mais natural do que possamos imaginar por constituir-se quase que uma atividade

cotidiana destes produtores como seria, por exemplo, plantar uma semente, limpar o roçado ou mesmo colher o fruto na fase da colheita. Essa afirmação que, para muitos pode parecer descabida, é feita a partir da fala de um de nossos interlocutores ao dizer que *“quase todo mundo, naquele tempo, era tropeiro”*:

“Agora, eu falo em tropeiro, mas também de um modo geral, porque, naquela época, quase todo mundo era tropeiro. Aqui mesmo nessa região tinha gente que tinha 4 ou 5 animais, quase só pra conduzir mercadorias daqueles que não tinham. E tinha também aqueles tropeiros que viajavam mais pra longe, tirava daqui pra Patos, tirava daqui e ia buscar mercadoria em João Pessoa e, às vezes, levava mercadoria daqui pra João Pessoa” (Celestino Pereira da Silva)

Consideramos a presença dos tropeiros na região, hoje Lagoa Seca, como o aspecto fundamental – fundante – para as primeiras construções, inclusive da tarimba e do rancho para alojá-los. Não se pode negar o grande número de tropeiros e a frequência com que passavam pelo local. É preciso entender que as tropas de burros¹⁰ dirigidas pelos almocreves eram o único meio de transporte disponível na época.

Os comerciantes de Lagoa Seca que não tinham seus próprios animais também dependiam dos tropeiros para transportar as mercadorias compradas em Campina Grande.

E os agricultores que não possuíam animais para transporte e tampouco dispunham de recursos para contratar um tropeiro, quando queriam levar produtos para vender em Lagoa Seca ou em Campina Grande, tinham de vencer a distância até à cidade a pé, carregando a mercadoria na cabeça:

¹⁰ A chegada do trem em 1907, a Campina Grande, não abalou esse meio de transporte porque os tropeiros baixavam o preço dos fretes para concorrerem com o trem. A partir de 1940, com a proliferação das estradas de rodagem e o aumento da quantidade de caminhões, a decadência abate os tropeiros e suas tropas de animais (Aranha, 1991:64,127).

*“E a maioria dos pobres que não tinham aqueles animais, então era... botar na cabeça, sair de madrugada... Meu pai foi muitas vezes, levava daqui para Campina 30, 40 quilos de farinha na cabeça”
(Celestino P. da Silva)*

Eram cerca de 8 longos quilômetros até Campina Grande, com um peso de 30 ou mais quilos equilibrados sobre a cabeça e antes de chegar à feira, passavam pelo posto fiscal, onde tinham de pagar o imposto sobre a mercadoria transportada. O valor do imposto era pago de acordo com o produto e o seu respectivo peso. Era uma situação degradante. O agricultor carregava a mercadoria para levar à feira porque não tinha dinheiro para pagar o transporte, mas para vendê-la precisava dispor, de antemão, do dinheiro para o pagamento do imposto:

“Era muito sofrimento. Muito sofrimento mesmo! E além disso, o pior de tudo isso, além disso quando chegava no posto fiscal era a maior agonia pra se pagar o imposto daquilo que levava. Já existia essa situação miserável naquele tempo” (Celestino P. da Silva)

O posto fiscal localizava-se onde atualmente fica o Ponto de Cem Réis – em Campina Grande - e como o agricultor lida com o espaço por ele conhecido, é este mesmo espaço que lhe proporciona uma forma de driblar a fiscalização.

“Era pior do que hoje. Então o que a gente inventou aqui muitas vezes para evitar pagar imposto, então quando chegava ali, vamos supor, ali no Lindão... ali no triângulo. Então quando chegava ali, a gente entrava, descendo ali, seguindo ali aquelas estradas, pra sair ali na Guabiraba, sair cortando assim... Andava mais! E isso quase com uns 30 quilos do lado” (Celestino P. da Silva)

Esse esforço sobre-humano era o cotidiano ano após ano, dessa gente simples. O uso de animais para o transporte de cargas é arrefecido quando tem início o uso de caminhões e outros veículos automotores. Durante todo o século XIX, prevaleceu, em nosso Estado, o uso de animais no transporte dos produtos:

(...)“a Paraíba atravessa a maior parte do século XIX contando basicamente com um único meio de transporte, o de tração animal” (Aranha, 1991:119).

A não existência de estradas era mais um agravante aos obstáculos a serem vencidos na locomoção de pessoas e de animais. As grandes e largas estradas, tão familiares em nossos dias, só foram construídas após a República ser instaurada. Até então, os trajetos eram feitos através de caminhos, veredas ou trilhas:

(...)“da Colônia ao começo da República existiam tão-somente os chamados caminhos: os estreitos, que não passavam de simples trilhas ou veredas abertas no mato, mal comportando o trânsito de homens e animais enfileirados; os largos, também, chamados caminhos ou estradas carroçáveis” (Aranha, 1991:253).

Na década de 1930, a população das cidades do Brejo já deslocava-se até Campina Grande com maior facilidade, devido a construção da Estrada Tronco da Paraíba:

“Em 1930, Campina Grande era servida pela Estrada Tronco da Paraíba com ramal ao norte, para as cidades brejeiras de Esperança e Alagoa Nova” (Aranha, 1991)

A presença dos tropeiros, em Campina Grande, manteve-se até os anos 40, quando foi incrementada a construção de estradas de rodagem e, conseqüentemente, o

transporte com caminhões. Em 1910, o movimento dos tropeiros era grande, entretanto nas décadas de 1920 e 1930 intensifica-se mais ainda (Aranha, 1991:127).

A disciplina refletida nos horários de levantar e trabalhar denotam a dureza da vida do pequeno produtor. Levantava-se "bem cedo", provavelmente antes do nascer do sol, pois às 8:00 horas voltava-se do roçado e em casa era feita a primeira refeição do dia. A alimentação era extremamente simples e, geralmente, era em casa mesmo que passava por todos os processos de preparação (no caso do milho: plantio, colheita, secagem, descaroçamento e moagem.) Cotidianamente o xerém e o feijão constituíam a regra e apenas em dias especiais (aos domingos, no Natal, no ano novo, no São João, etc.), degustava-se o arroz. Tal simplicidade contrasta com a mudança dos atuais hábitos alimentares:

“Na casa do meu pai mesmo, a gente comia um xerém de milho. A gente se levantava bem cedo, tomava aquele cafezinho, só o café, puro, aí ia pr'o roçado. Quando era de 8 pra 9 horas, vinha, comia aquele xerém e voltava pr'o roçado. Meio-dia voltava pra casa porque não agüentava o sol, aí comia o feijão, voltava pr'o roçado. Quando largava o sol já posto, aí guardava a enxada, tomava um banho e lavava os pés, aí comia mais uma batata, um pedaço de cará... Almoçava, jantava e ceitava... Olhe, eu cansei... Olhe, que eu sou o caçula da tropa lá de casa. Eu sou o mais novo, mas eu mesmo cansei de ouvir: “Mas fulano, quantos dias faltam pra noite de São João? Faltam tantos dias... Ainda rapaz! Mas não é rapaz, pra gente comer um arrozinho”... Pelo natal, quando tinha essas festas assim... Era de luxo, o dinheiro não dava!” (Severino F. Anacleto)

Este agricultor já idoso que, atualmente, precisa da ajuda dos familiares para manter seu roçado produzindo, nos transmite a idéia de que o trabalho no roçado

executado diariamente, ano a ano, na infância, na adolescência e na vida adulta, na velhice não é mais tolerado como tarefa estafante:

“Às vezes, eu estou sem coragem, venho pra dentro de casa, fico ali. Fico meio bizonho, num sabe? Mas na hora de ir pra o roçado me dá aquela coragem. Pra mim é uma festa, é um entretenimento grande que eu tenho” (Severino F. Anacleto)

Se até anos atrás a lida no roçado era uma atividade árdua e penosa, agora é considerada um entretenimento que talvez possamos denominá-la como uma terapia. Ir ao roçado tornou-se mais do que um hábito, está absolutamente arraigado em seu cotidiano, em seu ser, em ser agricultor:

2.3 – Franciscanos e Maristas: “E Quando Chegou Esses Padre Aí, Pra Nós Daqui Dessa Região, Foi Um Céu na Terra”¹¹

A presença dos Frades Franciscanos, em Lagoa Seca, tem início em fins da década de 1930. A Ordem Franciscana, na Alemanha, vinha sofrendo represálias nazistas e a opção pelo Brasil tinha a finalidade de restaurar, revitalizar a Província Franciscana¹², ameaçada de acabar devido às leis impostas por Hitler, proibindo a admissão de novos noviços na Ordem.

¹¹ Trata-se de parte da fala de um de nossos interlocutores.

¹² Refere-se aos conventos e religiosos da Ordem Franciscana, num país ou numa região, governados pelo provincial e dependentes do superior-geral da ordem.

Em 1939, chegaram os primeiros frades: Frei Lamberto, Frei Pedro e Frei Manfredo. Neste primeiro momento, moraram numa casa em Lagoa Seca e em janeiro de 1940, a construção do convento é encetada. O projeto inicial da construção era bem modesto, com poucas dependências. Em 1941, com apenas duas salas de aula, já receberam os primeiros alunos para o curso primário. Dois anos depois, em 1943, começou a funcionar o seminário:

“Eram muitos pedreiros e o povo daqui e começaram o trabalho. Começaram esse trabalho também orientados por um engenheiro que fez a primeira planta. Foi muito bem preparada. E quando eu cheguei aqui, em 1941, em julho, já existia a sacristia, em seguida a capela. Depois, junto à capela também fez um refeitório para a comunidade, a cozinha e também o refeitório para os alunos, um grande refeitório e duas classes. E também já vieram os primeiros alunos. Um primário se preparando para o curso de admissão. Em 42, como estava planejado, começou aqui o seminário, o primeiro ano ginásial...”
(Frei Artur)

O convento passou a receber muitos alunos, superando as expectativas da Comunidade Franciscana. Vinham jovens não apenas da região e de outras cidades da Paraíba, mas inclusive de outros estados do Norte/Nordeste: Pará, sul da Bahia, Ceará, dentre outros. Eram jovens que, em sua maioria, não almejavam a vida franciscana, mas condições para assegurar os estudos. Outros chegavam como vocacionados e depois desistiam do sacerdócio. Entretanto, muitos ficaram tornando-se, posteriormente, franciscanos.

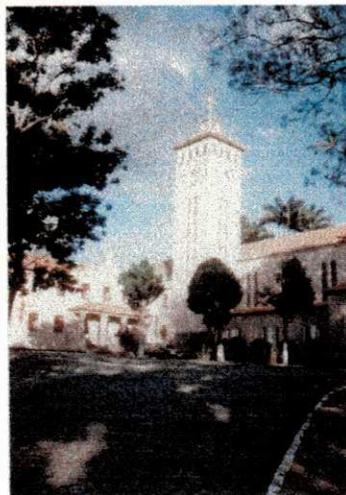
“O seminário desenvolveu-se numericamente bastante, mas também o prédio cresceu para poder aceitar os jovens que se interessavam para estudar com a esperança também de seguir a vocação franciscana. Me

lembra, em 1957, mais ou menos, tínhamos aqui 250 alunos vindos do interior não só da Paraíba, sul da Bahia até Ceará e mais do Pará. Do Pará, tínhamos aqui um tempo 30 alunos de lá, principalmente de Santarém, onde nossos confrades eram também missionários, no Pará. O trabalho continuava sempre com grande entusiasmo. Agora, não era um colégio que visava lucro. Era apenas dar assistência para a vocação franciscana. Nem todos ficaram, também não podiam ficar porque não se tratava também de uma vocação. Estudavam, depois mudavam de opção, deixando o colégio também” (Frei Artur)

A comunidade lagoa sequense colaborou na construção do convento, trabalhando voluntariamente, mas havia também pedreiros e serventes contratados, a exemplo de Manoel Salviano, agricultor e pedreiro que morava vizinho ao convento:

“Os pedreiros e também os serventes e então eram pagos também. Eram pagos Manoel Salviano, nosso vizinho, trabalhava aqui, era homem dedicado, de fé e confiança e bondade para esse trabalho, se sacrificando. Temos que reconhecer realmente a sinceridade, a lealdade desse homem. E outros também ajudaram aqui. Me lembro, agora, de Manoel Salviano que morava aqui perto” (Frei Artur)

FOTO 11 – Vista parcial do convento dos franciscanos. A torre da capela tem 36 metros de altura.



O grande número de alunos exigiu a ampliação do espaço construído e a contratação de professores leigos (não frades), porque até então o ensino era ministrado exclusivamente pelos Frades Franciscanos. Além das aulas, os alunos realizavam atividades práticas em carpintaria, marcenaria, horta, padaria, alfaiataria, sapataria e encadernação. O trabalho desenvolvido pelos frades não estava restrito ao ensino. Havia também a pastoral, onde os frades, nas capelas da região, davam assistência espiritual. Onde não havia capela, os frades celebravam missa na casa de algum morador.

Em maio de 1959, a Câmara Municipal de Campina Grande aprova o Projeto de Lei nº 1321, de autoria do vereador João Jerônimo da Costa, tornando o Colégio Seráfico de Santo Antônio (Convento dos Franciscanos) de utilidade pública:

“Art. 1º - Fica considerado como de utilidade pública o Colégio Seráfico de Santo Antônio, situado na vila de Lagoa Seca, deste Município.” Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, Casa de Félix Araújo, em 21 de Maio de 1959” (Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande)

Não exageramos ao acentuar a importância religiosa e educacional dos Frades Franciscanos em Lagoa Seca. O jornalista campinense Hortênsio de Souza Ribeiro, ressalta o trabalho desenvolvido por estes religiosos que, na época, tornaram Lagoa Seca possuidora do maior colégio religioso do país:

“Com a presença dos irmãos menores de São Francisco, Ipauarana animou-se de maneira extraordinária. O Seminário Menor, que os bons padres franciscanos fundaram na Velha Alagoa Seca, nos férteis terrenos onde outrora se via o sítio de Aquilino Magalhães, Ipauarana se desenvolveu e progrediu da noite para o dia.” (De “A Imprensa”, de João Pessoa - Pb., de 1º de outubro de 1947 apud Maia, 1979:100)

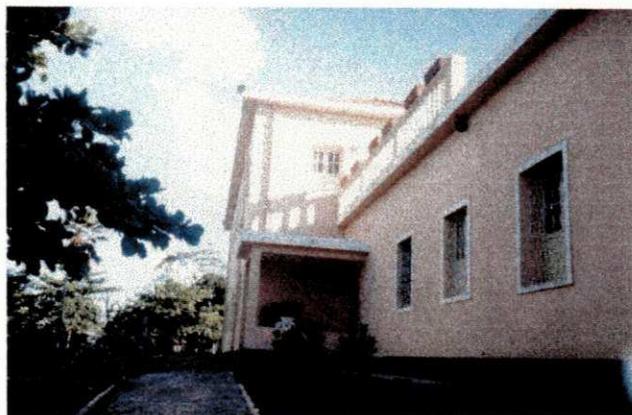
“Com a grande concentração humana existente no distrito, acrescentando-se a existência, ali, de um importante educandário, o Seminário da Ordem Franciscana, aliás, no gênero, o maior estabelecimento de ensino religioso em todo o país, (...)” (Do “Diário de Pernambuco”, do Recife, de 5 de outubro de 1947 apud Maia, 1979:100)

Seu Zacarias, um dos moradores mais antigos da cidade, refere-se aos Franciscanos sempre de forma muito respeitosa e com uma admiração ímpar:

“Esse convento ali, quando foi fundado, eu comecei nos serviços de primeira pedra, botando com Frei Pedro, Frei Manfredo, Frei Odorico e tantos outros, trabalhando. (...) O convento foi a felicidade do povo desta região, os padres do convento com grandes laços de amizade, tanto nessa região aqui como em Campina e todas as cidades vizinhas. Povo muito bom, povo que veio pra defender, ensinar tudo quanto é bom, o caminho de Deus e o caminho da educação, os padres de Lagoa Seca” (Zacarias Jerônimo)

Os Irmãos Maristas das Escolas chegaram em Lagoa Seca no ano de 1953. Como são irmãos, com uma formação religiosa que não inclui o sacramento da ordem (não tornam-se padres), portanto, não podem celebrar a eucaristia, a presença dos Franciscanos foi decisiva para a opção de Lagoa Seca como local para a instalação do Noviciado Marista.

FOTO 12 – Vista parcial do convento dos Irmãos Maristas, onde funciona o noviciado, recebendo os jovens vocacionados para dois anos de formação.



Os Maristas têm como objetivo a formação de irmãos educadores. Os noviços passam dois anos na casa do noviciado, em Lagoa Seca, onde realizam trabalhos apostólicos, ajudando na catequese da paróquia. Os jovens noviços passam os dias de domingo nos sítios do município, animando as comunidades, organizando grupos de jovens, fazendo celebrações.

Irmão Damião¹³, aos 80 anos, ainda trabalhava junto à comunidade. Ultimamente, estava ajudando na reconstrução de casas na favela existente na Vila Florestal.

Os Maristas doaram um terreno à prefeitura para que ela construísse, dentre outros, uma quadra de esportes. No entanto, o terreno foi utilizado para a construção de casas. A prefeitura cedeu o terreno em forma de lotes, onde cada requerente construía sua casa. O local tornou-se um bairro popular, que recebeu o nome de Monte Alegre:

¹³ Conversamos com Irmão Damião em Julho de 1998. Ele veio a falecer no início de Outubro de 1999.

“Aqui tem um bairro chamado Monte Alegre, que é lá perto dos seminários dos Maristas. Esse bairro eles doaram à prefeitura para a prefeitura fazer quadra de esportes e muitas coisas, mas infelizmente o prefeito dessa época distorceu, aí deu para o povo construir” (Daniel Jerônimo)

Franciscanos e Maristas fazem parte não apenas da história da cidade, estão engajados no cotidiano das pessoas, da comunidade, principalmente dos mais carentes. Entrando na cidade, no sentido de quem vem de Campina Grande, temos essas duas presenças religiosas a darem-nos as boas-vindas: à direita, temos a imagem da Virgem dos Pobres a indicar o caminho - aromatizado por frondosos eucaliptos - do Convento dos Franciscanos; à esquerda, temos palmeiras imperiais ladeando o acesso ao Noviciado dos Maristas.

“Os Franciscanos e os Irmãos têm muita influência na cidade, né! São sempre estimados. Nós acolhemos bem as pessoas. Visitamos as famílias. Há muita aproximação” (Irmão Damião)

É inegável que a presença destes religiosos tenha contribuído para o crescimento da cidade. Há pessoas que preferem morar na cidade, tendo maior facilidade de assistir missas, novenas e outros eventos religiosos realizados na cidade, dispoendo ainda da assistência dos serviços religiosos, como a confissão, com maior regularidade.

Tanto na zona urbana quanto na zona rural, a influência da Igreja se faz presente nos âmbitos sócio-econômico e cultural da população. A convivência com os religiosos (Franciscanos e Maristas), formou hábitos e costumes nessa comunidade eminentemente católica. Essa religiosidade é expressa também no artesanato local - que criou expressão

regional e nacional através de Dona Expedita - e dos nomes dos estabelecimentos comerciais.

Lagoa Seca é conhecida na Paraíba por seu destaque na produção de hortifrutigranjeiros. Seria leviandade de nossa parte, afirmar que foram os frades franciscanos que introduziram a prática do cultivo de hortaliças. Entretanto, trata-se de uma possibilidade que não tivemos condições de averiguar. Se eles não foram os pioneiros nessa cultura, através deles as pessoas aprenderam técnicas de cultivo, algo na época completamente desconhecido:

“E um futuro muito importante foi o cultivo de verduras. Nossos frades começaram logo cuidando da horta. Aqueles que entendiam de terreno e então começaram a plantar verdura. Tinha um frade preparado para isso especialmente, ele trabalhou muito e começou e o povo ficava admirado: "Mas nesse deserto, os frades vão cultivar verdura?" Não sabiam não. Não posso afirmar com absoluta certeza que não tinha na época... mas realmente o povo aprendeu”... (Frei Artur)

Independente dos motivos citados acima, Irmão Damião além de ratificar a influência dos religiosos, atribui o crescimento da cidade ao clima, à tranquilidade de pequena cidade que Lagoa Seca ainda preserva, influenciando, inclusive, para o aumento do número de granjas nos arredores da cidade:

“O clima é bom. Nos arredores estão surgindo muitas granjas. E a proximidade com Campina Grande, isso atrai muita gente pra cá. A cidade pequena, sem muito barulho... Eu creio que isso convida o pessoal a se transferir pra cá” (Irmão Damião)

Os religiosos representam um marco na vivência religiosa da população. A religiosidade talvez seja mais uma característica das pequenas cidades e, especialmente da população rural.

“O povo daqui, sempre foi uma região, um povo muito pendido para o catolicismo. E quando chegou esses padres aí, pra nós daqui dessa região foi um céu na terra e ainda hoje continua o mesmo amor e a mesma fé” ... (Zacarias Jerônimo)

Assistir a missa aos domingos, reservar certa quantia em dinheiro, durante a semana, para o ofertório, são compromissos religiosos a serem cumpridos. A confissão individual ainda é uma prática comum entre essas pessoas, principalmente entre os mais idosos.

2.4 - Poder Local: Campina Grande Em Lagoa Seca

*“(...) o poder municipal tem a função constitucional precípua de promover melhoria das condições locais de vida”(...)
(Martins,1994:214)*

As camadas mais pobres da população dependem mais das autoridades municipais. Por serem mais pobres, carecem mais dos bens coletivos disponíveis em suas localidades. Martins (1994:214), denomina de “lei sociológica” o fato de que “quanto mais baixo o nível de renda das pessoas, tanto mais a qualidade de suas vidas depende das condições locais”. E quem não dispõe de alternativas privadas, fica à mercê dos bens e dos serviços públicos localmente oferecidos.

Continuando sua abordagem, Martins percebe o município, enquanto instância governamental, como o “*único capaz de funcionar adequadamente como poder local (...) poder responsável pelos serviços e equipamentos públicos que compõem o contexto no qual os cidadãos enfrentam seu dia-a-dia*” (Martins, 1994:214).

Imbuído do poder que o cargo lhe confere, indiretamente, o prefeito é a pessoa que reflete a prosperidade, a estagnação ou a decadência dos municípios. Concomitantemente, a ele compete agir no sentido de dirimir os problemas apresentados pelo cotidiano do município.

Por que Lagoa Seca foi emancipada sabendo-se das dificuldades que um pequeno município teria para manter-se - sendo para muitos praticamente impossível - e tendo, neste caso, um vereador em Campina Grande (João Jerônimo), natural da região e eleito pelo distrito de Lagoa Seca, opondo-se a sua emancipação?

Campina Grande, destacou-se durante anos como a maior arrecadadora estadual de impostos, superando em alguns momentos inclusive a capital. Isso, sem dúvida alguma, pode ter influenciado na decisão de muitos moradores, inclusive de políticos a exemplo do vereador João Jerônimo, a serem contrários à emancipação de Lagoa Seca?

Como entender o fato de João Jerônimo opor-se à emancipação e ter sido eleito prefeito no segundo pleito?

Quando jovem, destacou-se em Lagoa Seca, onde apenas ele tinha o curso ginásial, cursado no Seminário Diocesano de João Pessoa.

“Despontei como candidato natural do lugar, para ser vereador em Campina como representante de Lagoa Seca na Câmara de Campina Grande. Uma coisa muito espontânea da população, porque os candidatos sempre eram de Campina Grande” (João Jerônimo)

Sua indicação como “candidato natural do lugar”, ocorreu por ser portador de condições “não naturais” para a maioria da população: vir de uma família cujo pai, conviveu e era amigo de políticos e, além de ter estudado, superou o patamar que a maioria dos jovens de sua idade almejavam. Sua família tinha certo poder aquisitivo ou pelo menos, era uma família respeitada. José Jerônimo da Costa, seu pai, foi presidente da usina de beneficiamento de mandioca de Lagoa Seca, em meados da década de 1930¹⁴.

Através de Argemiro de Figueiredo, em 1933, José Jerônimo conseguiu abrir uma escola estadual que funcionou em sua casa, porque a cidade não tinha local para instalá-la. Um ano depois, Rogaciano Borges construiu um prédio e a escola foi transferida para Lagoa Seca.

José Jerônimo da Costa, era ligado à política de Campina Grande e a Lafayette Cavalcante¹⁵, apesar de nunca ter sido candidato nem exercido nenhuma função política:

“Em 1930, quando veio do sul uma caravana da Aliança Liberal com Juarez Távora, Flores da Cunha, Batista dos Arcos, João Melo da Fontoura; esse pessoal veio fazer a campanha do Nordeste, campanha pra presidente: Getúlio Vargas pra presidente e João Pessoa a vice-presidente. Essa caravana foi recebida na casa de meu pai. Lafayette e outros políticos foram esperá-los na casa de meu pai. A caravana vinha por Alagoa Grande, Alagoa Nova, pra chegar em Campina, não tinha outra estrada. Eu tinha 7 anos. Por isso, dizem que já nasci envolvido na política. Nunca deixei de gostar de política” (João Jerônimo)

¹⁴ Trataremos de forma mais específica a respeito da usina de beneficiamento de mandioca no capítulo quarto.

¹⁵ Foi prefeito de Campina Grande de 1929 a 1932 e vice-prefeito de 1951 a 1955.

Em 1954, foi realizada em Lagoa Seca, ainda distrito de Campina Grande, a reestruturação do Diretório da União Democrática Nacional. Na composição do Diretório Distrital foram eleitos João Jerônimo, como vice-presidente e José Cavalcanti de Araújo, secretário.

“Como é do conhecimento de todos, aquele distrito vem se revelando um dos mais fortes baluartes do partido dirigido por Argemiro de Figueiredo (...) O Diretório Distrital da UDN de Lagôa Sêca ficou, após o seu ato de reestruturação, assim constituído: Antonio Jacinto da Costa – Presidente; João Jerônimo da Costa – Vice-dito; José Cavalcanti de Araújo – Secretário; Augusto Lucas da Silva – Tesoureiro” (Jornal de Campina, 31/01/1954)

João Jerônimo elegeu-se vereador em Campina Grande, através do distrito de Lagoa Seca¹⁶, em 1955 e 1959 pela UDN – União Democrática Nacional e, em 1963, pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

Argemiro de Figueiredo era o líder político da UDN, em Campina Grande. Após o rompimento político entre Argemiro de Figueiredo e João Agripino, este conseguiu fazer maioria no diretório estadual, ficando com a legenda do partido. Sem o controle da UDN, Argemiro ingressou em outro partido, filiando-se ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), levando consigo seus correligionários.

Em 1959, as esferas mais voltadas à indústria e ao setor financeiro em Campina Grande, uniram-se contra a candidatura das oligarquias que expressavam-se através do

¹⁶ “Lagoa Seca era distrito de Campina Grande e cada distrito praticamente elegia seu representante. Eu fui eleito por Lagoa Seca; Maria Dulce Barbosa, por Queimadas; Gumercindo Barbosa Dunda, por Galante; José Figueiredo, por Fagundes; Zacarias Ribeiro, por Massaranduba. Da cidade mesmo se elegiam poucos vereadores, porque os votos eram muito fragmentados, muitos candidatos” (João Jerônimo da Costa).

assistencialismo, lançando o empresário Newton Rique como candidato à prefeito, pelo PTB. Propunham uma nova forma de ação do poder público, em consonância com a política desenvolvimentista e o projeto de industrialização, adotados pelo presidente Juscelino Kubitschek (Lima, 1996:38.)

Campina Grande elegeu Severino Cabral, em 1959, como representante direto da política 'assistencialista'. Newton Rique foi derrotado, conseguindo eleger-se em 1963.

Em 1964, após a deflagração do golpe militar e sob a vigência do AI-1¹⁷, a Rainha da Borborema presenciou a cassação de Newton Rique. O vice-prefeito, Williams Arruda, assumiu a prefeitura dando continuidade à política traçada anteriormente pelo seu antecessor. Um acordo entre conservadores e progressistas havia garantido a composição da chapa Newton/Williams, onde *“os setores progressistas indicaram o prefeito e os setores tradicionais indicaram o vice-prefeito”* (Lima, 1996:49).

Desde o ano de 1963, João Jerônimo desempenhava a função de presidente da Câmara de Campina Grande. Com a vacância dos cargos de prefeito e vice-prefeito, ele foi indicado para assumir a prefeitura de Campina Grande:

“O comandante militar de Campina Grande, Cel. Otávio Ferreira de Queiroz, determinou a convocação da Câmara. (...) Nós convocamos e eles impuseram a cassação do vice-prefeito. Williams de Souza Arruda foi cassado pela Câmara e foi indicado meu nome como candidato a prefeito de Campina Grande. Quis recusar, mas o comandante tinha passado um telegrama para o comandante do 4º Exército em Recife, já indicando meu nome como candidato a prefeito. E por força disso eu fui eleito prefeito de Campina Grande por 10 votos contra 4, e um voto em branco foi o meu. Eu fiz uma declaração de voto, e isto

¹⁷ Ato Institucional nº 1, baixado em 09/04/1964, antes mesmo que o primeiro presidente militar (Humberto de Alencar Castelo Branco) fosse escolhido.

consta lá da sessão da Câmara de 15/6/64. O que digo não pode ser contestado porque está lá. Fiz uma declaração de voto dizendo que nunca tinha votado em causa própria e não era pra ser prefeito de Campina Grande que ia votar em causa própria. No dia 16/6/64, tomei posse na prefeitura de Campina Grande e permaneci até 30 de setembro do mesmo ano, quando o vice-prefeito, através de mandato de segurança conseguiu reassumir a prefeitura. Eu voltei para a Câmara, assumi o meu cargo de presidente” (João Jerônimo)

Terminado o mandato de vereador em Campina Grande, na tarde do mesmo dia, tomou posse na prefeitura de Lagoa Seca. Foi o segundo prefeito eleito da cidade; sucedendo Francisco Camilo de Oliveira – o alfaiate que abandonou o ofício para tornar-se prefeito - também empossado por sufrágio popular:

O início da vida política de Lagoa Seca, enquanto cidade emancipada, é marcada por estreitos vínculos com Campina Grande. O vereador eleito pelo ainda distrito de Lagoa Seca e dele sendo oriundo, de presidente da Câmara Municipal, chega a prefeito da grande cidade e depois volta a sua cidade para administrá-la.

Hobbes tinha da cidade a imagem de uma multidão unida pelo poder comum a uma pessoa, em prol da defesa, da paz e de proveitos comuns. É um poder de homem para homem, não racional, de índole tradicional (Faoro, 1979:633).

“O poder não nasce da soberania popular, nem por ela se justifica, senão que preexiste à sociedade, autenticado pelo tempo e pela tradição nacional (...) o homem rico – rico por excelência, na sociedade agrária, (...) exerce o poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal” (Id. Ibid.)

Enquanto cidade emancipada, Lagoa Seca adentra a modernidade política, onde o poder político ainda reflete o êxito pessoal na pessoa do alfaiate - Francisco Camilo - que

elege-se como o primeiro prefeito do lugar; no filho de uma pessoa bem relacionada com políticos de Campina Grande.- João Jerônimo - que Lagoa Seca elege vereador em Campina Grande e prefeito da pequena cidade.

CAPÍTULO III

JOVEM INDEPENDENTE: LAGOA SECA APÓS A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

3.1 – Itinerário de Distrito a Cidade “Dependente”

Em 04 de Janeiro de 1964, Lagoa Seca adquire sua autonomia, deixando a tutela de Campina Grande, emancipa-se. Antes dessa efetivação, a idéia de liberdade, de desvinculação de Campina Grande gerou controvérsias e a população foi convocada a dar sua opinião através de um plebiscito:

“Teve o plebiscito, isso foi feito, teve até uma eleição do sim e do não, sabe? Era grande, foi muita gente que votou, o sim ganhou. Nessa época, eu me lembro quando a gente foi votou a favor pelo sim, não tinha contrário! Todo mundo era a favor, e pelo menos na minha região por aqui não tinha uma pessoa que dissesse não!” (Afonso Félix)

A emancipação trouxe suas conseqüências e, dentre elas, a falta de verbas para iniciar sua vida de forma independente. Os primeiros anos foram difíceis para a recém autônoma cidade, pois não havia dinheiro para qualquer atividade:

“Nessa época da primeira legislatura era falta de tudo, e o que tinha era muito pouco, não dava pra nada! Francisco Camilo foi eleito. Passou dois anos sem bater um prego, porque não tinha dinheiro! Depois de dois anos foi que ele começou a receber verba e construiu essa prefeitura aí” (Daniel Jerônimo)

As professoras, antes remuneradas por Campina Grande, tiveram seus salários atrasados. Diante de tal situação, apelou-se a Campina Grande para que quitasse o pagamento das funcionárias. O Projeto de Lei que concedia a verba foi aprovado sob os protestos de João Jerônimo da Costa, alegando sempre ter sido contrário a sua emancipação, por saber que Lagoa Seca não teria como manter-se:

“Projeto de Lei nº 355/64, do Poder Executivo, autoriza pagamento de salários às professoras do antigo distrito de Lagoa Seca desmembrado de Campina Grande e dá outras providências. Parecer favorável. Em discussão. Com a palavra o Vereador João Jerônimo da Costa, que afirmou não entender como um Município possa pretender assumir as responsabilidades de um outro, igualmente autônomo e independente. Afirmou que não é de agora a sua luta contra a emancipação de Lagoa Seca, pois desde muito antes firmou sua posição nesse sentido por entender que o ex-distrito campinense não tinha, como não tem e como não terá jamais, condições de sobrevivência como unidade administrativa autônoma (...) Referiu-se mais sobre as marchas e contra-marchas da emancipação e concluiu por afirmar que votaria contrariamente à aprovação da presente propositura, não porque pretendesse prejudicar as professoras ou por não querer ajudar a sua terra, mas porque entendia que Campina Grande, como Município

autônomo, não poderia nem deveria se imiscuir em responsabilidades inerentes a outro Município.”(...) Ata da sessão realizada em 23 de Dezembro de 1964 (Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande)

Houve todo um trabalho articulado entre os que eram contrários à emancipação, onde podemos destacar João Jerônimo da Costa - natural da região e vereador em Campina Grande e que, posteriormente, tornou-se prefeito de Lagoa Seca na segunda legislatura - e de seu primo, Daniel Jerônimo da Costa, eleito vereador nas três primeiras legislaturas da Câmara Municipal de Lagoa Seca.

Manuel Barbosa da Silva, deputado estadual, foi o autor do projeto de emancipação de Lagoa Seca, tornando-se um dos responsáveis por esta conquista, haja vista o movimento em prol da manutenção da dependência à Rainha da Borborema:

“O Governador Pedro Moreno Gondim, assinou a Lei nº 3.133, de 04 de janeiro desse ano (1964), criando o Município de Lagoa Seca, cujo projeto de autoria do então deputado estadual MANOEL BARBOSA DA SILVA, sendo a referida Lei publicada no dia 05 de janeiro no Diário Oficial do Estado”(Secretaria de Educação e Cultura de Lagoa Seca, s/d)

Apoiado por Severino Cabral - prefeito de Campina Grande - Manuel Pereira do Nascimento foi o primeiro prefeito, assumindo a prefeitura de Lagoa Seca, na condição de prefeito interino, em janeiro de 1964. Devido à falta de condições financeiras para administrar o município, renunciou em outubro do mesmo ano. O seu concorrente, Pedro Sabino (genro de Vital do Rego e por ele apoiado), o substituiu sendo também nomeado pelo governador Pedro Gondim:

“Porque não havendo verba do Fundo de Participação dos Municípios, como há hoje, o município pobre não tinha renda nenhuma para se manter. E é tão verdade o que estou dizendo que Manuel Pereira assumiu a prefeitura de Lagoa Seca e renunciou porque não tinha com que pagar o servente da prefeitura. O município não tinha arrecadação nenhuma e não iria sobreviver nenhum município pequeno sem a verba do FPM. Era uma questão de sobrevivência naquele tempo. Lagoa Seca pertencendo a Campina Grande tinha os benefícios da cidade-mãe e se emancipando não tinha onde buscar” (João Jerônimo)

Em 03 de outubro de 1964, foram realizadas as primeiras eleições, tendo sido eleito como prefeito Francisco Camilo de Oliveira. Há um aspecto interessante nessa primeira eleição, onde o vice-prefeito também era eleito e para isso não era necessário estar participando na mesma legenda do prefeito eleito”:

“Aí quando foi em 1964 emancipou-se Lagoa Seca, aí o primeiro prefeito foi Manuel Pereira do Nascimento (interino). Quando foi a 3 de outubro, no fim de 64 a eleição, aí o prefeito eleito foi Francisco Camilo de Oliveira, o vice-prefeito fui eu. Aí eu era candidato a vice-prefeito com outro, com Zé Marques, e ele (Francisco Camilo) era com Zé Pinto, uma pessoa que morava aqui. Aí Zé Marques retirou a candidatura, foi no tempo do exército, aquele movimento. Aí ele disse: Eu não vou ser mais candidato não. Afastou-se. Aí eu fiquei. Naquele tempo o vice era eleito também pelo povo, o povo votava no vice, votava no prefeito. Aí ficou Francisco Camilo e eu, ninguém fez campanha. Aí quando foi na eleição, Francisco Camilo foi eleito com 260 votos, o vice dele teve cento e poucos votos e eu tive 597” (José Cavalcante)

É importante assinalar que a emancipação de Lagoa Seca não é fato isolado. Os municípios que formam o conjunto da microrregião de Campina Grande surgiram, como tal, numa mesma fase e ocupam espaços de ordem dimensional aproximada.¹⁸

3.2- Cidade: Visões de “Desenvolvimento”

Após a emancipação política da cidade de Lagoa Seca, a população passou a gozar de benefícios que, segundo os entrevistados, contribuíram para melhorar a vida da população como um todo.

“Quando dependia de Campina era ruim demais! O benefício ficou mais fácil, depois que passou a cidade, foi beneficiando, aí melhorou muito! Melhorou bastante!” (Afonso Félix)

A energia elétrica, até então, privilégio apenas da população urbana é estendida à população rural do município. Atualmente, quase toda casa de agricultor já conta com aparelhos eletrodomésticos: liquidificador, televisão, aparelho de som e até geladeira.

“Em 1958, Elpídio de Almeida, o prefeito de Campina Grande, botou luz aqui. E dessa luz, quando Lagoa Seca passou a cidade, passou para os sítios. Hoje está quase tudo iluminado” (Daniel Jerônimo)

¹⁸ Puxinanã emancipou-se em 11 de dezembro de 1961; área:113 km². Massaranduba, em 07 de maio de 1965; área:133 km². Queimadas, em 14 de dezembro de 1961; área: 362 km². Fagundes, em 22 de dezembro de 1961; área: 191 km². Serra Redonda, em 1953; área: 62 km².

Foram construídas mais estradas, fazendo com que os moradores dos sítios ficassem mais próximos da cidade, pois, desta forma, os carros de frete podiam chegar até a casa de cada agricultor para pegar os produtos para serem levados à feira, dispensando os animais que antes faziam o transporte até Lagoa Seca e de lá ia-se de carro até Campina Grande:

“Desenvolveu o necessário que era pra desenvolver mesmo... Primeiro quando aqui era município de Campina Grande nem um benefício aparecia, de maneira nenhuma! E hoje se um prefeito não fez, mas entra outro e faz, né? Ficou melhor nessa parte, porque recebe mais um pouco dos benefícios. Pelo menos aqui o Amaragi, o Cumbe, Jucá do Cumbe, só tinha uma escola que era essa daqui... essa escola é velha demais... e depois que passou, tem escola por todos esses lugares, sabe! Tem escola no Jucá, tem no Cumbe, tem no Mineiro, tem no Oiti, tem em todo canto! Quando mudou, quando chegou a ser municipalizada, aí tem esses colégios, todos tem, melhorou bastante! Estradas também, pontes, fizeram até ponte depois”... (Afonso Félix)

A cidade, enquanto depositária do poder público (Wanderley,1997:98), tem a função de distribuir os serviços públicos e privados dos quais é portadora aos seus municípios tanto rurais como urbanos.

A emancipação é percebida como um instrumento de liberdade, a partir da qual melhorias são proporcionadas à população. Benefícios que não teriam sido conseguidos caso Lagoa Seca ainda estivesse vinculada à Campina Grande. A possibilidade de reivindicar melhoramentos ali mesmo, no lugar que tão bem conhecem, a cidade de Lagoa Seca, é descrita como ter "mais liberdade":

“Trouxe, porque se Lagoa Seca não se separasse de Campina não tinha o que tem hoje”. (José Cavalcante)

“Oh, eu não sei na cidade, mas pra gente aqui, por uma parte, melhorou porque a gente tem energia, veio aparecer aquele posto, o laboratório. Aí foi melhorando mais. Mas agora, depois do prefeito lá em Lagoa Seca, a gente tem mais liberdade. Uns pede de um lado, outros pede de outro, aí desenvolveu mais. Agora, qualquer coisa o rapaz vai, tem um buraco em tal canto, tal assim, tá em tal canto e lá vai de um jeito ou d’outro, eles mandam ajeitar” (Nelson de Araújo)

A abertura de estradas trouxe, dentre outros benefícios, maior facilidade de locomoção, inclusive para prestar socorro aos doentes. O acesso ao hospital, antes tão precário, feito com carros alugados, tornou-se menos doloroso. Nessas ocasiões, onde urgência e tempo parecem concorrer entre si, a comunidade rural mostra-se solidária e unida:

“Hoje eu só acho melhor, porque hoje adocece uma pessoa aqui, quando o dono daquele doente não pode levar ela para Campina, mas a comunidade junta e ajuda. Traz um carro e leva ela para o hospital, e naquele tempo não. Você conhece Nazué? A mãe dele adoceceu e a gente foi buscar ela aqui pra casa. Pra ir buscar um carro, o carro veio com maior sacrifício até aqui, pra levar ela pra Campina. Hoje não! Hoje está mais fácil” (Severino Francisco Anacleto)

A melhoria atingiu também os meios de transporte, onde o ônibus passa a ser uma alternativa para quem só dispunha dos caminhões para deslocar-se até a cidade grande:

“Lagoa Seca cresceu, porque era menor, e meio de transporte melhorou muito que era uma dificuldade... Eu mesmo andei muito de Campina pra Lagoa Seca encima de caminhão. O povo e todo mundo ia pra feira encima do caminhão. Botaram até o nome de óleo cru, né?! O povo dizia: “Olha o óleo cru!” E depois foram aparecendo uns

ônibus, uns ônibus que eram diferentes dos de hoje, chamava-se a sopa, depois era a marinete”... (Zacarias Jerônimo)

Quando os moradores de Lagoa Seca mencionam algum aspecto de desenvolvimento¹⁹ referem-se à instalação de equipamentos urbanos que proporcionam melhorias à vida da população como um todo: construção de estradas e de escolas, a chegada de água, luz e telefone, como citamos acima, maior quantidade de farmácias e de outros estabelecimentos comerciais. E é neste sentido que o termo está sendo empregado.

Em termos de saúde, a população dispõe do CEPAS (Centro Paroquial de Assistência Social), criado antes da emancipação da cidade, em 1962 pela paróquia, através de seu primeiro vigário Frei Constantino (OFM), contando também com a colaboração de Irmã Catarina (OSF), que prestou seus serviços até o ano de 1986.

“Art. 2º. O CEPAS tem por objetivo criar, instalar e manter um Posto Médico e Dentário na Vila de Lagôa Sêca, onde prestará assistência médica e dentária aos paroquianos da Vila e de toda a zona rural” (Diário Oficial de 26/09/1963 apud Projeto de Lei nº. 128/63 – Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande).

Irmã Catarina, recém formada em enfermagem, iniciou sozinha os trabalhos no CEPAS, fazendo os partos à domicílio. Só depois, foi construída a casa de partos para receber as parturientes. Eram realizados cerca de 40 partos por mês. Marcos Pimentel, o primeiro médico a dar assistência ao CEPAS, realizava o trabalho de forma voluntária. Os

¹⁹ Pastore diz que este é um conceito polêmico. “O conceito parece ser multidimensional, i.é., composto de dimensões econômicas, sociais e políticas. Essas dimensões exibem comportamentos variáveis e com diferentes intensidades, tornando difícil saber se uma sociedade está ou não se desenvolvendo quando os atributos econômicos relativos ao crescimento do produto interno crescem em velocidade maior do que o alargamento das oportunidades individuais no campo político ou cultural. O setor rural de uma sociedade se desenvolve na medida em que uma maior produção é alcançada com o emprego dos recursos menos onerosos e na medida em que ampliam as oportunidades de realização pessoal no campo econômico, social e político” (Pastore,1973:173-174)

médicos que o sucederam passaram a ser vinculados ao Estado: Ivan Alencar e Joaquim Paiva de Melo. Este último ainda assiste a população urbana e rural de Lagoa Seca.

Atualmente, o CEPAS ainda oferece serviços em partos, extrações dentárias, pequenas cirurgias, curativos, consultas e atendimento especial à crianças desnutridas. Trata-se de um benefício inestimável à população:

*“Lembro do pequeno Luciano: chegou (no CEPAS) com um ano e meio e 1 kg e meio... Saiu daqui um rapaz forte e diversos deles”
(Frei Artur)*

Recentemente foi inaugurado o hospital que está atendendo precariamente a população, pois ainda não dispõe do equipamento para raio X. Os casos em que o hospital não tem como prestar assistência continuam sendo encaminhados para Campina Grande.

O Colégio Agrícola Assis Chateaubriand, fundado na década de 1960, formou inúmeras gerações de técnicos agrícolas. Entretanto, devido a precariedade com que opera, devido à pouca procura por vagas, está prestes a encerrar suas atividades.

“Quando mudou, quando chegou a ser municipalizada, aí tem esses colégios, todos tem, melhorou bastante! Estradas também, pontes, fizeram até ponte depois... Quando dependia de Campina era ruim demais!” (Afonso Félix)

O artesanato é um aspecto relevante para o município e tem na pessoa de Dona Expedita um nome de expressão. Ela é a pioneira na confecção de trabalhos em estopa. Em 1957, trabalhava em casa com artesanato e ingressou Escola de Agronomia do Nordeste como professora de práticas educativas.

A experiência de tapeçaria em estopa, produzindo almofadas, tapetes e passadeiras serviu de inspiração para confeccionar bonecas que, de pano, passaram a ser feitas de estopa. As primeiras peças a ganharem forma foram São Francisco, mulher rendeira e pescador. O elogio de quem via seu trabalho incentivou a criação de outras peças. Desde então, produz tudo o que lhe vem à mente e as encomendas de clientes.

“O que foi melhorando o trabalho foi o “que lindo” do povo. “Que lindo! Que lindo!”. Nunca esqueço esse “que lindo”. Era a maneira como o povo se expressava achando bonito, dava incentivo. Aí a gente foi procurando melhorar” (Expedita Medeiros)

O artesanato em estopa ficou conhecido nacional e internacionalmente nos anos 80, quando Campina Grande participou do “Cidade X Cidade”, um quadro do programa Sílvio Santos. O trabalho de Dona Expedita foi votado como mais bonito e original e, a partir daí, recebe encomendas dos mais diversos estados e cidades.

Na realidade, o que mais elevou o trabalho foi quando Campina Grande participou do Cidade X Cidade. Eu fiz um esforço tremendo pra que a minha peça fosse. Na época, o prefeito era Enivaldo Ribeiro e pedi pra que ele levasse uma peça minha pra competir com um trabalho de artesanato de Piruíbe. ... Eu fiz uma Santa Ceia - Jesus e os doze apóstolos- com 1 e 30 de tamanho. Quando Sílvio Santos mostrou a peça, o jurado disse: “Ia votar em favor de Piruíbe, mas devido a Santa Ceia do Senhor, o meu voto é de Campina”. A minha peça deu a vitória a Campina Grande, com toda certeza. É tanto que Enivaldo Ribeiro, no mesmo ano, fez uma festa e mandou me buscar em agradecimento à vitória de Campina Grande, pelo meu trabalho. (...) Eu recebi 106 telefonemas. O Brasil inteiro ligou aqui pra casa, parabenizando pelo meu trabalho” (Expedita Medeiros)

É interessante atentar que neste episódio de âmbito nacional, a cidade enfocada é Campina Grande. Lagoa Seca, de onde se origina o artesanato que lhe concede a vitória, fica encoberta. O mérito coube exclusivamente a Campina Grande.

Em decorrência desse acontecimento, Dona Expedita esteve em São Paulo para organizar uma exposição na Casa da Mulher. Participou dos programas de Clodovil e Marília Gabriela, na rede Tupi.

Na época, o artesanato era confeccionado em sua casa, com o auxílio de 3 pessoas. Em virtude do grande número de pedidos, organizou uma oficina de artesanato onde trabalhavam 60 pessoas. A oficina funcionava em sistema de cooperativa, onde os ganhos eram divididos eqüitativamente. A variedade dos trabalhos em couro, madeira, tecido, estopa, cipó, são multiplicados em bordado a mão, tricô, crochê, pintura, flores, bonecas de pano e de estopa. Porém, a década de 1990 encerrou uma fase favorável ao artesanato de Lagoa Seca:

“Aí, a gente trabalhava umas 3 pessoas e, a partir daí, chegamos a uma época de tanta encomenda que trabalhou até 60 pessoas, trabalhar em grupo. Fazia as peças e dividia o lucro em partes iguais. Aí depois do Plano Collor foi caindo as coisas, o dinheiro ficou mais difícil” (Expedita Medeiros)

A oficina de artesanato foi uma espécie de “foco” que disseminou-se, formando artesãos. O trabalho expandiu-se e, hoje, existem cerca de 80 artesãos no município. Apesar do grande número de artesãos, é comum a figura de uma pessoa intermediária entre o fabricante e o consumidor:

Muitas pessoas trabalham com isso que eu criei e eu me sinto muito feliz, graças a Deus. O sol nasceu pra todos, não é! Lagoa Seca é rica em artesanato, apesar de que a gente se considera que ainda está vivendo no anonimato, porque muitas vezes o artesão em si não é que

*vende os seus produtos e termina vendendo através do atravessador”
(Expedita Medeiros)*

O artesanato continua sendo um fator de relevância para o município. O trabalho de dona Expedita é conhecido e reconhecido não só no país, mas também no exterior. Desta forma, o artesanato corrobora para fazer de Lagoa Seca um ponto turístico. A pequena cidade já recebeu a visita de artistas famosos e até de ministros brasileiros:

*“No mundo inteiro, nacional e internacionalmente é conhecido o meu trabalho, porque eu acho que em toda parte do mundo já tem uma peça minha. Às vezes, pessoas que vem de fora conhece aqui. Aqui em casa eu já recebi diversos artistas, alguns: Regina Duarte, Luís Gustavo, Juca de Oliveira, Sônia Braga, Jorge Dória; Ministros Mário Andreazza, César Caos, vários, Ângela Maria, embaixatriz”
(Expedita Medeiros)*

O advento do Shopping Iguatemi, no ano de 1999, em Campina Grande, desponta como uma nova possibilidade para os artesãos de Lagoa Seca que já estão lá, com seus trabalhos expostos à venda.

3.2.1 – “Vínculos” Entre Lagoa Seca e Campina Grande: Empório

Regional

No final do século XIX, Campina Grande já exercia a função de “praça de comércio intermediária entre o Litoral e o Sertão” (Aranha, 1991:81.) O evento do trem, em 1907, causa um verdadeiro impacto, pois os únicos meios de transportar as mercadorias, até então, eram a tração animal: os carros de boi e as tropas de burros. O

comércio é impulsionado, incrementando ainda mais sua função como praça intermediária (Aranha, 1991:86).

“As novas cidades-pólo passam a ser aquelas que concentram o beneficiamento e comércio do algodão. Neste sentido, como já salientamos, destaca-se Campina Grande favorecida também pela sua posição geográfica de cidade contacto e pelo caráter da estrutura agrária do Agreste” (Gurjão, 1994:53).

Podemos dizer que é secular a ligação mantida entre Lagoa Seca e Campina Grande. Antes mesmo de Lagoa Seca existir como cidade, os moradores da região já recorriam a Campina Grande para comprar os produtos que a lavoura de subsistência não fornecia. Após a cidade ser um fato e Lagoa Seca contar com sua própria feirinha, Campina Grande permanece como a grande abastecedora tanto da população urbana quanto da rural.

Para entender essa relação, precisamos conhecer um pouco a trajetória de Campina Grande, enquanto pólo econômico a catalisar a economia de toda uma região.

Um aspecto importante é o aumento da arrecadação estadual de Campina Grande que dispara, em 1941, em comparação aos demais municípios do estado:

“Tanto isso é verdade que obtém uma arrecadação quase duas vezes maior que a capital e, a exemplo de 1940, mais 12 vezes em relação ao 2º município interiorano” (Aranha, 1991:173)

O crescimento acelerado da economia campinense advinha do comércio algodoeiro, do comércio atacadista, aumentando as rendas públicas do município. No final dos anos 50, Campina Grande é considerada a “capital econômica” da Paraíba e a maior cidade do interior do Norte-Nordeste do país. (Aranha, 1991:160).

“A cidade de Campina Grande, localizada no interior do Estado da Paraíba, destacou-se no cenário nordestino, desde a sua origem, como um importante entreposto comercial e um elo de ligação entre o interior do Estado e a capital da Paraíba e também de Pernambuco. (...) Com a comercialização do algodão, a cidade ficou conhecida internacionalmente e tornou-se o centro comercial de toda a região que compõe o compartimento da Borborema” (Lima, 1996:34)

Nesse mesmo período, verifica-se um significativo aumento da população campinense. O movimento diário inter-municipal comportava 130 ônibus, transportando cerca de 3.000 passageiros. Várias capitais nordestinas recebiam os trens que partiam da estação ferroviária de Campina Grande (Aranha, 1991:221):

“Ora, uma cidade não comportaria todo esse movimento, caso ela não tivesse a oferecer, como polo de atração regional, um conjunto de atividades econômicas nos setores de comércio, indústria e serviços” (Id. Ibid.)

Entretanto, essa prosperidade econômica e a evolução urbana decorrida no período, menciona Aranha (1991:180), não traduziram-se em melhoria da qualidade de vida para todas as camadas sociais. Setores sociais do campo e da cidade ficaram alijados dos benefícios oriundos desse surto econômico que Campina Grande vivenciava.

“Ao mesmo tempo, a reorganização da produção, as inovações técnicas no beneficiamento do algodão e a especulação comercial concentravam nas cidades “empório” a maior parte do excedente gerado no campo” (Gurjão , 1994:29)

Campina Grande, enquanto entreposto comercial comprava e vendia de tudo. Os caminhões com destino a outros mercados, deixavam Campina Grande levando os mais

variados produtos e voltavam carregados com o que essas cidades ofereciam como praça de retorno (Aranha, 1991:224)

O comércio varejista também atraía inúmeros consumidores, atendendo uma clientela tanto local quanto circunvizinha em todas as suas necessidades:

“Isto explica pelas centenas de firmas a varejo que vendiam esses produtos em seu centro comercial, atraindo a população consumidora local e dos vários municípios que a circundam e são por ela polarizados” (Aranha, 1991:225)

Décadas depois, esse elo continua extrapolando o ato de compra. É para Campina Grande que muitos produtores escoam sua produção de frutas, legumes e verduras, vendendo na EMPASA (Empresa Paraibana de Serviço de Abastecimento (ex -CEASA) ou na feira livre.

“Outro aspecto do processo de urbanização em curso foi a ênfase que, na década de 1920 em diante, passou a ser dada às estradas de rodagem. A partir de 1919, com a execução do plano de obras do governo Epitácio Pessoa foram construídas várias rodovias na Paraíba” (Gurjão, 1994:29)

A feira de Campina Grande continua destacando-se como uma das maiores do Nordeste. São milhares de produtos, dentre os quais encontram-se queijos, doces, pães, bolos, biscoitos, legumes, cereais, carnes, peixes, frutas, verduras, roupas, calçados, acessórios, móveis, ferragens, cestos, latas, vassouras, chapéus, artigos de couro e palha, fumo de corda, plantas medicinais, comidas típicas, cerâmica, flores.

“Em sua feição regional, ela oferecia de tudo e atraía milhares de pessoas de Campina Grande, dos municípios vizinhos e até de outros Estados” (Aranha, 1991:225)

Ainda hoje é comum pessoas nascidas em Campina Grande ou em seu entorno, após anos morando em outros estados, especialmente no sudeste do país, ao visitarem sua cidade natal, ir à feira de Campina Grande, para “matar a saudade”.

Apesar de ser uma cidade interiorana, podendo ser confundida ou comparada em muitos aspectos com tantas outras cidades de seu porte, Lagoa Seca tem características específicas. Estas são percebidas devido sua proximidade com Campina, que lhe aporta a dimensão de ser um "bairro campinense". Talvez o que seja mais conhecido: ser a maior produtora de hortifrutigranjeiros do estado. Mas há algo imprescindível: sua população. Detentora de sua história, de sua cultura, de sua arte, da herança religiosa e ainda ter em seu meio pessoas que viveram os primeiros anos do povoado, que transmitem essas lembranças com tanta emoção.

A proximidade com Campina Grande, a maior cidade depois da capital, é um aspecto de "intimidação" para o comércio local que se restringe a pequenos estabelecimentos.

Encontramos estabelecimentos comerciais com móveis modernos; padarias que em nada ficam devendo às de centros maiores, pois oferecem a seus clientes as mesmas delícias; farmácias, movelarias, lojas de roupas, utilidades domésticas, locadoras, papelarias, copiadoras, convivendo lado-a-lado, com estabelecimentos comerciais que conservam aspectos mais rústicos, conservando as características simples dos tempos dos nossos avós.

Temos, assim, casas comerciais que oferecem abanos, esteiras e vassouras de palha, espanadores, potes e panelas de barro de diversos tamanhos e formatos. Em contrapartida, é possível comprar pipocas feitas em microondas.

“Eu acho que Campina tem uns pontos que ajuda devido a proximidade e tudo, mas dificulta na questão de muitas coisas que podia ter aqui mesmo... uma casa comercial, uma casa de peças, uma feira e não tem porque fica muito perto. A feira não funciona de forma sistemática” (Nelson Anacleto)

Muitas pessoas ainda preferem fazer suas compras em Campina Grande, devido a grande quantidade de casas comerciais e a variedade de produtos oferecidos, não inviabilizando pequenas compras ocasionais em Lagoa Seca. Em geral, quem compra regularmente nas mercearias da pequena cidade, são as pessoas de menor poder aquisitivo que, num acordo de confiança com o dono da mercearia, tem o débito registrado numa caderneta. Esse sistema também é válido para comprar roupas e outros artigos.

“Isso aqui é como se fosse um bairro de Campina Grande” (José Leal)

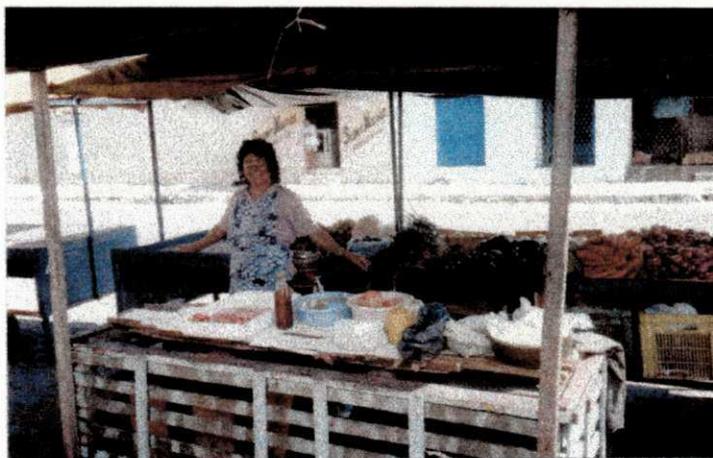
A população que necessita recorrer ao sistema da caderneta para sobreviver mora na periferia da cidade, onde residem em maior número aposentados, pequenos comerciantes, desempregados que sobrevivem de biscates, agricultores que diariamente se deslocam até seus roçados onde continuam cultivando, ou também são agricultores despojados de suas terras que passam a trabalhar alugado ou de meia para outrem.

A pequena distância em relação a Campina Grande tem inviabilizado, ao longo dos anos, a existência de uma feira local, onde a população acorra regularmente, de forma que ela possa ser ampliada. Após inúmeras tentativas – a última, acerca de dois anos - criou-se uma feirinha. São cerca de 15 bancas que permanecem no local a semana toda, oferecendo frutas, verduras e legumes.

FOTO 13 - Vista parcial da feira de Lagoa Seca



FOTO 14 - Vendedora de legumes e temperos



Até meados deste século, a economia do município de Lagoa Seca era pautada na produção de fumo e de mandioca. A partir de então, ao lado das cacimbas que mantinham a produção anterior de fumo e de mandioca, tem início a produção olerícola (Nascimento, 1983.)

“A evolução campo-cidade que então se intensificava carecia de condições para o efetivo desenvolvimento de uma sociedade urbana. O campo continuava a comandar a vida das cidades, cujas funções principais eram o beneficiamento e a comercialização dos produtos agrícolas e o abastecimento do campo” (Gurjão, 1994:37).

A facilitação do escoamento da produção é um dos aspectos positivos, identificados pelo pequeno produtor, decorrente da proximidade com Campina Grande:

“Mas vão assim só pelo período de tempo, mas vão trabalhar assim num período de um ano. Passa um ano, não gosta, volta pr’aquí. Começa a trabalhar num negócio aí; mas cuida da vida e fica por aqui mesmo. Porque o agricultor se estiver fora da agricultura, ele não vai não. Aqui ele rela, rela, mas não sai não, porque aqui nós somos muito privilegiado porque mora perto de Campina” (Celestino P. da Silva)

Entretanto, dependendo das circunstâncias de mercado, há agricultores que preferem negociar com atravessadores que escoam a produção para João Pessoa, Natal e Fortaleza, porque nem sempre encontram condições favoráveis em Campina Grande:

“Às vezes, é isso destes atravessadores, no meu caso e de muitos produtores que a gente lida que faz assim... Então a gente já tem essas opções, não é só eu, várias pessoas já vende pra atravessadores e tira pra EMPASA de Natal, a EMPASA de Fortaleza, e muitas vezes quando pra lá está cheia demais, a gente tira para Campina Grande. Nosso comércio é referido à Campina Grande” (José Leal – agricultor)

Percebemos que, apesar de outras opções de mercado para a comercialização, os pequenos produtores de Lagoa Seca ainda preferem levar suas mercadorias para vender

em Campina Grande, onde muitos negociam diretamente com o consumidor, na feira livre.

3.3 – Entre o Estado e a Igreja: Nasce um Sindicato

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande²⁰ foi criado nos 1961-1962, fase correspondente à atuação das Ligas Camponesas. Neste período, as Ligas ganhavam força e prestígio, no Nordeste, ameaçando o poder de autoridades, de políticos e da Igreja.

Os líderes do movimento camponês em Campina Grande, dentre os quais, Ofélia Amorim, Langstain Almeida e Figueiredo Agra, almejavam fundar um sindicato onde a classe trabalhadora rural pudesse fazer suas reivindicações e vê-las atendidas.

As forças conservadoras e de manutenção do poder anteciparam-se na organização e direcionamento de entidades, evitando, desta forma, a consolidação dos espaços que as Ligas Camponesas conquistavam (Nascimento 1983:106).

A Igreja, receosa de que sindicatos rurais caíssem nas mãos de pessoas vinculadas às Ligas Camponesas, não ficou inerte. Dom Manuel Pereira, Bispo da Diocese de Campina, reuniu-se com representantes religiosos diocesanos, dentre os quais Frei Liberato, de Lagoa Seca:

²⁰ Nascimento aponta esta data como fundante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, o que é um equívoco. Na realidade, trata-se da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande.

“O objetivo da convocatória era tratar sobre a adoção de medidas concretas para boicotar a fundação de sindicatos por iniciativa de líderes ligados ao movimento geral que caracterizou a última fase do regime populista do governo João Goulart” (Nascimento, 1983:107)

Em Campina Grande, os líderes eclesiásticos mobilizaram a comunidade dos trabalhadores agrícolas, vetando a consecução da iniciativa e assumindo o controle do processo de fundação dos sindicatos rurais (Nascimento, 1983:108). A esse respeito, ouvimos Nelson Anacleto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, acerca de seu pai que interferiu, opondo-se ao grupo das Ligas, objetivando a tomada do sindicato de Campina Grande.

“Ele se envolveu depois quando o sindicato foi fundado que ele trabalhou muito com o pessoal das Ligas. Meu pai era mais ligado à ala da Igreja e fundou o sindicato. Se contrapôs ao grupo, no primeiro momento das Ligas Camponesas pra tomar a direção do sindicato. O pessoal da Igreja queria tomar a direção do sindicato, alegavam que eles não eram agricultores, eram advogados, professores...” (Nelson Anacleto)

O grupo da Igreja demonstrou maior força, conseguindo a direção do sindicato de Campina Grande. Celestino Pereira da Silva ficou com a presidência do sindicato. Lagoa Seca ainda era distrito e, portanto, teve uma delegacia sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca foi fundado em 1971, sob a liderança de Celestino P. da Silva. Houve excessiva demora para que a entidade fosse reconhecida oficialmente; sua efetivação só aconteceu em 1976. Desde a fundação, a

direção do sindicato coube a José Francisco Anacleto (Dedé), que manteve-se no cargo até o ano de 1992.

A intervenção eclesiástica foi uma ação comum no processo de consolidação, também constatada em outros municípios. Intervir em sindicatos era prática não apenas outorgada à Igreja, mas efetivada também pelos governos, “*em nome do combate ao radicalismo, em muitos pontos em oposição ao rumo que tinha o movimento espontâneo das massas*” (Nascimento, 1983:107).

Nasceu um sindicato em Lagoa Seca que,

(...) “se bem influenciado pelo movimento das Ligas estava tremendamente enfraquecido por ter seu desenvolvimento condicionado pela ação das forças adeptas do Estado autoritário. O sindicato de Lagoa Seca surgiu de fato, exatamente no contexto do processo de liquidação dos antigos movimentos sociais que floresceram no início dos anos 60 e da transformação do regime populista em regime autoritário” (Nascimento, 1983:108) .

Destarte, o sindicato ateu-se na promoção de atividades de cunho assistenciais, proporcionando aos associados: assistência jurídica quanto a aposentadorias, atendimento médico e dentário, através do CEPAS (Centro Paroquial de Assistência Social). Anteriormente a sua criação, esses serviços eram prestados mediante convênio entre o FUNRURAL e a diocese de Campina Grande (Nascimento, 1983:108).

A primeira oposição ao sindicato surgiu nas eleições de 1983, quando jovens agricultores, integrantes da Pastoral de Jovens do Meio Rural (PJMPR), “*introduziu um sentimento de que o sindicato poderia ser pensado de uma forma distinta*” (Ramos, 1999:4).

A direção sindical não atendia e tampouco defendia os interesses de seus associados que necessitavam mais do que assistência médico-dentária:

“Era uma direção que já não satisfazia mais os interesses dos trabalhadores, dos agricultores, da categoria. Não mantinha a característica de agricultor...acima de tudo comprometido com políticos, e isso foi um dos motivos que fez a gente divergir da forma como ele tava conduzindo o sindicato, da forma como ele tratava as questões dos trabalhadores...a gente sentia na pele as injustiças que ocorriam com os trabalhadores...sempre perdendo os seus direitos, sempre perdendo suas conquistas e isso...refletia no nosso trabalho”
(Nelson Ferreira – 33, agricultor e tesoureiro do STR, apud Ramos, 1999:5)

Os “meninos do sindicato” articularam uma chapa de oposição nas eleições de 1989. Derrotado, o grupo permaneceu como oposição constante, recebendo no ano seguinte a assessoria do CENTRAC²¹. O grupo passou a realizar encontros cuja pauta voltava-se para os estudos da realidade local, análise e avaliação dos problemas do cotidiano dos agricultores (Ramos, 1999:5-6).

O trabalho incluía além do estudo da realidade, *“atendimento personalizado aos associados, visitas aos sítios e reuniões nas comunidades”* (Ramos, 1999:6-7.) O empenho dos jovens resultou na composição de uma chapa única nas eleições de 1992. Desde então, são três mandatos consecutivos que certificam o apoio e a aprovação dos sócios ao trabalho destes sindicalistas.

O sindicato tem uma face, onde o discurso e a prática apresentam um novo teor que se coadunam. A discussão de problemas que também dizem respeito ao corpo de

²¹ Centro de Ação Cultural.

sócios como a filiação à CUT (Central Única dos Trabalhadores), prestação de contas, transparência no uso dos recursos públicos, a abertura do hospital e a carência de água no município, trabalhos sobre políticas públicas, agricultura familiar, com mulheres acerca de orientação, saúde e alimentação natural, são mudanças substanciais do atual perfil do sindicato (Ramos, 1999:7).

É grande o universo de abrangência do sindicato, pois dos cerca de 10.000 agricultores do município, calcula-se que 6.000 (60%) sejam sindicalizados.

O sindicato lida, além de suas funções trabalhistas, com projetos de políticas públicas, abrangendo todo o município, tais como: Frentes Produtivas de Trabalho, Projeto de Cisternas de Placas, Banco de Sementes (em articulação com o Semi-Árido, a ser implementado no ano de 2000), Políticas Públicas Municipais (orçamento):

“Realizamos um trabalho especificamente na agricultura, com várias experiências em desenvolvimento sustentável no campo com recuperação de solo, na questão da água com construção de cisternas, na questão de banco de sementes, além do trabalho do sindicato na luta pelo direito, também tá muito ligado nessas outras questões. E é um trabalho de criar alternativa pro trabalhador, pro agricultor. Temos buscado isso. Temos um trabalho nas políticas públicas do município, com assessoria do pessoal do CENTRAC” (Nelson Anacleto)

A maioria dos agricultores ainda percebe “o político não como um representante deles, uma pessoa que pode cobrar, mas uma pessoa que fez um favor a ele”, menciona Nelson Anacleto, presidente do STR de Lagoa Seca (Ramos, 1999:147). Essa percepção de “favor” e não de “dever” estorva o potencial de atuação do sindicato, à medida que o recebimento de um “favor” por parte do agricultor, o deixa - como beneficiado - em

atitude de retribuir a dádiva, inibindo a reivindicação de algo que é dever do poder público executar.

Um embate travado pelo sindicato, apesar de todos os avanços e progressos, está na dificuldade de acesso ao jovem agricultor que ainda relaciona a associação ao sindicato apenas às pessoas idosas que buscam a aposentadoria ou à necessidade de solucionar um problema. O sindicato continua sendo percebido, pela maioria dos agricultores como um instrumento que serve apenas para providenciar a sua aposentadoria.

Esse “distanciamento é consequência do esvaziamento de esperanças e impotência diante das preocupações financeiras”(...), conclui Ramos (1999:9), acarretadas ante o pesar cotidiano da sobrevivência. As dificuldades vivenciadas são tantas que um de nossos interlocutores abandonou a atividade agrícola, apesar de gostar do que fazia, mas por ser uma vida de muita penúria, de menosprezo pelas autoridades governamentais.

3.4 - “Milagre” em Lagoa Seca: Instalação de equipamentos urbanos

Nos anos decorridos entre 1964-9, o governo militar brasileiro acumulou grandes volumes de recursos, utilizados para transformar a si próprio em empresário. Apenas neste transcurso de cinco anos, 46 empresas estatais foram criadas. Médici, o terceiro governante militar, criou outras 74 estatais. Os setores onde mais se investiu foram os de energia, siderurgia e telecomunicações (Caldeira, 1997:329).

A partir de 1968, o Brasil, viveu um período de recuperação e crescimento da economia, sem precedentes em sua história. As taxas econômicas cresceram entre 9 e 13%

ao ano, ocasionando a utilização da capacidade de produção instalada que se encontrava ociosa. (Rodrigues Neto, 1994:6-7)

Os anos decorridos entre 1971 e 1973, apresentaram um desempenho anual superior a 25% na produção de bens de consumo duráveis. A indústria automobilística manteve um crescimento médio anual de 20%, aumentando sua importância em termos de faturamento e como símbolo da modernização do Brasil.

O “milagre brasileiro”, como ficou conhecido esse período decorrido entre 1964-1973, resulta de políticas econômicas que compõem um modelo de desenvolvimento tendo a abertura da economia ao exterior, estímulo às exportações e às importações de capital – sob a forma de investimentos ou de empréstimos - expansão do crédito ao consumidor e estímulo à poupança como algumas de suas características.

“Esse crescimento tornou-se instrumento de propaganda – já que, na falta de outras conquistas, os bons resultados econômicos tornaram-se a própria razão de ser do regime (...) Passou a ser divulgado como “milagre brasileiro”, o melhor fruto da revolução. A fórmula foi apresentada como grande sabedoria econômica: a montagem de um tripé comandado pelo governo, que incluía também empresas privadas nacionais e multinacionais. Ficaram de fora os cidadãos comuns” (Caldeira, 1997:329)

Resquícios dessa onda de entusiasmo econômico solfejaram aleatoriamente e, de uma forma ou de outra, parecem ter penetrado em Lagoa Seca. Vencidos os obstáculos iniciais de absoluta falta de verbas, após a emancipação, o município de Lagoa Seca começou a “usufruir os benefícios de sua independência” que, segundo alguns de nossos interlocutores, não existiriam caso não tivesse ocorrido a emancipação.

O período compreendido entre meados da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1980, é favorável ao desenvolvimento de Lagoa Seca. Nesta fase, o município é beneficiado com equipamentos urbanos: posto de atendimento da TELPA (1972), o sistema de saneamento de água (1970) e a construção de prédios, a exemplo da instalação do Colégio Agrícola Assis Chateaubriand (Técnico em Agropecuária – da Universidade Estadual da Paraíba), Horto Florestal onde localiza-se o Lar do Garoto Padre Otávio Leite (que presta atendimento a menores infratores e abriga também uma escola de 1ª fase (supletivo), Oficina de Artesanato (funcionou nos anos 80, profissionalizando cerca de 60 pessoas – artesãos).

São abertas mais estradas, facilitando o acesso às comunidades rurais e aos sítios, a rede de energia elétrica é estendida à zona rural.²²

A construção de escolas é intensificada, atualmente são 33 escolas municipais, abrangendo um universo que extrapola 4.700 alunos; destas, 30 estão localizadas na zona rural. Existem 5 unidades estaduais de ensino, com cerca de 1.500 alunos matriculados no 1º e 2º graus e 5 escolas privadas, com aproximadamente 450 alunos. Há ainda um curso de suplência profissionalizante - Projeto Logos II.

A cidade conta com posto de gasolina, mercearias, bares e lanchonetes, salões de beleza, 4 farmácias (sendo 2 veterinárias), 2 papelarias com serviço de fotocópias, casas com jogos eletrônicos, 3 locadoras de vídeos, movelarias, 2 funerárias, 4 panificadoras, materiais de construção, 3 fábricas de pré-moldados, fábrica de farinha de mandioca, loja de venda de carros usados, serralharias, 2 postos de venda de gás, 3 consultórios odontológicos, escritório da EMATER, escritório da EMEPA, posto da CELB e Banco do Brasil.

²² Estes aspectos foram abordados no terceiro capítulo.

“O convento dos franciscanos e o dos maristas proporcionaram trabalho imenso para muita gente. Colégio Agrícola Federal Assis Chateaubrian, o Horto Florestal (onde fica o Colégio Agrícola), Lar do Garoto – organizações que contribuíram muito para o progresso de Lagoa Seca. Utilizou muita mão de obra na construção e depois, empregando pessoas para a manutenção...”(João Jerônimo)

Em seus 71 anos de existência, Lagoa Seca preserva a identidade de “cidade rural”. Apesar de incipiente, o comércio local é um fator relevante para a vida da cidade e do município, seja através da revenda de produtos industrializados ou da produção agrícola que pequenos produtores vendem diretamente ao consumidor, na feirinha local ou de porta em porta. Não é raro agricultores que vendem sua produção a atravessadores que levam esses produtos para outras cidades da Paraíba e outros estados, principalmente Rio Grande do Norte e Ceará.

CAPÍTULO IV

LADO A LADO COM AS DIFICULDADES

“Então, já que nós somos proprietários e vivemos na terra, a gente vai somente tentar viver na esperança e morrer na caridade! É o que eu digo é isso: a gente nasce na fé, vive na esperança e morre na caridade. Quer dizer, sempre tem uma esperança de que o ano pode ser bom ainda, faz farinha mais um pouco. Aí a gente leva pra feira, mantém o povo do país equilibrado com a barriga cheia... Mas pelo que eu estou vendo, hoje quem está ganhando 1 salário, 2 salário, 3 salário, está vivendo melhor do quem é proprietário aqui no campo”
(Severino M. Maciel)

4.1 – A Atual Face da Pequena Produção em Lagoa Seca

No ano de 1997, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, assessorado por técnicos da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), realizou um Diagnóstico Rápido Participativo com a colaboração de agricultores do município. Como resultado desse estudo, o município foi dividido em 6 regiões²³, de

²³ Veja, em anexo, o mapa das regiões do município de Lagoa Seca.

acordo com as especificidades de cada uma: tipos de solo e relevo, vegetação, culturas predominantes, etc.

Região dos Roçados - Área onde predomina o plantio de mandioca, feijão e batatinha. Quase todos os agricultores cultivam o capim elefante, por ser uma das áreas onde a criação de gado é mais intensa.

Região das Verduras - Área onde predomina o cultivo de verduras. As mais plantadas são: alface, coentro, pimentão, tomate, repolho e cebolinha. Alguns agricultores plantam flores o ano inteiro. Muitos agricultores também dedicam-se ao cultivo de roçados de feijão e de mandioca.

Região do Encontro dos Rios - Área onde planta-se roças de mandioca e de feijão. Existem capoeiras usadas como pastagem nativa para os animais.

Região das Frutas - Nesta área predominam as plantações de banana, tangerina e laranja. Há plantações, em menor proporção, de outras frutas, de mandioca, de milho, de feijão, de batata-doce e de algumas verduras. Encontra-se também pastagem para o gado.

Região das Ladeiras - Área onde cultivam-se fruteiras como caju, manga, laranja e banana e roçados de macaxeira e feijão. Há também criações de gado.

Região do Agreste - É uma área predominantemente de fazendas de gado. A agricultura familiar é inexpressiva nessa região. Os poucos agricultores familiares dedicam-se ao cultivo de mandioca, feijão e milho.

Quadro 1 - Condição do Produtor de Lagoa Seca – 1995-1996

Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Estabelecimentos	Área (ha)						
1.380	6.463	53	193	235	655	532	1.213

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 - Paraíba

Esses dados indicam a existência de 2.200 unidades de produção familiar, ocupando uma área de 8.525 hectares, distribuídos conforme o quadro acima.

A estrutura agrícola de Lagoa Seca, em meados da década de 1990, está constituída de pequenas unidades de produção familiar. Do total de estabelecimentos produtivos, 2.049 ou (93%) variam de menos de 1 a menos de 10 hectares, ocupando 5.026 hectares o que corresponde a 59% do total do espaço físico do município.

Informações contidas no trabalho de Ramos indicam que, segundo as convenções estatutárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, pode sindicalizar-se o trabalhador rural possuidor de até 4 módulos rurais²⁴ (Ramos, 1999:13).

O trabalho na agricultura é analisado como sendo uma atividade que não mais interessa às gerações mais novas. Os jovens partem para outras cidades, para outros estados e os mais velhos permanecem com a lida agrícola, e alguns deles passam a depender da ajuda financeira enviada regularmente pelos filhos para sobreviver:

²⁴ Um módulo rural equivale a 12 hectares. Desta forma, o candidato a sócio do STR deve possuir menos de 1 até 48 hectares.

“Se não tiver um filho, não estiver colocado lá no Rio ou São Paulo, mandando um negocinho pra ele, uma ajudazinha, Virgem Maria! Bem capaz de morrer! Ai nossa situação crítica é essa” (Celestino P. da Silva)

As dificuldades do trabalho agrícola desestimulam os jovens que migram, buscando outros meios de sobrevivência. E quando os mais velhos não tiverem condições físicas para trabalharem no campo, qual será o destino da pequena produção?

“Hoje pra viver da agricultura não dá não. É de desestimular mesmo. Acabando os mais velhos, a maioria desses jovens, ninguém vai se envolver mais na agricultura não. A gente vê muito é irem para o Rio, São Paulo”... (Celestino P. da Silva)

Os pequenos produtores indicam a construção de açudes e barragens como solução, porque a falta d'água deixa na penúria até quem, como eles, dispõem de uma porçãozinha de terra para o plantio. A transposição das águas do "Velho Chico" também é ventilada como parte da solução, sem descartar a construção de novos açudes:

“É uma grande opção realmente. Eu sou favorável à transposição do Rio São Francisco, mas que continue a construção de barragens no nosso Nordeste. E eu vejo, se os políticos resolverem transpor essas águas, eles vão se acautelar, e não vão mais construir barragens!”(José Leal)

Trabalhar por diária ou alugado é uma prática ainda existente, apesar de não ser tão freqüente. No período de seca, época em que realizamos as visitas, nenhum dos agricultores tinha trabalhadores em seus plantios. Ninguém pode contratar porque não tem como pagá-los. No inverno é difícil encontrar quem queira trabalhar para outrem porque todos estão lidando nos seus próprios roçados.

O dia alugado é R\$ 5,00 (cinco reais). Tem uns que pagam mais, mas não dá refeição. Tem uma história de trabalhar a seco, aí o cabra vai por R\$ 7,00 (sete reais), de lá vai almoçar em casa. Esse também não tem hora para pegar, tem um que pega a hora que quer, outros... tem outro tipo que é a empreitada, que a gente tira um pedaço grande assim, aí marca uma quantia de dinheiro e o cabra vai limpar aquilo, plantar. Aí quanto mais ele trabalhar, mais fica melhor pra ele. É assim o jeito daqui” (Afonso Félix)

Tal forma de trabalho é analisada pelos agricultores como a última alternativa de sobrevivência, sendo associado à sujeição, sinônimo de morte. É humilhante e degradante não poder manter-se de seu próprio roçado, de sua lavoura. No período de inverno todos estão ocupados na lida de seus roçados, por isso, poucos se dispõem a trabalhar alugado.

Caso interessante relatou-nos Seu Dino (Severino Anacleto), do Sítio Lagoa do Barro. Por encontrar-se já cansado, com 72 anos, não podendo mais arar a terra para plantar, seus filhos, genros, filhas e noras fazem essas atividades mais pesadas, inclusive ajudam na colheita e ele faz a limpa do roçado. A união para a realização deste trabalho familiar ocorre também para preparar a terra, plantar, limpar e colher nos roçados deles próprios.

“Eu não posso mais trabalhar. Quando veio a chuva, é pra gente fazer, chega tanto o genro, filho, nora. Chega um dia aqui faz as minhas plantinhas, aí eu fico só limpando aquele matinho... Olhe, Graças a Deus, não tem isso não! Olhe, no tempo da batatinha se junta tudinho e vamos fazer uma turma. Depois faz com outra. Aqui é assim. Quando um não pode comprar o café, o café daquele tem que vim... É. Meu pai me criou assim. Lá em casa era muita gente, e cada qual tinha o seu roçadinho pra comprar chinelo, um chapéu... mas não tinha esse negócio de diferença... tal dia é seu, vá fazer seu

roçado, fazer só... tinha que ir tudinho! E assim eu me criei nisso e fui botando os meus meninos... Como hoje os meus filhos, meus genros são todos assim” (Severino Anacleto)

Ao abordar a família rural brasileira Durhan (1984:55), menciona trabalhos realizados conjuntamente entre parentes sendo não apenas motivada pela cooperação, mas uma *“reminiscência da formação do processo de constituição de uma economia de subsistência.”* Essa prática, Seu Dino herdou de seu pai e repassou para seus filhos que, por sua vez, também transmitiram para suas esposas e esposos. Estes, apesar de terem suas próprias casas, continuam próximos de Seu Dino, facilitando a articulação da família quando o trabalho conjunto faz-se necessário.

“São as contingências do momento que determinam o local de residência dos novos casais, e a conseqüente absorção de um outro cônjuge. Os noivos, em geral, passam a residir perto da família de origem que conte com maior disponibilidade de terra ou maior necessidade de braços (Durhan, 1984:71)

Os laços de solidariedade não estão restritos à atividade agrícola, mas tornam-se presentes onde quer que o outro familiar careça. Esta prática ainda é encontrada em outras pequenas propriedades e talvez possa ser considerada um dos esteios a manter a sobrevivência da pequena produção no Brejo Paraibano.

O contato mantido com os entrevistados foi no período de estiagem e, independente de ter sido nesta fase de seca, no ano de 1998 praticamente não houve inverno. Apenas algumas chuvas ocasionais, mas que não ocorreram com a intensidade e constância que os agricultores pudessem caracterizar como "um ano bom".

FOTO 15 – Casal de agricultores relatando as dificuldades na lida agrícola, ocasionada pela estiagem – Sítio Amaragi



Nos últimos anos, a falta de chuvas na região comprometeu as safras. Segundo informações obtidas com técnicos da EMATER de Lagoa Seca, desde o governo Braga que a produção de hortifrutigranjeiros vem diminuindo na região.

QUADRO 2 – Hortifrutigranjeiros do Município de Lagoa Seca

1997-1998

Produto	Área Plantada (ha)		Produção (t)	
	1997	1998	1997	1998
Banana	186	200	149	100
Batata-doce	120	84	1.200	176
Feijão	1.070	278	439	53
Laranja	115	105	3.450	3.150
Mamão	10	5	250	80
Mandioca	202	280	2.222	1.200
Manga	50	45	4.000	80
Tomate	33	4	990	120

Fontes: Quadro elaborado com base nos dados do Censo Agropecuário de 1996 – IBGE e do Anuário Estatístico IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba) – 1997

A acentuada queda verificada na produção decorre da escassez de chuvas que leva o pequeno produtor a diminuir a área plantada. As exceções ocorreram com relação ao plantio da banana e da mandioca que, apesar de terem suas áreas ampliadas, obtiveram uma produção reduzida.

Dados apresentados por Freitas (1993:74), demonstram o potencial dos hortifrutigranjeiros produzidos no município de Lagoa Seca, na década de 1980. Como

exemplo, temos a produção estadual de alface no montante de 1.451 toneladas. Desse total, Lagoa Seca produziu 1.239 toneladas, correspondendo a 85% da produção estadual.

A falta de chuvas foi catastrófica para os pequenos agricultores do Brejo, atingindo mesmo aqueles que, em períodos de estiagem regular, conseguiam manter a produção através da irrigação:

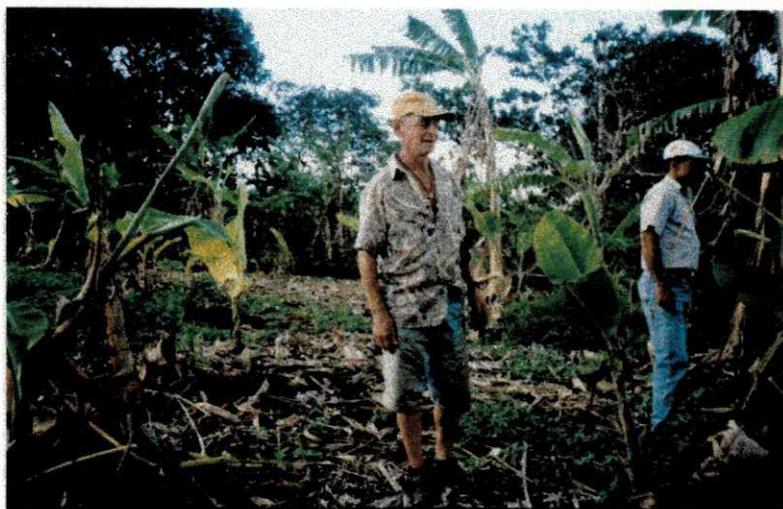
“O que desmantelou mais foi o período da seca. O período da seca agora ficou todo mundo sem saber o que é que faça. Na minha era eu nunca vi uma seca dessa não; passar o riacho sem botar uma enchente, o rio não tem uma poça d'água dentro do rio... Tem, o rio Mamanguape, que nesse tempo estava lavando água na cultura da gente, e vai lá no rio não tem uma poça d'água” (Nelson de Araújo)

Além da produção, a seca dizimou a possibilidade de se ter semente para plantações futuras, quando o inverno vier de forma estável:

“Um dia desse eu cortei uma bananeira aqui, eu disse: Eu vou ver se eu acho 2 cachos de bananeira dele. Mas minha filha, quando eu cheguei lá, não tinha um cacho nem pelo amor de Deus. Só tinha palha seca no meio do mundo! A bananeira se perdeu toda!” (Nelson de Araújo)

A venda, antes regular, de produtos na EMPASA – Empresa Paraibana de Abastecimento da Paraíba - (ex-CEASA), onde semanalmente vendia-se milhares de frutas ficou reduzida a zero, não encontra-se sequer fruta para o próprio consumo.

FOTO 16 – Seu Nelson, do Sítio Amaragi, mostrando os efeitos da estiagem no bananal.



A cada ano surge a esperança de que este seja melhor do que anterior, com um inverno que possibilite plantar e colher sem o tormento da seca. A situação indesejada repete-se e a falta de chuvas ou um inverno insuficiente para a agricultura fazem brotar uma vez mais a desesperança, a angústia e o cansaço em quem sempre sobreviveu do chão onde pisa e das forças de seus próprios braços no manejo da enxada:

“Acabou-se 90%! Eu não sei não se eu agüento uma seca dessa, mas parece que essa vai ficar na história, se não vim outra pior! Porque a gente não esperava, sei não, né? Hoje nós só espera pra pior!”
(Nelson de Araújo)

O maior produtor de olerícolas do município abandonou a região, após ter investido em equipamentos para irrigação e não ter condições de executá-la por faltar o primordial: água. A alternativa encontrada foi migrar para o estado vizinho do Rio Grande do Norte.

“A produção de hortifrutigranjeiros tá praticamente acabada por causa da falta de água. Principalmente de 1997 pra cá, quando começou a acabar as águas” (Nelson Anacleto)

Praticamente não há produção a ser comercializada, indício de que a agricultura não garante a sobrevivência da família. Uma alternativa para amenizar as carências é o alistamento nas frentes de emergência. Entretanto, há limite de vagas e critérios a serem observados. Muitos agricultores não conseguem o cadastramento, ficando alijados da parca remuneração mensal de pouco mais de R\$ 60,00 (sessenta reais). Estima-se que o município tenha 10.000 mil agricultores e são apenas 1.200 vagas nas frentes de emergência. Conta-se ainda com cerca de 3.200 cestas básicas a serem distribuídas com os agricultores. Juntos, esses paliativos atendem em torno de 4.400 agricultores. Todavia, a maioria absoluta dos agricultores está à mercê da sorte, desprovida de qualquer ajuda.

“A produção é muito pouca. “Eles sobrevivem da emergência, R\$ 65,00 ou R\$ 68,00 reais e da aposentadoria. A maior parte dos agricultores está cadastrada, mas tem um bocado de gente que está de fora da emergência porque o número de vagas é pouco, é menor do que a demanda. A sobrevivência do roçado praticamente não existe” (Nelson Anacleto)

A solução para esses períodos de seca que dizimam, além das plantações, os sonhos dos agricultores, não é nada impossível de ser realizado; não é algo que sobrepuje as possibilidades do poder público. Seu José Leal, conhecedor da problemática que ele e os demais agricultores vivem, faz uma análise da situação e demonstra sua indignação ante o descaso dos governantes:

“Mas a nossa região, se existisse água aqui e eu quero ir mais ainda... eu nasci em 35, em 37 foi construído o açude de Vaca Braba (que

abastecia a cidade), pelo saudoso Argemiro de Figueiredo, um homem que nasceu no século passado, preocupado já com esses fenômenos, preocupado com Campina Grande, e as cidades vizinhas que não tinham água saneada no momento. Ele construiu o açude de Vaca Braba sem maquinário, quando não existia tecnologia. Havia prova disso que meu papai trabalhou nele. Se passaram 15 governadores de 37 pra cá, foi construído na década de 50 e pouco o açude de Epitácio Pessoa em Boqueirão. Nesse setor de Vaca Braba a Boqueirão tem um pouco mais de 80 quilômetros, não tem um açude público na nossa região. Se esses 15 governadores que passaram pelo nosso governo da Paraíba, como hoje com a tecnologia que tem nas mãos, tivesse construído pelo menos 10 barragens idênticas as que foram construídas em Vaca Braba, entre Vaca Braba e Boqueirão, por que tem Remígio, tem o Brejo de Areia, Alagoa Nova, Lagoa Seca e Esperança. Todas essas cidades daqui tem setores de córregos, riachos e rios pra se construir barragens. Agora, o pequeno não pode fazer e como também tem água subterrânea que pode fazer poços artesianos, e eles hoje, a máquina do governo com toda tecnologia nas mãos, com todo maquinário. Enfim, eu digo o seguinte: eu como paraibano, como nordestino, como filho dessa terra, amo essa terra, estou sofrendo por ela porque amo ela. Mas vejo um descaso, não adianta senhores governadores, como já surgiu há poucos tempos aí, governador que saía quase todo tempo na televisão dizendo que fez isso, que faz mais de 1.400 açudes na Paraíba, e só no seu governo! Aí pergunto eu: numa Paraíba com 50 e tantos mil quilômetros de extensão e numa região seca como essa nossa, não tem açude, aonde foi que foi construído esses 1.400 açudes?” (José Leal)

Em períodos de seca como esses que o Brejo tem vivido ultimamente - situação antes atribuída apenas ao Sertão e áreas mais secas do estado - é um alento erguer os olhos e ver o céu repleto de nuvens cor de chumbo, pesadas, prenunciando a chuva que molhará

a terra, deixando-a prenhe da semente que mãos calejadas lançarão à terra, fecundando-a para a festa da colheita. Sentir no corpo as gotas desse líquido mágico, num banho de chuva, que dizima toda a incerteza e desesperança no amanhã. Juntar na bica improvisada de folhas de sisal a água que escorre pr'o pote de barro, enche a cacimba e garante o consumo familiar, molha o mato que, quando cerceado pela enxada do agricultor para ceder espaço para a lavoura, tem a fragrância da natureza, ouvindo a algazarra dos sapos no terreiro, em concerto cadenciado e monótono. Milagres da chuva.

Quadro 3 - Dados pluviométricos dos últimos 18 anos no município de Lagoa Seca

Ano	mm	Ano	mm
1981	856,0	1990	1.064,5
1982	867,0	1991	1.078,0
1983	1.075,4	1992	1.366,0
1984	1.168,2	1993	607,5
1985	1.657,0	1994	1.676,5
1986	1.452,5	1995	999,5
1987	1.164,0	1996	1.179,3
1988	1.251,5	1997	926,3
1989	927,5	1998	534,5

Fonte: Unidade Operativa da EMATER de Lagoa Seca – PB - 1999

Média pluviométrica: 1.102,8 mm/ano

A década de 80 é iniciada com um baixo índice de chuvas, tornando-se regular até o ano de 1988. O ano de 1989 é o mais seco do período compreendido a partir de 1983. Os anos 90 registraram uma menor quantidade de chuvas na região, ocasionando a perda

de safras e de sementes dos agricultores familiares. Em 1993 e 1995, os índices são menores se comparados a anos anteriores. Entretanto, o período é intercalado com anos onde há maior ocorrência de chuvas. O mesmo não ocorre em 1997 e 1998, pois o índice de chuvas foi muito baixo. Se em 1997 a média pluviométrica foi ínfima (926,3mm/ano), comparada a anos anteriores, em 1998 reduziu-se a 534,5mm/ano, correspondendo a uma diminuição de cerca de 43,3% em relação ao ano anterior.

Nesses momentos, perde-se não apenas as culturas temporárias como milho e feijão, mas também as culturas permanentes, como fruteiras (bananeiras, laranjeiras), e esperava-se que o governo local adotasse alguma medida de caráter emergencial em auxílio a esses produtores. É patente a contrariedade manifestada em relação a gestão do atual prefeito. O descaso dos poderes públicos não apenas para com a pequena produção, mas com a população como um todo, gera o descrédito para com os políticos e a política, em geral:

"Só que vem um período como esse agora, aí pronto! Aí até agora não fez, e eu acredito que nada há de fazer daqui pra frente. Se for fazer, é só pra aventurar o interesse dele mesmo e acabou-se!" (Afonso Félix)

"Com essas políticas eu venho me decepcionando, decepcionando... não dou mais esse valor à política não! É porque hoje em dia, só querem pra si" (José Cavalcante)

No que tange ao distanciamento e não compromisso do aparelho de estado nas questões relativas ao desenvolvimento rural no Agreste, a ausência de técnicos e de

pesquisas no setor é um fato concreto e contundente. Luciano Silveira (1999:111)²⁵, afirma que:

(...)“o Estado como ator, promotor e estimulador do desenvolvimento local, tende hoje cada vez mais a se afastar destas funções. De forma específica, há uma quase total ausência de referencial técnico nesta região, onde a pesquisa institucional, a pesquisa agrônômica/agropecuária deixou poucas marcas de desenvolvimento, marcas de pesquisa.”

A pequena produção, em Lagoa Seca, recebe o mesmo tratamento por parte do governo municipal que, em sua maioria, recebem os demais municípios do estado. Apesar de ser responsável por grande percentual da produção de verduras, legumes e frutas da região e do estado, não desperta no dirigente municipal o interesse em direcionar subsídios para impulsionar ou mesmo manter o setor:

“Então os fatos são esses, e nós não temos prefeito aqui em Lagoa Seca que lute ao lado do trabalhador, não. A pequena produção é totalmente abandonada, é feito com recurso, com a administração, com a tecnologia dos próprios produtores. E a base fundamental é aplicar recurso em água, mas infelizmente, aqui em Lagoa Seca, eu digo até no compartimento do Brejo, é que nunca mais um açude foi feito. Foi feito em 37, e de lá pra cá não foi construído nem um açude mais... São construídos “barreirinho sorrisal”, somente a troco de voto para ludibriar, alienar o produtor rural, entendeu!? Quem irriga Lagoa Seca é a própria natureza quando vem!” (Severino M. Maciel)

²⁵ Engenheiro agrônomo do AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) quando de sua comunicação: “Do Diagnóstico à Experimentação: Uma Intervenção para Desenvolvimento no Seminário Internacional: “Planejamento e Desenvolvimento Territorial”- UFPB-CIRAD – Campina Grande, Setembro, 1999.

A população citadina também é assolada pelos transtornos ocasionados pela falta d'água. Há anos as torneiras estão secas. "*Nós não temos mais esperanças de ver água na torneira*", disse uma moradora da cidade. A água é conseguida em chafarizes, poços artesanais ou através de carro-pipa.

Nenhum reservatório foi construído na cidade ao longo de todos esses anos. Apenas agora, - segundo semestre de 1999 - que estamos praticamente a um ano das próximas eleições municipais, o prefeito iniciou a construção de alguns chafarizes. Um deles, localizado paralelo à rua principal, tem uma vazão de um mil e quinhentos litros de água por hora. Ao saber dessa informação, cresce a indignação por ficar tão patente o descaso do poder público quanto aos sofrimentos que afligem a população. É comum vermos idosos na árdua tarefa de contribuir com a manutenção diária de água, muitas vezes empurrando uma carroça com vasilhames para a coleta do líquido.

Algo tão simples de ser solucionado e que requer tão poucos recursos financeiros: abrir um chafariz. Por que esperar a proximidade das eleições? Essa iniciativa não poderia ter sido tomada antes? Provavelmente para que estando às vésperas das eleições, o povo não esqueça a "generosidade" do benfeitor que aplacou a sua sede! Vivemos numa sociedade dirigida por "dinossauros" que, adentraram o ano 2.000 agindo como os políticos do início do século, onde toda ação exala votos e cargos políticos.

Um outro problema ocorrido no município está relacionado com a progressiva diminuição do plantio de mandioca, cuja região já foi uma grande produtora de farinha, possuindo, inclusive, no início da década de 1930, uma usina de beneficiamento.

A Paraíba contou, nas primeiras décadas deste século, com 4 fábricas de beneficiamento de mandioca, sendo uma delas instalada em Lagoa Seca. Em novembro de

1936, foi criada a Cooperativa de Produção de Mandioca em Lagoa Seca, com incentivos do Governo Argemiro de Figueirêdo. A Cooperativa foi criada dentro de todos os trâmites legais junto ao Ministério da Agricultura, contando na época com 140 associados e um capital de 45:000\$000 (quarenta e cinco mil réis.)

Os sócios, pequenos plantadores de mandioca, eram beneficiados através de empréstimos para viabilizar a produção do tubérculo. Foi construída uma Fábrica de Farinha para o beneficiamento da mandioca. A Cooperativa representou a introdução da modernização no cultivo e fabrico da farinha de mandioca na região:

“O prédio para a Fábrica de Farinha já se encontra em construção (...) O maquinismo já está em via de ser instalado. O Governo do Estado, concedendo a prazo modico e facilitando ás cooperativas vantagens de fabricas dessa natureza, vem levantar da rotina uma lavoura que nós ainda vimos cultivando á maneira dos nossos antepassados” (Voz da Borborema, 31/07/1937)

A fábrica de farinha de Lagoa Seca também é mencionada por Epaminondas Câmara (1947:176), referindo-se que em 1937, o governador Argemiro de Figueiredo iniciava a sua construção.

Antes de ser inaugurada, a Cooperativa de Mandioca de Lagoa Seca, despertava o interesse do estado do Rio Grande do Norte. O diretor dos Serviços Agrícolas Federais deste estado envia telegrama, solicitando informações sobre a data de inauguração da usina de beneficiamento:

“Natal, 27 – Cooperativa Lagoa Seca - Campina Grande. Solicito fineza informar quando pretendem inaugurar Uzina Beneficiamento Lagoa Seca. (...) Coutinho Oliveira, Sub Inspetor Agrícola” (Voz da Borborema, 30 de Julho/1938)

A usina de beneficiamento de mandioca foi viabilizada devido a região ser grande produtora de mandioca e as casas de farinha tradicionais não tinham condições de dar vazão à produção. Esse tipo de mecanização, aqui na Paraíba, foi uma novidade inusitada.

“Aí fizeram uma casa de farinha que era pra industrializar mandioca. Fazer farinha ali... uma espécie de usina de mandioca” (Zacarias Jerônimo)

Apenas os estados do sul do país detinham e dominavam essa tecnologia. Entretanto, as dificuldades de manutenção e a ausência de técnicos capacitados, possivelmente contribuíram para a falência da usina:

“Naquela época só havia casas de farinha mecanizadas no sul, muito raro. A maquinaria que veio pra cá não deu certo. Houve uma falha por parte de quem o adquiriu. Ficou o motor grande, que forneceu luz para Lagoa Seca durante muito tempo. No governo de Rui Carneiro, o motor foi devolvido e o prédio ficou abandonado” (João Jerônimo)

Após desativada, o prédio da fábrica de farinha foi utilizado para instalar o Grupo Paroquial São José²⁶, doado pelo governo paraibano à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Campina Grande, da qual Lagoa Seca fazia parte:

(...)“desde o ano de 1947 vem funcionando neste distrito de Lagôa Sêca o Grupo Paroquial “São José”. O prédio, - antigamente uma fabrica de farinha de mandioca - , junto com uma area de tres hectares foi doado pelo Estado da Parayba a paroquia de N. Snra. da Conceição de Campina Grande.” (...) (Sala das Sessões da Câmara

²⁶ Após a emancipação de Lagoa Seca, na gestão de João Jerônimo, o Grupo Paroquial São José foi convertido em Grupo Escolar Frei Manfredo, mantido desde então pela prefeitura.

Municipal de Campina Grande em 19 de Junho de 1951. Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande)

Nesta data, 1951, Lagoa Seca não estava mais vinculada à Paróquia de Campina Grande. Como paróquia muito recente, Lagoa Seca não tinha condições de manter o Grupo São José. Através de seu primeiro vigário, Frei Constantino, solicita do poder público campinense ajuda financeira mensal para a manutenção do referido grupo:

“Além das aulas de ensino é mantida no mesmo estabelecimento uma escola de costura, que confecciona roupas para pessoas e crianças desamparadas. De noite funciona no dito prédio a escola supletiva, sem remuneração alguma para a paróquia. Atualmente estão matriculadas na escola 3307 alunos e lecionam 9 professoras e uma diretora. Destas 4 são remuneradas pelo Estado, 2 pelo Município e 3 são gratificadas pela paróquia. Além disso a paróquia paga a professora de costura, a porteira, uma professora auxiliar, um empregado e dá uma gratificação a diretora ...Este grave onus, antigamente inerente a paróquia de N. Snra. da Conceição de Campina Grande, agora passou a paróquia de Lagôa Sêca, que foi desmembrada da paróquia de Campina Grande. (...) A fim de pudermos atender a contento as exigências medias do supramencionado Grupo teríamos de contar com o subsidio de Cr\$ 2.000,00 mensalmente.” Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande em 19 de Junho de 1951. (Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande)

Até fins da década de 1950, existiam muitas casas de farinha no município de Lagoa Seca, no entanto, a decadência e sua extinção datam dos últimos 10 anos.

Seu Manoel, residente no Floriano, município de Lagoa Seca, começou a fabricar farinha pagando conga. Em 1978 construiu sua própria casa de farinha. Comprava

mandioca na própria região e como a casa de farinha funcionava todos os dias no fabrico de farinha e de goma, era grande a mão de obra empregada. Cerca de 60 pessoas trabalham nas chamadas “farinhadas”, sendo 50 mulheres para raspar a mandioca (as raspadeiras) e 10 homens para os trabalhos mais pesados: moer, prensar, torrar e ensacar a farinha. A produção era direcionada apenas para Campina Grande.

Em fins da década de 1980, Seu Manoel começou a modernizar a casa de farinha. Primeiro inovou os fornos e a prensa que passaram a ser elétricos. Hoje, toda o processo de produção é mecanizado: raspagem da mandioca, moagem, prensagem, trituração e torragem.

As 60 pessoas outrora necessárias para realizar o trabalho foram substituídas por apenas 10 trabalhadores que se revezam em turnos de trabalho, garantindo as 24 horas diárias de funcionamento permanente da fábrica.

Desta forma, garante-se a distribuição de farinha e de goma para muitas cidades paraibanas, dentre as quais citamos: Patos, Sousa, Juazeirinho, Barra de Santa Rosa, Sapé, Mari, Alagoa Grande, Remígio, Esperança, Campina Grande. As cidades de Natal, Maceió e Arapiraca são abastecidas apenas com goma.

A partir de 1994, quando a região já não mais produzia mandioca em quantidade, Seu Manoel passou a comprar farinha e goma no Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte. Atualmente, apenas o Paraná tem conseguido manter a produção e é de lá que semanalmente chegam carretas com os produtos. Seu Manoel ainda adquire um pouco de mandioca aqui mesmo na região, mas em quantidade muito reduzida.

Há não muito tempo, mensal ou quinzenalmente, todo agricultor reservava alguns dias para o fabrico da farinha que a família consumiria e, caso houvesse um excedente seria vendido para assegurar a compra de outros produtos. Esses dias de farinhada eram, apesar

do excessivo trabalho que demandava, momentos também de alegria - “uma festa” - especialmente para os mais jovens. Geralmente, além dos membros da família, participavam amigos e vizinhos, num verdadeiro mutirão.

Arrancar a mandioca, transportar até a casa de farinha, sevar, imprensar e torrar eram tarefas realizadas pelos homens. Raspar e peneirar a mandioca, cabiam às mulheres. Entretanto, não constituíam atividades estanques, sendo comum mulheres e homens executarem qualquer fase do processo de produção da farinha. A comida era preparada na própria casa de farinha, contribuindo para ampliar os laços de amizade e de solidariedade do grupo. O ambiente era animado com conversas e histórias de trancoso. No inverno, o trabalho era mais árduo, pois os “garranchos” utilizados para aquecer o forno ficavam molhados; a mandioca, mais difícil de ser raspada. A quantidade de farinha produzida também era afetada, pois a mandioca molhada rendia menos do que no verão.

A realidade agora é bem distinta: quase todo agricultor adquire a farinha, alimento indispensável de sua dieta alimentar, na feira livre ou nas mercearias. Identificamos esse aspecto como um fator preponderante que acarreta mudanças nos hábitos das famílias dos pequenos produtores. Primeiro, trata-se de um alimento antes produzido para o próprio consumo que, passando a ser comprado, exige maior renda familiar. Segundo, o excedente produzido era comercializado, contribuindo para a aquisição de outras mercadorias. Terceiro, interfere na sociabilidade da família, haja vista que a fabricação da farinha é um processo coletivo que integra não apenas parentes.

É impressionante, para nós que já vimos o trabalho de produção numa casa de farinha tradicional, podermos comparar com um tipo moderno de fabrico de farinha.

FOTO 17 – Prensa manual de casa de farinha tradicional -Sítio Floriano.

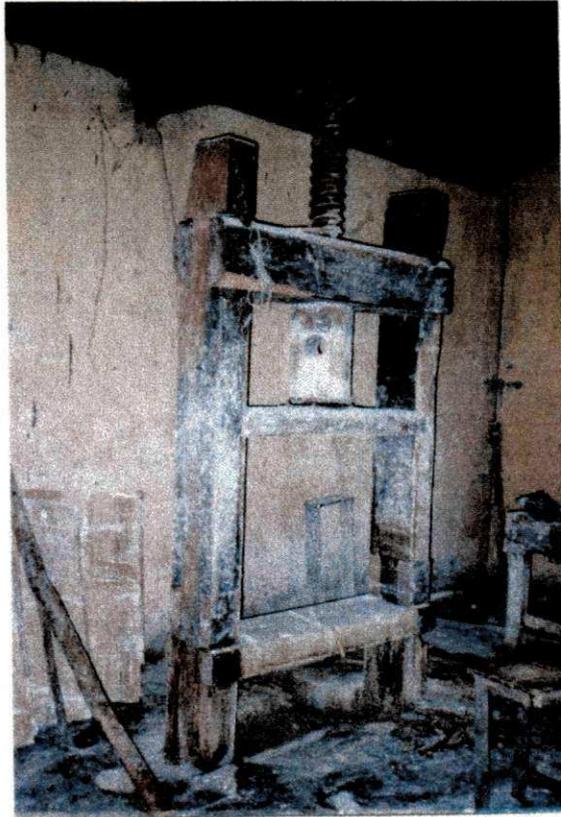
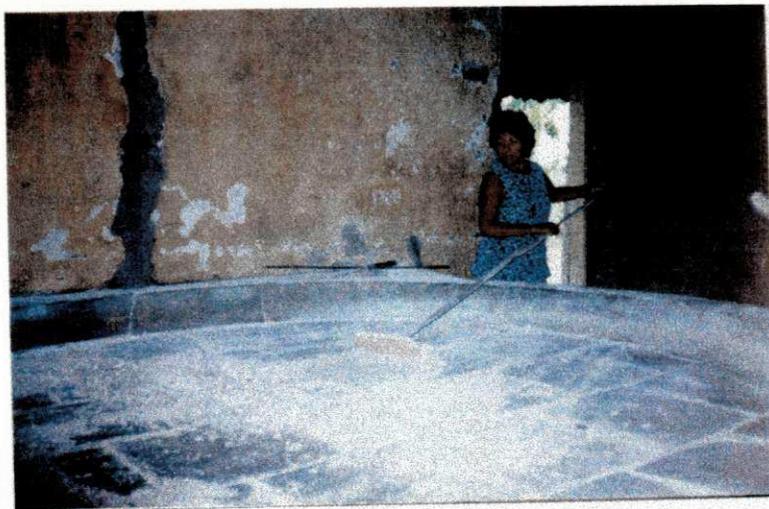


FOTO 18 – Forno manual de casa de farinha tradicional - Sítio Floriano.



A descascadora de mandioca elétrica²⁷, tem capacidade para descascar, de uma única vez, uma tonelada de mandioca. O processo dura cerca de uma hora e a mandioca além de perder a casca já vem lavada, sendo necessário apenas que as pontas sejam cortadas.

FOTO 19 – Descascadora de mandioca – Fábrica de farinha



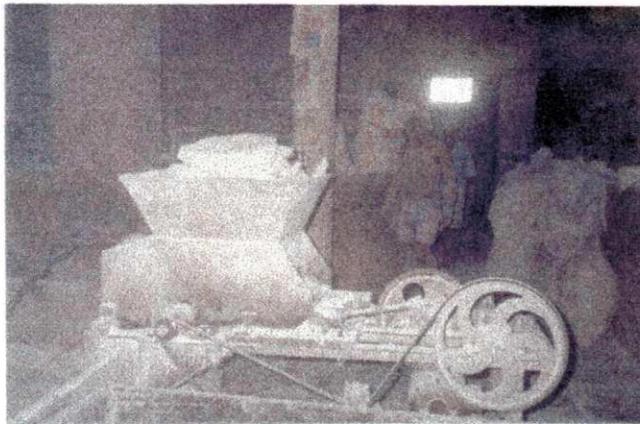
FOTO 20 – Após descascada, a mandioca tem suas extremidades cortadas. O passo seguinte é a moagem.



²⁷ As fotos de casa de farinha moderna foram tiradas na fábrica de farinha de Seu Manoel Pereira, no Floriano.

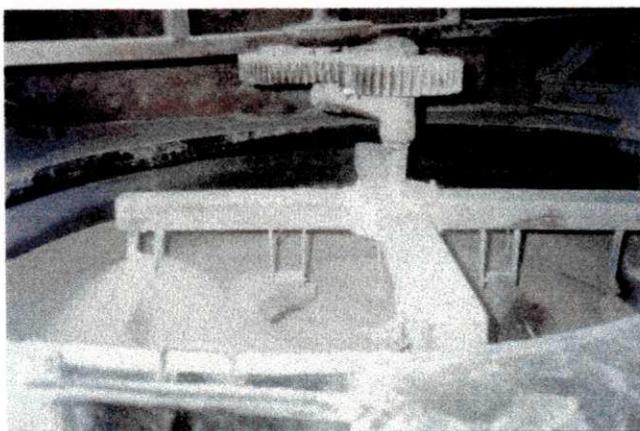
Depois que a mandioca é moída, essa massa passa por um processo de prensagem, onde é retirada a água e extraída a goma. Na fase seguinte, a massa é triturada para desfazer os bolos – em decorrência da pressão e da retirada da água - e, por fim, é torrada.

FOTO 21 – A trituradora elétrica substitui a antiga peneira de tela ou a urupema.



Existem 4 fornos elétricos, mas o calor desses fornos continua sendo gerado através de lenha; a inovação está em não ser mais necessária uma pessoa ficar permanentemente mexendo a farinha com o rodo. Cada forno tem capacidade para torrar 100 quilos de farinha de cada vez.

FOTO 22 – O forno elétrico dispensa o trabalho manual para a torragem da farinha, sendo necessário apenas para retirá-la do forno e ensacá-la.



A goma - vinda do Paraná - é depositada em tanques com água, com a finalidade de ser molhada. Após algumas horas de molho, cada 25 quilos de goma está pesando cerca de 36 quilos. Cada tanque tem capacidade para conter 1.600 quilos de goma.

A farinha vinda do sul é do tipo granulada, “quebradinha”. Parte dessa farinha é modificada sendo acrescida de goma, tornando-se mais fina.

Com a modernização da casa de farinha, as mulheres foram as principais prejudicadas, pois sua força de trabalho era utilizada para a retirada da casca da mandioca – raspagem – uma atividade considerada leve. Os trabalhadores mantidos realizam além das tarefas acima relacionadas: carregar cestos cheios de mandioca, de massa de mandioca, de goma e de farinha, ensacar, colocar e retirar as cargas nos caminhões.

Poucos produtores persistem na cultura da mandioca, nessa região antes grande produtora de mandioca e de farinha. O desestímulo decorre da seca que assola a região há alguns anos e, também os preços baixos do mercado não compensam a venda do produto bruto (mandioca) e tampouco do produto já processado (farinha). A farinha e a goma vindas do Paraná, a preços abaixo dos comercializados na região, sem dúvida, concorreram para a decadência dessa cultura:

“É, maniva vamos perder até a semente; fica difícil. Logo o negócio que agüentava a seca só é mandioca. Mas ninguém quer plantar mais, porque a gente para fazer 100 quilos de farinha ocupa 10 pessoas, e a bananeira vai com uma pessoa. A gente dentro de 2 horas, a gente planta 2 milheiros de bananeira, 3, né?! Se o cabra for fazer a farinha, arranca mil quilos de mandioca, vai fazer 300 quilos de farinha. Ele trabalha 2 dias com 5, 6 pessoas. Aí vai pagar a conga, vai fazer isso... quando faz a conta, não tira; acha melhor vender”
(Nelson de Araújo)

Os pequenos produtores alegam a importação de mandioca, como um estorvo à plantação de mandioca. A mandioca importada é mais barata do que a produzida na região. Segundo informou um agricultor, o quilo da mandioca importada é R\$ 0,05 (cinco centavos), e a goma é adquirida por R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) o quilo, não compensando o plantio pelo agricultor local.

Em decorrência, praticamente inexistem casas de farinha, outrora em grande número na região. Devido à falta de utilização e manutenção, as que ainda restam estão em ruínas:

“Olhe, eu conheço isso aqui, propriedade com 2, 3 hectares, tinha uma casa de farinha, em toda qualidade: pequena, grande; umas cobertas só o canto do forno; outras boas. Ai essas casas de farinha se acabou tudinho, não tem uma funcionando... Mas é isso mesmo! Porque no tempo de eu novo, eu via em Campina não sei quantos armazéns comprando farinha e exportando pro Sertão, pro Cariri, pra todo canto! E era caminhão, mais caminhão. Isso aqui era cheio de matutos carregando farinha... e hoje não tem!” (José Cavalcante)

A decadência do cultivo da mandioca na região é constatada nos agricultores familiares que outrora, regularmente, vendiam o excedente de farinha produzida na região e atualmente compram o produto para o próprio consumo.

4.2 – Minifúndios e Absenteísmo: Problemas que Assolam a Região

“A gente continua na teimosia: planta, perde; planta de novo, lucra um pouquinho; lucra uma coisa ou outra, não perde tudo... Sofre quando tem, e sofre quando não tem, porque quando a gente tem, tem muito e não tem preço, é um sofrimento! E quando não tem, não tem mesmo, e é aí que o castigo dobra, né. Hoje, depois desse real, o comércio, ninguém fala nada, acabou-se. O comércio é todo arrasado! Ninguém vende, ninguém troca, ninguém compra, se compra tem prejuízo... São essas coisas que a gente vive direto na atuação do homem do sítio, é assim.” (Afonso Félix)

4.2.1 – Repartição de Terras: Entrave à Subsistência

“O pequeno proprietário, que vive a realidade da fragmentação da terra por herança, defronta-se também com o fantasma da proletarização”...
(Grabois, 1999:92)

Em trabalho já mencionado anteriormente, Luciano Silveira (1999:111), indica a diminuição da área disponível para os agricultores como um dos principais problemas que a região vive atualmente. Essa diminuição ocorre através da subdivisão das terras por questões de herança ou venda de parte de sua propriedade. Esse aumento dos minifúndios acarreta, por sua vez, a dificuldade de acesso à terra por arrendamento ou parceira.

À medida que os mais idosos morrem, deixando as já diminutas parcelas de terra como único bem aos seus herdeiros, a fragmentação das pequenas propriedades vai se acentuando. A repartição das terras não chega propriamente a inviabilizar a agricultura, afirma Nelson Anacleto – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca. Entretanto, a manutenção da família fica ameaçada e outras alternativas de sobrevivência são buscadas:

“Cada vez mais o pessoal vai morrendo e eles vão repartindo as terras. E de certa forma inviabiliza a agricultura porque as áreas passa a ser muito pequena, muito fracionada, mas não inviabiliza tanto não. Talvez inviabilize a manutenção das famílias, naquela propriedade, mas eles procura trabalhar de meia em outras propriedade e tal pra complementar. Existe muito isso, aquele que tem uma terra maior ou que está só os velhos” (Nelson Anacleto)

Atualmente, a pluriatividade é uma realidade cada dia mais comum entre as famílias de agricultores de Lagoa Seca, tornando o “ser agricultor” tradicional de décadas atrás - que conseguia manter a si e a sua família do que a natureza aliada a sua força de trabalho lhe fornecia – um elemento pouco comum, talvez em “vias de extinção”, em nossos dias. Ramos também mencionou o aspecto da pluriatividade em trabalho recente acerca dos pequenos produtores de Lagoa Seca:

“Muitos agricultores sobrevivem da aposentadoria, da remessa de dinheiro dos parentes que migraram, ou simplesmente de algumas pequenas iniciativas: mercearia no sítio, biscates, assalariamento em outras propriedades, vendas de produtos cosméticos a domicílio, abordagem corporal (massagens), saúde e alimentação natural, entre outros que podem significar maior rendimento que a dedicação à produção” (Ramos, 1999:49)

A lida no roçado é alternada ou substituída por outras atividades. A pluriatividade apresenta-se, portanto, como uma alternativa de sobrevivência. A produção obtida no roçado tornou-se praticamente um paliativo a ajudar no orçamento familiar:

“A agricultura sozinha já não é alternativa, bota um comerciazinho, negocia... O pessoal tá procurando outras formas de sobreviver, porque a agricultura não dá mais” (Nelson Anacleto)

A pluriatividade também é abordada por Carneiro (199:152), ao alertar para o crescente fenômeno que atinge um grande número de pessoas residentes no campo, exercendo atividades não-agrícolas.

Cada vez mais as atividades desempenhadas pelas pessoas estão menos imbricadas com a distinção entre rural e urbano, afirma Graziano (1997:120). Esta realidade é percebida não apenas no Brasil, mas também na América Latina e nos Estados Unidos da América, onde:

“(...) o crescimento das atividades não-agrícolas nas áreas ditas rurais parece ser uma das tendências mais importantes” (Id. Ibid.)

Intercalar o trabalho no roçado com outras atividades, às vezes na área urbana, nada mais é do que uma estratégia de sobrevivência para os agricultores e seus familiares que não querem perder os laços com o rural, tentando evitar ou retardar a migração:

(...) “a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar” (Wanderley, 1999:7)

A abordagem de Wanderley enfoca um aspecto interessante desse fenômeno enquanto estratégia para permanecer no campo, pois, em geral, a migração de membros

da família para outras cidades ou estados só é esboçada após esgotadas todas as possibilidades de encontrar trabalho na própria região onde mora. O pequeno produtor é um trabalhador afeito à terra, afastando-se dela ou associando o trabalho no campo com outras atividades, apenas quando não mais consegue prover sua sobrevivência dessa fonte de renda.

4.2.2 - Granjas Substituindo Lavouras: A Reconfiguração do Espaço

A senhora sabe, a maior parte desses sítios aqui não tem mais dono, tudo é granja. Nesse tempo, tudo era dos velho daqui. De fato, tudo é granja. Daqui se conhece pouco" (José Faustino)

No início dos anos 50, o Brasil ainda era um país eminentemente rural. Num breve espaço de tempo, temos praticamente 80% de sua população residindo nas cidades. Não podemos afirmar que esse crescimento da população citadina ocorreu de forma opcional, que essas pessoas foram atraídas para esse espaço, mas sobretudo resulta da expulsão ou da falta de condições de sobrevivência no campo.

Esse fenômeno contribui sobremaneira para agravar o quadro de pobreza na região nordestina. No tangente à pobreza e indigência, os números sobre o Nordeste brasileiro apresentados por Tânia Bacelar (1997:8), são assustadores. Em 1990, segundo dados do IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social), o Nordeste abrigava 46% da população nacional, e 63% dos indigentes do país que viviam em áreas rurais. O

Nordeste também está na frente quanto aos indigentes urbanos, comportando quase 46% do total nacional (IPEA, 1993).

Analisando os problemas sociais que afligem a sociedade brasileira, Darcy Ribeiro (1998:200-201), aponta a reestruturação agrária como fator primordial para se conseguir gerar emprego para reassentar a imensa “massa urbana”, atingindo, desta forma, as causas da fome, da violência e da delinquência. Nossa população urbana era de 12,8 milhões, em 1940, passando para 80,5 milhões, em 1980; atualmente é de 110,9 milhões. A população rural, no período entre 1940-80, subiu de 28,3 milhões para 38,6 milhões. Entretanto, nos últimos anos decaiu para 35,8 milhões (Ribeiro, 1998:198). Esses dados demonstram o alto índice de êxodo rural existente no Brasil.

A reforma urbana apresenta-se tão urgente e imediata quanto a agrária, enfatiza Darcy Ribeiro. Destaca ainda o “processo de deculturação” sofrido pelas populações urbanas:

“Sua gravidade é quase equivalente à primeira grande deculturação que sofremos, no primeiro século, ao desindianizar os índios, desafricanizar os negros e deseuropeizar o europeu para nos fazermos” (Ribeiro, 1998:205).

“Urbanização espúria” é a expressão utilizada por Abramovay (1995), para demonstrar a incapacidade cidadina de assegurar as condições mínimas da vida civilizada, àqueles que por ela são atraídos. Neste contexto, o meio rural pode contribuir de maneira importante para atenuar a tendência evidente ao agravamento dos problemas urbanos. Os pobres que habitam o campo demonstram ser capazes de produzir lucrativamente desde que para tal as oportunidades, munidas das necessárias condições, sejam apresentadas.

A indignação de um agricultor foi registrada por Freitas, ao tratar da preferência que os campinenses denotam pelo Floriano (município de Lagoa Seca), quando querem adquirir terras na região e o conseqüente definhamento da agricultura que isso acarreta:

“Você vê, essas burguesada de Campina Grande, tudinho, eles gosta muito dessa área do Floriano de Lagoa Seca. Ninguém vê mais agricultor, não! Só granja, pra produzir pra quem? Pra ninguém! Aí a agricultura cada vez mais se acabando” (A.J.S. apud Freitas, 1993:94)

No início de sua gestão (1971-1992), José Francisco Anacleto, conhecido como Dedé, antigo presidente do sindicato, desenvolvia um trabalho que atendia aos interesses dos associados, mas depois aliou-se aos políticos locais em detrimento das necessidades dos agricultores. A venda das propriedades dos pequenos produtores foi intensificada em suas gestões. Ele era uma espécie de agiota a incentivar a venda das terras aos granjeiros. No final de sua gestão, 22% das propriedades de 0 a 10 hectares já eram granjas. Atualmente, esse percentual é de 30%:

“Ele agiotava pra que o pessoal vendesse suas terras aos granjeiros, ele deu uma contribuição negativa nesse aspecto. A maior parte dos que venderam tão tudo nas periferias das cidades: Lagoa Seca, Campina, Lagoa de Roça. Por isso que as cidades cresceram também” (Nelson Anacleto)

Torna-se cada dia mais comum, e isso é compreensível, a busca de uma vida mais tranqüila e pacata, nos finais de semana, empreendida pelo homem urbano. Talvez procure resquícios da infância vivida no campo ou conhecer dias mais amenos longe do corre-corre citadino. Quando um habitante da cidade é proprietário de terra, afirma

Wanderley (1998:19.) *“ele é, em geral, absenteísta, dispendo de trabalhadores que assumem as atividades produtivas do estabelecimento.”*

Entretanto, o fato de ser um “corpo estranho” neste meio rural, concebido apenas como espaço de folga, entretenimento e lazer tem suas conseqüências. Não é apenas o agricultor que ao desfazer-se de sua terra torna-se mais um morador periférico. A mudança atinge também os pequenos produtores que permanecem na terra ao não ter mais um agricultor como vizinho. Seu novo vizinho não tem a mesma intimidade na lida da terra, além de ser um cidadão com outros hábitos, outra cultura e valores, às vezes não fala o mesmo idioma, é estrangeiro, o que certamente dificulta qualquer iniciativa na tentativa de se estabelecer uma boa vizinhança:

“Ali no setor que eu moro, ali tem um português, ali tem um americano, veio com a esposa. Ele não sabe nem dar bom dia a gente”
(José Leal)

Concorre para o aumento das granjas, as famílias de pequenos agricultores que, não suportando mais as agruras acarretadas pelo “ser agricultor pobre”, vendem seu parco pedaço de terra e alimentando o sonho de conseguir alhures um outro meio de vida, mudam-se para a periferia da cidade mais próxima. Há ainda os arrendatários e parceiros que, quando as terras onde vivem e trabalham são vendidas, sem alternativa alguma, também rumam para as pontas-de-rua. *“O pobre veio para as periferias de Alagoa Nova, Campina e Lagoa Seca e hoje não está morrendo de fome porque tem essa aposentadoria”*, desabafa Seu José Leal.

“No Floriano, eu fiz um levantamento de 20 anos a 15 anos passados, aonde nós éramos, só pra você ter uma idéia, 60 pequenos produtores,

produzindo gêneros alimentícios e frutas. Hoje, temos 20, 40 granjeiros. Eles compraram dos pequenos proprietários, no caso dos meus amigos, e fazem suas mansões, sem produção... Tem um pé de árvore e zela ali, bota um caseiro e tal. E eles vêm curtir o lazer deles nos sábados, domingos e feriados” (José Leal)

A disparidade econômica é algo latente a diferenciar o pequeno produtor dos “granjeiros” que adquirem as terras para lazer. A água, indispensável à vida, está no subsolo, num repouso quase eterno, latente. O seu acesso é obstaculizado pela carência de recursos financeiros que, por sua vez, inviabiliza a obtenção da tecnologia necessária para para adquirir este líquido:

“O cara fez um poço lá, com 40 e poucos metros pra manutenção da granja dele que é uma maravilha. Pode aguar qualquer coisa, a água é jorrando. Outro, agora comprou outra granja lá, foi fazer um poço aí deu na rocha. Ele botou um compressor e tirou 43 metros de pedra e deu água! Aí quer dizer, a nossa região é o que eu estou dizendo pra você, é privilegiada. Agora, o pobre não pode fazer, ele vai investir 10, 15 mil reais no poço, se ele não tem nem mil?” (José Leal)

O setor da produção não passa imune a essa reconfiguração do espaço rural. A redução da extensão de terras cultivadas contribuiu para o arrefecimento da produção agrícola do município:

“Nesse quadro não surpreende a paulatina transformação das áreas mais privilegiadas do município de Lagoa Seca em mini-granjas, zonas de lazer para a população urbana, especialmente de Campina Grande, que as exploram só parcialmente através de sistemas de moradores. Este fato ajuda a compreender e explicar o processo de

estagnação que vem se manifestando no setor produtor de olerícolas no caso estudado” (Nascimento, 1983:119)

O agricultor que vende sua propriedade por não ter condições de trabalhar na agricultura, vê-se desanimado e cansado, achando mais conveniente transferir-se para a cidade e, não terá condições, caso mude de idéia, de adquirir outra parcela devido a valorização que as terras adquirem:

(...)“ o produtor que vende suas terras, fica impossibilitado de readquiri-la, devido a valorização excessiva”(…) (Ramos, 1999:51)

Há uma grande incidência de proprietários rurais não residentes. São pessoas, em especial de João Pessoa e Campina Grande que adquirem um imóvel no município de Lagoa Seca, onde mantêm uma casa para lazer e férias deixando, no período em que se ausentam, um caseiro. Segundo dados do INCRA de 1989, 20% dos proprietários enquadravam-se nessa categoria de proprietários não residentes (absenteístas) – de cada 10 proprietários rurais, 2 são de fora, vivem em outras cidades (Freitas, 1993:88).

“Noutro plano, para o pequeno produtor local, a oposição da lógica do modo de viver e conceber o espaço rural como “locus” de sua reprodução vai confrontar-se com a lógica das granjas que se reproduzem fora dos espaços organizados e estruturados pelos lotes urbanos, ao mesmo tempo que elas não são imóveis propriamente rurais, pois “não produzem, são para descanso”, nem propriamente urbanos, pois estão inscritos no cadastramento rural do Incra, embora carreguem em si um padrão urbano. (...) Este quadro caótico tem caracterizado a reorganização do espaço rural de Lagoa Seca, sendo parte integrante do conjunto das transformações da sociedade” (Freitas, 1993:96)

Desta forma, Lagoa Seca vai tomando uma outra configuração. O espaço urbano, em sua periferia amplia-se desordenadamente com a construção de casas sem as devidas instalações sanitárias e carentes de serviços urbanos. No espaço rural, a pequena produção perde paulatinamente terreno para as granjas que, na maioria das vezes, servem unicamente como espaço de lazer e de especulação imobiliária. Cada nova granja pode ser vislumbrada como uma ex-parcela de terra produtiva que acalentava em seu seio uma família de pequenos produtores que, de suas entranhas, retirava seu sustento.

No modo de produção capitalista tudo converte-se em mercadoria inclusive a terra onde, durante gerações, agricultores depositaram suas energias, sua força de trabalho para alimentar suas próprias famílias e a sociedade, de uma maneira geral. A terra é incluída no mercado imobiliário, mercado do espaço-mercadoria (Serra, 1987.)

Parte do espaço rural de Lagoa Seca foi açambarcado na relação mantida com Campina Grande. A especulação imobiliária expulsou centenas de agricultores, transformando espaço agrícola em espaço especulativo, vinculado ao capital imobiliário de Campina Grande:

(...)“o Projeto Imobiliário “Cidade Juracy Palhano” não só foi responsável pela expulsão de cento e vinte e cinco famílias, como também pela transformação de parte do perímetro rural produtivo de Lagoa Seca em malha urbana. (...) A prática da especulação imobiliária ou da “caça” aos espaços geográficos tem mercantilizado cada vez mais a estrutura fundiária dos municípios, quer seja o perímetro rural ou urbano” (Silva,1990:39-40)

Essas mudanças decorrentes da transformação do espaço rural agrícola efetivadas no município são percebidas como destruição do que era típico ao modo de ser e de viver

locais, acarretando um outro modo de viver: onde antes havia um companheiro, um compadre, agricultor como os demais, há um médico, um professor, um doutor, todos alheios à terra e a sua gente e, apenas esporadicamente fazem-se presentes no lugar.

As mudanças também são percebidas na arquitetura da casa, agora transformada em casa de campo, reformada com adornos e mobília moderna; a estrada, antes dando acesso a todos foi barrada por uma porteira ou um enorme muro com portão de ferro. Tudo o que antes significava espaço de trabalho e luta tornou-se e exala lazer. Conforme atestou um agricultor citado no trabalho, já mencionado de Freitas (1993:95):

“Mudou tudo, já mudou o sistema de viver, pois antes era mandioca... Depois que os granjeiros vão se apoderando, e ficam só cultivando pé de árvore de alguma fruteirazinha...” (A. A. S.)

Os novos proprietários, ao contrário dos agricultores, não têm compromisso com a terra no sentido de fazê-la produzir por carecer de seus frutos para manter-se, porque sua subsistência não está vinculada a esta atividade, haja vista esta depender de outras fontes.

Um outro aspecto desse distanciamento é que estas pessoas apenas têm uma permanência sazonal nas granjas, são apáticos à problemática social do município e sequer conhecem os agricultores seus vizinhos. Não existem vínculos de permanência ou de dependência da terra:

(...) “os granjeiros que usufrui do ar de Lagoa Seca... transformam em área de lazer... e não participam dos problemas daqui” (Celi de Lourdes, 48, secretária da ação social e vice-presidente dos conselhos de saúde e bem-estar social – apud Ramos, 1999:50)

Esse conjunto de mudanças evidencia a predominância da terra enquanto mercadoria, como valor de troca em detrimento do seu valor de uso. Freitas (1993:96), em trabalho já citado, aborda a dimensão do “espaço rural como “locus” de sua reprodução”, confrontando-se com a lógica das granjas. Estas não têm sua reprodução nos espaços estruturados e organizados pelos lotes urbanos e, entretanto, não são imóveis tipicamente rurais porque não estão destinados à produção, e apesar de terem o objetivo de proporcionar descanso aos seus proprietários vindos das cidades, não são propriamente urbanos - apesar de ostentarem um padrão urbano - por suas inscrições constarem do cadastramento do Incra. Percebemos esta imbricação mais como um dos aspectos a exemplificar a consonância existente entre campo/cidade.

A respeito do crescente aumento da quantidade de granjas em Lagoa Seca, de certo modo, o espaço rural é incorporado pelo espaço urbano, pois passa a ser um espaço estéril em termos de produção agrícola:

(...) “este processo tem se caracterizado por uma lógica urbana trazida no bojo da expansão urbana de Campina Grande sobre as terras agrícolas de Lagoa Seca” (Freitas, 1993:94)

A procura por formas de lazer e de meios de vida alternativos no campo por pessoas vindas da cidade é progressiva desde os anos de 1970. Entretanto, a partir da década de 1990, o pensamento ecológico tornou-se expressão dessa nova forma de abordagem. O campo é, então, identificado como espaço de lazer ou como opção de residência. O contato com a natureza, olvidado e relegado como espaço “próprio” do matuto, do atraso, do rural, é “valorizado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivista” (Carneiro, 1997:153)

Fatos elucidativos desta afirmativa é a crescente quantidade de granjas que substituem os antigos sítios habitados por famílias de pequenos produtores, o conjunto habitacional Juracy Palhano – como já mencionamos - e o condomínio horizontal fechado Nações Residence Privê²⁸ (ora em construção, à margem da Br 104), no município de Lagoa Seca, localizado praticamente como uma extensão de Campina Grande. *“Pode comemorar um novo jeito de morar, agora também em Campina Grande”*, divulga a Costa do Sol – empreendimentos imobiliários.

Uma vez mais alertamos que nos grandes acontecimentos onde Lagoa Seca está envolvida, ela assume a postura de mera coadjuvante. A cena é tomada por Campina Grande, a exemplo do que ocorreu com a peça de artesanato de Lagoa Seca ao conceder a vitória à cidade de Campina Grande, no programa Sílvio Santos.

As pessoas realizam atividades não relacionadas à distinção campo e cidade (Graziano, 1997:120). A tendência a delinear-se aponta o *“crescimento do número de desempregados que residem nas áreas rurais extensão do urbano e em povoados rurais.”* (...) *“as áreas rurais além de mais baratas, não impõem restrições de edificação e uso como as áreas urbanas, mesmo aquelas não urbanizadas.* Nos últimos anos, essa dimensão social vem sendo percebida em inúmeras regiões brasileiras e está imbricada na *“volta aos campos”* (Graziano, 1997:133).

²⁸ Constitui-se de 233 lotes de 450m² cada um, abrangendo uma área de 20 hectares, totalmente murado que oferecerá aos condôminos guaritas de segurança, salão de festas, quadras de esportes, lago e bosque. Nessa área de 20 hectares já não havia mais agricultores porque as terras pertenciam aos herdeiros de Ezequias Trajano. Com o falecimento deste na década de 1980, as cerca de 50 famílias de agricultores que trabalhavam as terras na condição de moradores, receberam lotes onde construíram suas casas, originando a Vila Ezequias Trajano. Este é também o nosso endereço há quatro anos, coisas do destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência das cidades está intrinsecamente pautada no excedente produzido pelo trabalho da terra. Desta forma, cidade e campo estão intimamente ligados no âmago do mesmo processo de produção das formas sociais, salienta Castells (1983:19).

A pequena produção e a presença dos tropeiros demonstraram ser elementos incontestáveis a referendar o surgimento de Lagoa Seca. A pedra fundamental dessa “construção” foi lançada por moradores da própria região, contribuindo para impregná-la com os “ares” rurais que conserva ainda hoje.

Buscamos desenvolver, neste trabalho, um estudo do Município de Lagoa Seca, de modo a identificar a pequena produção como um marco fundamental no seu processo de povoamento e um elemento constante em todas as suas fases evolutivas. Os tropeiros também foram um elemento decisivo no surgimento de Lagoa Seca. A proximidade desta com Campina Grande – importante centro comercial – concorria para a constante presença destes homens com suas tropas de burro. Outrossim, tropeiros da região contribuíram neste processo.

Cícero Faustino optou por um espaço para construir a tarimba e o galpão para alojar os tropeiros, em função de ser um local cuja estrada era caminho obrigatório de quem vinha do Brejo com destino a Campina Grande ou rumava para o Sertão. Desta forma, Lagoa Seca já nasce em vinculada a essa grande cidade. Esses laços ou muitos desses laços mantêm-se até hoje. O vínculo entre ambas não é um caso isolado na região,

no estado e, tampouco, no país. Portanto, não trata-se de uma relação esdrúxula, incomum, mas a ela reputamos a própria sobrevivência da cidade.

Consideramos ao longo deste trabalho Lagoa Seca como uma “cidade rural”, por sua base econômica repousar na produção agrícola, por ser um espaço majoritariamente de população rural, pelo fato de a pluriatividade estar presente nos espaços rural e urbano, por ter traços rurais arraigados nos hábitos de sua gente. Não podemos falar de hábitos eminentemente rurais ou urbanos em sua população, pois traços urbanos já são perceptíveis no meio rural como também a população urbana herdou aspectos da cultura do campo.

A pluriatividade está intrinsecamente relacionada à questão da sobrevivência. Ao contrário do que possa parecer, a pluriatividade não representa, necessariamente, *“um processo de abandono da agricultura do meio rural, mas uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar,”* afirma Wanderley (1999:7).

Em Lagoa Seca, a família do pequeno agricultor não conseguindo mais manter-se exclusivamente da agricultura, recorre a outras atividades tais como: instalar uma bodega/mercearia na própria casa, biscates, emprego na cidade, as jovens e as mulheres tornam-se representantes de revistas de cosméticos e utensílios para o lar. Desta forma, a ocupação da população em atividades agrícolas, deixa de ter o caráter de exclusividade, pois este meio já não é capaz de prover as necessidades da família do pequeno produtor agrícola.

Ex-agricultores que desfizeram-se de suas terras, trabalhavam como meeiros ou como arrendatários, passaram a morar nas periferias das pequenas cidades - nas pontas-de-

rua – e, não conseguindo trabalho na cidade, buscam no campo alguma ocupação da qual possam manter a família.

A reorganização do espaço rural, a partir da transformação de espaços produtivos em granjas, caracteriza-se como um fenômeno crescente em Lagoa Seca. O agricultor que mantém-se em sua pequena propriedade perde mais do um vizinho, perde um compadre, um amigo que viviam a mesma situação, conviviam com os mesmos problemas relacionados à produção – laços de sociabilidade são arrefecidos em decorrência da presença de “estranhos”.

Ante o fracionamento das pequenas propriedades, através da repartição das terras por herança, e a crescente presença de granjeiros no meio rural, verifica-se a tendência à fragilização da produção de hortifruganjeiros do município. No contexto ora vivenciado, não podemos deixar de mencionar o fator falta de chuvas. Entretanto, a redução das áreas produtivas é um dado que extrapola a observação anterior.

O meio rural passa a ser valorizado pelas funções de espaço propício ao lazer, de contato com a natureza e de estilo de vida mais saudável do que o proporcionado pelas cidades. Essa percepção contribui para que o campo deixe de ser percebido apenas como um espaço estritamente produtivo.

Nas últimas décadas, verificou-se uma aceleração no crescimento das taxas de urbanização em todas as regiões brasileiras. O Nordeste, em que pese ser uma área antiga em termos de povoamento permanece, juntamente com a região Norte, com uma taxa de urbanização menor que as demais regiões do país.

A estrutura fundiária do Nordeste, concentradora de renda e consumo, colaborou para manter grande parcela de sua população na pobreza, impedindo uma urbanização mais expressiva. Nas pequenas cidades, principalmente as interioranas, essa questão é

ainda mais delicada. Sendo menos urbanizadas, carecendo de equipamentos urbanos, dependem de cidades de maior porte para suprir suas necessidades.

O homem urbano sufocado com os reveses da vida urbana tende a buscar tranquilidade, redescobrimdo o valor da vida no campo. Esse aspecto concorre determinantemente para a opção de possuir um imóvel rural, reservado para os fins de semana.

A tendência vislumbrada no município de Lagoa Seca, onde as terras antes produtivas tornam-se espaços “ociosos”, transformados em granjas, reservadas para o lazer e a seca sistemática que atingiu a região nos últimos anos, corroboram os dados obtidos junto à EMATER demonstrando a drástica queda na produção de hortifrutigranjeiros. Seu destaque na produção estadual de hortifrutigranjeiros era um dos aspectos característicos, a nosso ver, de Lagoa Seca.

Talvez seja injusto de nossa parte falarmos de estagnação em relação a Lagoa Seca. Parece-nos mais adequado pensá-la como uma “cidade rural” que tem um ritmo próprio de ser. Sua dinamicidade, logicamente, diferencia-se da de outras cidades, tornando-se descabida qualquer comparação. No Nordeste brasileiro, afirma Milton Santos *“cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social... Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças”* (Santos,1996:53)

Há uma interação entre o urbano e o rural em Lagoa Seca, articulando e imprimindo suas características, proporcionando uma dinâmica a partir da qual a identificamos como “cidade rural”, pois os grupos têm suas marcas impressas no solo, têm seu modo peculiar de vida.

Lagoa Seca tem 67,4% de sua população morando na zona rural. Números que configuram-se nos dados apontados sobre o Nordeste, onde 40,3% de sua população rural está em municípios com até 20 mil habitantes e, nestes municípios, 57,7% da população localiza-se na zona rural.

Os dados acima revelam o alto percentual das pequenas cidades e a predominância da população rural no Nordeste. Destarte, é válido atentar para a importância da população residente no meio rural, pois ela produz grande parte dos gêneros agrícolas que chegam às nossas mesas. Para que essa produção fosse mais intensa e competitiva caberia aos governos municipais, estaduais e federal, não apenas incentivar, mas fornecer condições para tal. No meio rural existe um grande potencial que, devidamente valorizado, pode gerar muita renda, através das unidades familiares.

O meio rural ainda preserva laços de sociabilidade engendrados na família e estendidos à comunidade como o mutirão, agregando familiares, vizinhos, amigos para suprir necessidades para as quais não têm condições de contratar trabalhadores. Isso ocorre tanto no que diz respeito às atividades agrícolas de plantio, limpa do mato e colheita como na fabricação de farinha, construção de casas, cercas, etc.

Wanderley (1998:38), refere-se às pequenas cidades que não abrigam os bens e serviços requeridos pela população. É o caso de Lagoa Seca ao preservar, na sua forma de ser cidade, características rurais: quase todos se conhecem, sabendo a que família pertence – especialmente os mais velhos ao mencionarem determinada pessoa dizem quem eram seus avós e pais; as construções, em quase sua totalidade, são térreas; a receptividade das pessoas ao receberem estranhos em suas casas; a simplicidade do modo de viver; os moradores de pontas-de-rua, oriundos do campo, continuam mantendo vínculos de trabalho e de amizade o que concorre para a conservação de hábitos rurais.

Rural e urbano enquanto idéia de mundos opostos, cede espaço à noção de *continuum* em suas dimensões geográfica, territorial, econômica e social - numa relação integradora dos dois pólos. Cidade e campo articulam-se de modo complementar, onde funções desempenhadas por um espaço são oferecidas ao outro, sem que as particularidades de cada um sejam destruídas.

Cidade e campo denotam uma relação de reciprocidade entre espaços/sujeitos. São traços culturais de camponeses que ficam incrustados no cotidiano urbano, entrelaçando moderno e tradicional de modo a se complementarem, inculcando a marca da “cidade rural”. Como nos lembra Calvino (1990:15): “*A cidade se embebe como esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata*”. Desta forma, constitui-se o *continuum a envolver as diversas relações* existentes entre estes espaços e seus sujeitos não opondo-se, mas complementando-se em múltiplas situações cotidianas.

O mesmo podemos afirmar de Lagoa Seca e Campina Grande. A relação reputada como sendo de dependência da primeira cidade para com a segunda, pode ser analisada como relação de complementaridade, haja vista que Lagoa Seca resente-se de bens materiais e sociais para a satisfação das necessidades de sua população que vai buscá-los em Campina Grande.

No espaço local ocorrem a convergência entre o rural e o urbano, sendo fonte de integração e cooperação, mas é também um espaço onde ocorrem tensões e conflitos. Neste sentido, o contínuo não impede, na sociedade rural ou na sociedade urbana, a existência de descontinuidades entre grupos diferentes (Martins, 1981:28).

Trabalhar esta temática, coletando dados através de histórias de vida, deixou-nos a certeza de que preservar nossa história, a história pessoal de cada um de nós é lutar por manter nossa identidade, nossa marca individual. Nossas histórias de vida podem ter muito

em comum com dezenas de histórias de outras pessoas, de outros sujeitos, mas não se repetem! Somos sujeitos de nossa história e como tal não podemos deixar o que somos à mercê do tempo, sem nos esforçarmos por manter a imbricação ontem/hoje.

O ser e saber-se agricultor exemplificado na fala de seu Severino, atribuindo a lida no roçado como o elã que o anima a viver, um entretenimento, deixa patente a importância de permanecer sendo agricultor. Trabalhar a terra é mais do que uma profissão, é uma forma de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. **Habitat: a contribuição do mundo rural**. In: São Paulo em Perspectiva. Vol.9/nº3 – Jul-Set/1995
- AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. in: Planejamento e Políticas Públicas, nº. 14 IPEA, Dezembro, 1996.
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Livraria Pedrosa, s/d
- AMORIM, Luís Otávio (coord.) **Enciclopédia dos municípios paraibanos**. João Pessoa: s/e, 1976.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. 3ª- ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. **Nordeste: pólos de desenvolvimento (A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina)**. 3ª ed. São Paulo: 1973.
- _____. **O processo de ocupação do espaço regional do . nordeste**. Recife: SUDENE, 1975.
- _____. **Tradição e mudança: A organização do espaço rural na área de irrigação do sub-médio São Francisco**.

- ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural - UFPB - Campina Grande, 1991.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. In: Dossiê Nordeste. Globalização e Trabalho, Violência no Peru. Estudos Avançados. USP. Vol. II, nº 29. Jan/Abr/1997.
- BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1994
- BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BIANCHI, Duílio Carlos e A FILHO, Sílvio Henrique de. (coord.) **Enciclopédia dos municípios paraibanos**. João Pessoa: UNIGRAF, s/d.
- BLAY, Eva Alterman (org.) **A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 4ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.
- BORGES, José Elias. **Índios paraibanos: classificação preliminar** in: MELO, José Otávio e RODRIGUES, Gonzaga (org.) **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. 2ª ed. João Pessoa - Edições Grafset, s/d.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- BRESCIANNE, Maria Stella. **As sete portas da cidade** - in: Depoimentos – Espaço & Debates - nº 34- 1991
- BRESCIANNE, Maria Stella apud DE DECCA. **Depoimentos – O estatuto da história**. Espaço & Debates - nº 34, 1991

CADERNOS DE SOCIOLOGIA. **Produção familiar, processos e conflitos agrários.**
Vol. 6. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994.

CAIADO, Aurílio S. Costa. **Dinâmica sócioespacial e a rede urbana paulista**, in: São Paulo em Perspectiva: Questões urbanas: espaço global e regional – Interiorização.
Vol.9 - Nº 3. Julho/Setembro, 1995.

CALDEIRA, Jorge. CARVALHO, Flávio. et alii. **Viagem pela história do Brasil.** 2ª- ed.
São Paulo: Cia das Letras, 1997.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA, Epaminondas, **Datas campinenses.** João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1997.

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e freguesias da Paraíba: notas acerca da divisão administrativa, jurídica e eclesiástica.** Campina Grande: Núcleo Cultural Português (NCP), Núcleo Cultural Português (NCP), Caravela,1997.

CANO, Wilson. **Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930**, in: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais. Vol. 2. ABEP,1988.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção.** In: Resumo dos Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTI, Ângela M. Lopes. **“E o suor que perco todo dia não vale nada?” (A comercialização da produção familiar em Lagoa Seca -PB).** Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural - UFPB. Campina Grande,1997.

- CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994
- CONTE, Giuliano. **Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo**. 2ª ed. Trad. Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **Fotografia e história regional**. In: Estudos, Sociedade e Agricultura - nº 10 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA, 1998
- D'AQUINO, Teresinha. **A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS – Caxambu, 1996
- DAVIS, Kingsley, SJOBERG, Gideon et ali. **Cidades: a urbanização da humanidade**. Trad. José Reznik. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- DE DECCA, Edgar. **Depoimentos – O estatuto da história**. Espaço & Debates, nº 34, 1991
- DOWBOR, Ladislau. **Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços**. In: São Paulo em Perspectiva. Vol. 9/Nº 3/Jul-Set/1995.
- DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- FARIA, Vilmar E. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas**. In: Novo Estudos – CEBRAP. Nº 29, 1991.
- FORTUNA, Carlos. **As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias**. RBCS nº 33. Ano 12/ Fevereiro de 1997.

- FREITAS, Geovani Jacó de. **O ser e o ter: camponeses, práticas tecnológicas e políticas (um estudo em Lagoa Seca - PB)** – Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural - UFPB. Campina Grande, 1993.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GRABOIS, José. **Que urbano é esse? O habitat num espaço de transição do norte de Pernambuco**. Estudos Avançados – Dossiê Nordeste Seco – Vol.13. nº 36 – Maio/Agosto, 1999.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- GUSMÃO, Paulo Pereira de. **Sistemas municipais de governo e desenvolvimento sustentável na região do semi-árido brasileiro**, in: Planejamento e Políticas Públicas. Nº. 14. IPEA. Dezembro/1996.
- HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Lurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual de planejamento e de projetos urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HONORATO, Rossana. **Se essa cidade fosse minha... A experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFBP, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo Agropecuário**, 1996 – Agência Campina Grande – PB.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Anuário Estatístico do Brasil**, 1997

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/SUPERVISÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA/PB - **Projeto LSPA**, Dez/1999

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL DA PARAÍBA
Anuário Estatístico – 1997 – João Pessoa, 1999

JOFFILY, Geraldo Ireneo. **O quebra-quilo: a revolta dos matutos contra os doutores - 1874**. Brasília: s/e, 1977.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JUNGHANS LANZ, Helza de Abreu Ricarte. **A ruralidade no urbano: novas perspectivas na relação campo-cidade**. VIII Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste. Modos de Pensar o Social: Espaço, Tempo e Imagem. Fortaleza, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão (et. al.), 4ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. **Por amor às cidades**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

LEAL, José. **Itinerário da história da colonização da Paraíba aos nossos dias**. FUNCEP, A União, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Trad. Javier González-Pueyo. Barcelona: Provenza, 1978.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **A fotografia e as ciências humanas**. In: BIB, nº 25, pp. 83-90, 1º semestre/98, Rio de Janeiro.

- LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande.** Dissertação de Mestrado em Economia Rural – UFPB. Campina Grande, 1996.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** Trad. Manoel F. G. Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOPES, Juarez R. Brandão. **Desenvolvimento e mudança social: a formação da sociedade urbano-industrial no Brasil.** 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- MAIA, Sabiniano. **Do alto da serra: um pouco da história de Campina Grande.** João Pessoa: A União. Cia Editora, 1979.
- MARESCA, Sylvain. **Refletir as ciências sociais no espelho da fotografia.** In: Elisa Reis, M. Hermínia T. de Almeida et alii (org). Pluralismo, espaço social e pesquisa. XVIII Encontro da ANPOCS. ANPOCS. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte.** Dissertação de Mestrado em História – UFPE, 1999.
- MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba.** 2ª- ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.
- _____. **Cidades e homens.** Campina Grande: GRAFSET, 1985.
- MARTINS, Carlos Estevam. **O circuito do poder: democracia, participação, descentralização.** São Paulo: Entrelinhas, 1994
- MARTINS, José de Souza. **As coisas no lugar: Da ambigüidade à dualidade da reflexão sociológica sobre a relação campo-cidade.** In José de Souza Martins (org.) **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARTINS, Paulo Henrique N. **Contra o feitiço patrimonial: a alforria das cidades.** XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 1993.

- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** (Livro 1, Vol. I) Trad. Reginaldo Sant'Anna 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- MATOS, Olgária C. F. **A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças.** Espaço & Debates Out/Dez. São Paulo, 1982
- MELLO, A da Silva. **Nordeste brasileiro.** 2ª- ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **Guarabira: democracia, urbanismo e repressão (1945-1965).** João Pessoa: A União, 1998.
- _____. **História da Paraíba: lutas e resistência.** João Pessoa: A União, 1994
- MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização agrária do nordeste.** Recife: SUDENE, 1978.
- MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina.** Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1996.
- MENDRAS, Henri et alii. **Sociologia rural.** Textos Básicos de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste.** 2ª- ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- MUELLER, Charles C. **Organização e ordenamento do espaço regional do nordeste,** in: Planejamento e Políticas Públicas. n.º. 13. IPEA, Junho/1996.
- MÜLLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional.** Petrópolis: Vozes, 1980.

- NASCIMENTO, Louise de M. Martins do. **Rejeição do setor de olerícolas à ação modernizante do município de Lagoa Seca.** Dissertação de Mestrado de Economia Rural - UFPB - Campina Grande, 1983.
- OCTÁVIO, João (org.) **A Paraíba: das origens à urbanização.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1983.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para investigações do comportamento humano no meio urbano.** Trad. Sérgio M. Santeiro. In: Otávio G. Velho (org.): O fenômeno urbano. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PASTORE, José (Coord.) **Agricultura e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: APEC Editora, 1973.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** 2ª ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINSK, Jaime. **As primeiras civilizações.** 2ª ed. São Paulo: Atual, 1988.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos. Vol. 2. Nº 3. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.** Proj. História, São Paulo: 1997
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA. **O município de Lagoa Seca.** Secretaria de Educação e Desporto, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Do rural e do urbano no Brasil.** In: Tomás Szmecsanyi e Oriowaldo Queda. **Vida rural e mudança social.** São Paulo. Editora Nacional, 1972.

RAMOS, Nerize Laurentino. **O poder do discurso: as condições sociais de emergência do agricultor familiar como sujeito propositivo.** Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Campina Grande - UFPB, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Sobre a história da urbanização: história urbana.** In Edgar de Decca, Depoimentos – O estatuto da história. Espaço & Debates, nº 34, 1991.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves (org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RODRIGUES NETO, João. **O estado-produtor de petróleo e as transformações na economia do RN, nos anos 80.** Dissertação de Mestrado de Economia – UFPB - Campina Grande, 1994.

ROTTA, Heleno. **O conceito de espaço econômico e a oposição urbana-rural em Marx.** Concurso Professor Titular Economia Rural. Departamento de Economia e Finanças UFPB - Campina Grande - PB., 1991.

SÁ, Maria Braga de. **Os engenhos rapadureiros e a expansão da agroindústria açucareira, no município de Areia, microrregião do brejo paraibano.** Dissertação de Mestrado em História. Recife, 1980.

SAMAIN, Etienne. **Bronislaw Malinowski e a fotografia antropológica.** In: Elisa Reis, M. Hermínia T. de Almeida et alii (org). Pluralismo, espaço social e pesquisa. ANPOCS. São Paulo: Hucitec, 1995.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Moraes. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962.** João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

- _____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos.** Trad. Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SAWAIA, Bader B. **O calor do lugar: segregação urbana e identidade.** In: São Paulo em Perspectiva – Vol.9/Nº 2/Abr-Jun/1995
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL “PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL **Do diagnóstico à experimentação: uma intervenção para o desenvolvimento local no agreste da Paraíba.** Luciano Marçal da Silveira. UFPB-CIRAD, 28 a 30 de Setembro de 1999.
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL “PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL”. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** Maria de Nazareth Baudel Wanderley. UFPB-CIRAD, Campina Grande, 28 a 30 de Setembro de 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. **Fragmentação, simultaneidade, sincronização: o tempo, o espaço e a metrópole moderna.** In DE DECCA, Depoimentos – O estatuto da história. Espaço & Debates, nº 34, 1991
- SILVA, Evanildo Barbosa. **A reestruturação do espaço em Lagoa Seca: O caso da Conceição (1970-1985)** (Monografia de Bacharelado em História – UFPB.) mimeo. Campina Grande, 1990.
- SILVA, José Graziano da. BASALDI, Otávio Valentim. et alii. **O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário.** In: São Paulo em Perspectiva – Vol.10/Nº 2/Abr-Jun/1996.
- SILVA, José Graziano da. **Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads.** In: Resumo dos Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. Sober – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SILVA, Waldomiro Cavalcanti da. **A indústria têxtil algodoeira do nordeste brasileiro: a dialética espacial de sua formação**. Dissertação de Mestrado em História. Recife, 1981.
- SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: Otávio Guilherme Velho (org.). **O fenômeno urbano**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAGOA SECA. **Agricultura familiar de Lagoa Seca: conhecendo sua realidade**. STR- Lagoa Seca e AS-PTA-PB, 1997.
- SINGER, Paul. **A crise do "milagre"**. 6ª- ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1968.
- SINGER, Paul Israel e CARDOSO, Fernando Henrique. **A cidade e o campo**. Cadernos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1972.
- SOLON, Ribeiro. **Lambe-lambe: pequena história da fotografia popular**. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1997.
- SUDENE. **Desempenho da economia regional do nordeste**. Recife: SUDENE, 1981.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil: do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agricultura?** São Paulo: Contexto, 1990.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. **Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90**. Espaço & Debate nº 36 - 1992.
- TOLEDO, José Roberto de. **Urbanização cria uma Hong Kong por mês**. Folha de São Paulo - São Paulo, 02/05/1999, p.2, 2 c.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. In: Resumo dos Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

_____. **O “lugar” dos rurais: estudo sobre a ruralidade no Brasil – Projeto de Pesquisa**, 1998.

_____. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Seminário Internacional “Planejamento e Desenvolvimento Territorial- UFPB_CIRAD – Campina Grande (PB), 1999:

WEBER, Max. **Conceitos e categorias da cidade**. In: Otávio Guilherme Velho (org.). **O Fenômeno Urbano**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. I Trad. Regis Barbosa, Karen E. Barbosa et alii. 3ª ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

WIRTH, Louis. **Os desafios da cidade e da metrópole**. Trad. Leônidas G. de Carvalho. In: FLORESTAN, Fernandes (org.) **Comunidade e Sociedade**. Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

_____. **O urbanismo como modo de vida**. Trad. Marina Corrêa Treuherz. In: Otávio Guilherme Velho (org.) **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PERIÓDICOS:

COOPERATIVA de produção e beneficiamento de mandioca – *Voz da Borborema* – Campina Grande, 31/07/1937, p.1

PROSEGUE victoriosa a Campanha da Caridade em Lagôa Sêca - *Voz da Borborema* – Campina Grande, 28/08/1937, p. 2

A “FESTA do agricultor” em Lagôa Sêca pela Campanha da Caridade - *Voz da Borborema* – Campina Grande, 01/09/1937, p. 1

MISSÕES /09/1937, p. 1 em Lagôa Sêca pelo sacerdote Frei Damião- *Voz da Borborema* – Campina Grande, 08

DELIMITAÇÃO das zonas urbana e suburbanas da cidade e dos distritos - *Voz da Borborema* – Campina Grande, 25/06/1938, p.2

FABRICA de farinha de mandioca de Lagôa Sêca - *Voz da Borborema* – Campina Grande, 30/07/1938, p.3

PRIMEIRA comunhão em Lagôa Sêca - *Voz da Borborema* – Campina Grande, 22/10/1938, p.1

REESTRUTURA-SE o diretório udenista de Lagôa Sêca - *Jornal de Campina* - Campina Grande, 31/01/1954, p.1

REVOLUÇÃO urbana derruba as fronteiras. *Folha de São Paulo* - São Paulo, 02/05/1999- Especial- Ano 2000 cidades- p.4, 2 c.

GUIMARÃES, Anselmo. Passa dos 35% o número de prefeitos-médicos no Estado. *Jornal da Paraíba* – Campina Grande, 26/12/1999 – Política - p.2

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de Entrevistas²⁹

1. Há quanto tempo mora no campo (ou na cidade)?
2. Qual a extensão da propriedade?
3. Quais os produtos cultivados?
4. Qual o destino da produção?
5. Como é realizada a comercialização?
6. Os filhos ajudam na lida do roçado?
7. Quais as dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor em Lagoa Seca?
8. Qual a origem de Lagoa Seca?
9. Como era Lagoa Seca na época de sua infância e adolescência?
10. Frequentou escola quando criança? Estudou até que série?
11. Quais eram as pessoas envolvidas no processo de emancipação política de Lagoa Seca?
12. A população era favorável à emancipação?
13. Que mudanças ocorreram após a emancipação?
14. A proximidade com Campina Grande beneficia a população e a pequena produção de Lagoa Seca?

²⁹ Não elaboramos um roteiro específico, pois as questões eram pertinentes às atividades desenvolvidas por cada entrevistado. As questões aqui apresentadas foram feitas aos agricultores e algumas aos ex-agricultores. A abordagem aos demais versava sobre sindicalismo, educação no município, aspectos políticos, etc.

Anexo 2

Versos de Seu Zacarias escritos no muro da Praça Severino Cabral, em Lagoa Seca.

“Lagoa Seca
que não tinha uma cacimba
teve o nome de Tarimba
como sou conhecedor

Em 29
o senhor José Caetano
eu me lembro sem engano
fez a segunda morada

Depois os Borges
chegaram aqui na ribeira
criaram a primeria feira
que foi muito freqüentada

José Jerônimo
que não saía daqui
começa a construir
pra ver o progresso dela

E o povo
amava de coração
e na primeira missão
construíram uma capela

Lagoa Seca
não é seca de verdade
Ela é cheia de saudade
lembrando as missas
nas manhãs logo cedo
do saudoso frei Manfredo
na capelinha do regaço

Aquelas filas
como sempre era comum
o povo de um a um
para a santa comunhão

Eu não esqueço
a subida da ladeira
e aquelas brincadeiras

no café de Zé Torrão

E o convento
foi o bem pra nossa terra
que foi tempo da guerra
e sofreu humilhação

E depois
que a guerra terminou
a nossa gente pensou
tomar outra direção

Manuel Barbosa
com seu amor predileto
lançou o melhor projeto
para a municipalização

Quando chegou na assembléia
acharam boa a idéia
deram logo aprovação

Como cidade
houve um prefeito interino
que foi Pedro Sabino
com muita disposição

Manoel Pereira
assumiu com brevidade
e foi prefeito de verdade
foi quando houve eleição

Chico Camilo
que é o Chico alfaiate
abandonou sua arte
só por causa de pirraça
mesmo sem verba
mostra que tem injúria
fazendo uma prefeitura
que ficou mostrando raça”

Anexo 3

Mapa da penetração do Nordeste: Manoel Correia



FONTE: Manuel Correia de Andrade - O Processo de Ocupação do Espaço Regional Nordeste - 2ª edição, p.38 - SUDENE - 1978

